+ **Pasolini e o consumidor unidimensional** Pág. 37 · **Terrorismo: os suspeitos do costume** Pgs 28 e 29 · **Genealogia do arame farpado** Pág. 30

mapa: Jornal de Informação Crítica

Aceitamos Bitcoins

ASSINA O JORNAL MAPA

descobre como em assinaturas.jornalmapa.pt

NÚMERO 15
JANEIRO-MARÇO 2017
TRIMESTRAL / ANO IV
3000 EXEMPLARES
PVP: 1€
WWW.JORNALMAPA.PT

ESPECIAL:

PORTOS, PETROLEIROS E METANEIROS

pgs. 10 a 16

Entre as greves dos pescadores contra a poluição industrial no Porto de Sines nos anos 80, o desenvolvimento da actual economia dos combustíveis não-convencionais e o 14º aniversário da catástrofe do Prestige ao largo da Galiza, o Jornal MAPA navega em águas turbulentas para compreender o futuro das portas de entrada na Europa.

Escravos sazonais

págs. 3 a 9

As consequências da Agroindústria: Escravatura e degradação ambiental

DE SACRED STONE CAMP

Standing Rock

págs. 20 a 22

A resistência dos índios Sioux contra o Dakota Access PipeLine

ZECA, INDOMÁVEL

PGS. 34 A 36

O novo irmão do Grande Irmão

O Reino Unido aprovou uma lei de vigilância sem precedentes que põe em perigo a liberdade de comunicar com privacidade na internet.

No Reino Unido, o governo de Theresa May aprovou no passado mês de Novembro aquela que é, nas palavras de Edward Snowden no Twitter, *"a mais extrema lei de vigilância na história da democracia ocidental"*. A *Investigatory Powers Act* permite que as polícias inglesas interfiram com dispositivos tais como smartphones e intercetem comunicações, o chamado *hacking*, mesmo que as pessoas visadas não sejam suspeitas de qualquer crime. A lei permite que as intrusões sejam feitas individualmente ou em grupos, sendo possível interferir, por exemplo, com os dispositivos de uma dada zona ou cidade de forma a detetar um dispositivo em particular. Relativamente ao uso de software e tecnologias que garantam privacidade das comunicações, tal como encriptação, a lei prevê que certos negócios ou empresas sejam obrigadas a revelar às agências de segurança formas de os contornar. Vai mais longe e obriga empresas envolvidas no desenvolvimentos de tecnologias de encriptação a informar o governo sobre a evolução das suas tecnologias e as mudanças que venham a fazer, de forma a que o próprio governo se possa adaptar. Quanto a dados pessoais e registos dos cidadãos, a lei permite claramente o acesso total das polícias a dados em massa. Significa isto que registos médicos, finanças, dados de comunicações e viagens são de livre acesso para o governo e as polícias. Registos sobre o uso da Internet pelos utilizadores são também visados: a lei assume aqui uma clara lógica de retenção de dados em massa, obrigando os provedores de Internet a fornecer informação sobre os domínios acedidos, quando foram acedidos, a partir de que dispositivo, em que localização e muitos outros dos chamados metadados associados às comunicações digitais. O mesmo se aplica a serviços de mensagens instantâneas como o WhatsApp. Para além de conceder todos estes poderes, a lei permite que deles se faça uso sem que seja necessário qualquer mandato de um juiz. A aprovação de mandatos passa a ser feita por uma nova comissão, chamada *Investigatory Powers Comission,* que funde e agrega outros órgãos e cuja nomeação é feita diretamente pelo primeiro-ministro. O caso toma contornos distópicos quando o único tribunal que analisa queixas contra as agências de segurança inglesas tais como o MI5 ou o MI6, o *Investigatory Act Court*, determinou recentemente que estas recolheram ilegalmente informações sobre cidadãos durante cerca de 17 anos - o IPA virá portanto apenas dar cobertura legal a práticas que estavam já amplamente em uso por parte das polícias e do governo inglês. A lei agora aprovada é bem mais intrusiva que o *Patriot Act*, aprovado nos EUA depois do 11 de Setembro, ou que as recentes medidas de exceção em França. A aprovação correu de forma quase silenciosa no espaço público inglês, já que teve lugar no período entre o recente referendo à saída do Reino Unido da UE e as eleições americanas que levaram à vitória de Donald Trump. A *Snoopers Charter,* como é conhecida no Reino Unido, é parte de uma tendência global de imposição e banalização de medidas de vigilância eletrónica por parte dos governos, que visam limitar a liberdade para comunicar de forma anónima e privada tanto através da Internet como de redes telefónicas. A reboque da luta anti-terrorista, leis como a *Snooper Charter* podem servir de referência para outros países na Europa, num momento em que muitos Estados-membros aprovam medidas securitárias e de vigilância.

G.L

Regime Fundacional em debate na comunidade universitária de Coimbra

Estudantes e docentes acusam o regime fundacional de ser um processo de privatização da universidade. Há resistência organizada dentro e fora dos círculos oficiais da instituição.

INÊS NEPOMUCENO / JORNAL UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA - A CABRA

A Universidade de Coimbra (UC) está a atravessar um momento de reflexão a propósito da sua passagem, ou não, ao Regime Fundacional (RF). Em Outubro, a comunidade universitária recebeu um convite por parte da Reitoria para uma sessão de esclarecimento sobre o RF, que contaria com a presença do Reitor da Universidade do Porto (UP). A instituição do ensino superior (IES) portuense já funciona ao abrigo do RF desde 2010.

Nessa sessão foram indicadas aquelas que o Reitor João Gabriel Silva, da UC, considerava as vantagens e desvantagens do RF. Entre as vantagens poder-se-iam enumerar a maior autonomia da IES face à tutela, a possibilidade de comprar ou vender património, e a potencial contratação de docentes em regime privado. Como desvantagens, foi listada "uma definição descuidada de carreiras próprias e uma imprudente negociação salarial [que] deixam consequências para muitos anos" e a possibilidade de contracção de dívidas junto de instituições bancárias.

A passagem a RF também implica a criação de um Conselho de Curadores, que é formado por cinco personalidades externas à IES e que são propostas pelo Conselho Geral e nomeadas pelo Governo. Estas pessoas tendem a estar ligadas à alta política ou à alta finança, como se pode avaliar pelo corpo do Conselho de Curadores da UP, em que participam Miguel Cadilhe (Ministro das Finanças entre 1985 e 1990) e Manuel Ferreira de Oliveira (Presidente Executivo da Galp até 2015). Já a Universidade de Aveiro (UA) tem um Conselho de Curadores que é integrado por Alexandre Soares dos Santos (líder da Jerónimo Martins), e a que chegou a pertencer o bancário Ricardo Salgado. Na sessão promovida pela Reitoria da UC, foram muitas as questões que estudantes e docentes levantaram, tanto ao Reitor da UC como ao Reitor da UP, nomeadamente a propósito da impunidade deste órgão, que não responde perante ninguém. Do Conselho de Curadores pode depender a última palavra em estratégias de financiamento, planos científicos ou novas contratações.

Mas a passagem da Universidade de Coimbra a fundação, como já aconteceu na UP, na UA, e no ISCTE-IUL, depende sempre do aval do Conselho Geral (CG). Ernesto Costa, presidente interino do CG e cuja lista foi reeleita para segundo mandato, explica que "foi o Reitor da UC que quis introduzir o debate". O professor de Engenharia Informática acrescenta que "apesar de ser contra o RF, não faz sentido que não se debata".

É de sublinhar que o CG é constituído por 18 representantes dos docentes, 5 representantes dos estudantes e 2 representantes dos não-docentes, e que desses 25 a sentarem-se à mesa do CG "onze são abertamente contra o regime fundacional". Neste momento, o CG está a debater internamente quem devem ser os dez elementos externos à UC a integrar o conselho, e só a partir daí é que recomeçará a discussão sobre o RF. "Se os elementos externos tiverem a mesma sensibilidade que os restantes membros do CG, o debate morre antes de chegar ao conselho", refere Costa.

Fora dos círculos oficiais da UC, os estudantes também se estão a organizar. Rebeca Moore é ex-estudante de Arqueologia na UC, mas desde logo aderiu à plataforma "Não Vai Ter Fundação", cuja principal missão é "informar e consciencializar a comunidade estudantil" a propósito do RF e do que ele pode implicar para a universidade. O grupo organiza reuniões abertas semanalmente, e investe na distribuição de panfletos sobre o RF. A ex-estudante aponta que têm tido boa receptividade quando fazem panfletagem, e que "o sentimento geral que recebemos é de que os estudantes estão contra o RF". Está prevista para Maio uma "Semana Contra a Fundação", organizada entre as repúblicas e as secções da Associação Académica de Coimbra.

Sublinha que "hoje não há muita mobilização estudantil", e que por isso é que o trabalho da plataforma "Não Vai Ter Fundação" tem especial relevo. "Esta é uma privatização muito bem camuflada", diz Rebeca Moore.

ZITA MOURA

Escravatura nos nossos pratos

Imigrantes na agricultura

LAURA MARQUES

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT
ILUSTRAÇÃO: LAURA MARQUES

Uma das anedotas mais recorrentes para caracterizar os nossos tempos é a da criancinha que ignora de onde vem a comida do supermercado. Mas pior mesmo é como a maior parte das pessoas ignora (ou faz por isso) os trabalhadores agrícolas das nossas terras.

A evolução dos campos nunca foi tão rápida e avassaladora como hoje em dia. Em menos de meio século, a ruralidade alterou-se completamente e com ela o trabalho agrícola. O português abandonou a terra, fez-se "doutor" e, quanto muito, volta a ela como "empreendedor". Os recentes protestos dos imigrantes da agricultura alertaram para o que se dizia ter ficado para trás com o 25 de Abril: a exploração do trabalhador agrícola. Algo que mesmo quem fez a reforma agrária teima em não ver, agora que já não existem "rurais", com o abandono e a industrialização do campo. Já não existem sindicatos rurais ativos, mas pelas vilas o cante das conversas é mais racista para com a classe de trabalhadores rurais que não fala português. A solidariedade deixou de existir e, nos últimos tempos, apenas a associação Solidariedade Imigrante, a partir de Lisboa, lhe empresta o nome nas suas lutas por "papéis".

Mas o brado dos imigrantes ecoa forte. O azeite do olival intensivo esventrou de vez os solos do nosso futuro, os frutos vermelhos das estufas plastificam a nossa paisagem e a destruição do território e do nosso horizonte humano é assumida entre dois campos separados: as lutas dos imigrantes e as lutas ambientais contra a imposição da agroindústria devastadora. A urgência de olhar de forma abrangente para essas lutas levou-nos dos olivais de Ferreira do Alentejo e Beja às estufas de Odemira e aos pomares do Algarve.

Viver fora da época

Já lá vai o tempo em que os trabalhos do campo ritmavam a vida das regiões. A sazonalidade na agricultura é uma realidade em mutação. Mantém-se como equivalente ao período, o mais longo possível, durante o qual um empregador visa lucrar com uma força de trabalho dócil, maleável e barata[1]. Na linha dos ratinhos, caramelos ou gaibéus das Beiras, e dos algarvios que se juntavam aos ranchos de ganhões nos campos alentejanos e ribatejanos, perdura a pior das memórias desses tempos: receber salários de miséria e pernoitar sob telheiros. A dificuldade na mecanização da apanha da azeitona ou da vinha prolonga a sazonalidade, ao passo que culturas anuais de estufa requerem a mecanização do gesto humano, na impossibilidade de maquinizar a recolha.

Porém, a sazonalidade desapareceu dos nossos pratos. Não saber comer o que é da época significou romper com práticas culturais milenares e com os ciclos vegetais tradicionais de cada território: a conquista do consumo em massa, a vitória da "abundância fora das épocas". O seu preço foi a destruição da agricultura familiar, da sabedoria camponesa, dos pequenos produtores e das zonas agrícolas tradicionais num contexto de concorrência internacional de baixos custos, e uma geografia global dos alimentos determinada pela "mobilidade" da mão de obra barata e pela legislação nas mãos das multinacionais. Quando a sazonalidade desapareceu dos nossos pratos, desapareceu o campesinato, não apenas europeu, mas sobretudo do sul global, provocando as migrações forçadas da mão de obra que a agroindústria precisa. Nada menos do que uma "deportação programada"[2].

Numa edição portuguesa do Observatório do Tráfico de Seres Humanos (OTSH), sob o tema do "Tráfico Desumano", Tom Ellis e James Akpala[3] concluem que "as crescentes disparidades de riqueza e os severos controlos sobre a migração são fatores que conduzem, todos eles, a compensações mais avultadas para os autores de crimes de tráfico de pessoas e de tráfico ilícito de migrantes". O caso de estudo não é Portugal, mas a Nigéria, um dos países mais pobres do mundo. Porém, o que se observa é aplicável na íntegra ao sul da Europa: "a migração para fins de trabalho forçado cresceu como consequência dos efeitos extremamente variados da 'globalização', a qual, por seu turno, levou muitas economias nacionais a adaptarem-se à economia de mercado, às privatizações, à liberalização comercial (…). Os efeitos mais óbvios dessa adaptação têm sido a reduzida probabilidade de emprego no sector público, o desaparecimento de indústrias nacionais e a perda de postos de trabalho e subsídios por via de programas de ajustamento estrutural." A agricultura estrutura-se partindo de fatores como a "pressão constante sobre os proprietários e os empregadores para reduzirem custos e aumentarem a produtividade, o crescimento das cadeias de subcontratação, (…) [o que faz com que os empregadores procurem] trabalhadores temporários que estejam disponíveis de imediato e possam ser despedidos logo que deixem de ser necessários".

O exemplo clássico e terrível deste *novo mundo agrícola* está aqui ao lado em Almeria: uma imensidão de estufas à conta dessa moderna escravidão e sob uma tensão social fraturante. Aqui e noutros lugares, nas palavras de Nicolas Duntze, a "sazonalidade tornou-se anual, o culminar do sonho totalitário do produtivismo e dos gigantes da indústria: a submissão das leis naturais às 'regras' do mercado."

Viver pelo mínimo

Em Ferreira do Alentejo, o olival industrial iniciado há mais de uma década, e as vinhas de Vala da Rosa, trouxeram as primeiras levas de imigrantes, na sua maioria romenas. Falámos sobre isso, numa noite de Dezembro passado, com o Luís e o André, dois jovens naturais do concelho ligados ao trabalho agrícola sazonal. "Nos primeiros tempos a contratação era feita diretamente nos olivais, mas depois de dois ou três anos de produção tudo passa para as empresas de prestação de serviços ou de trabalho temporário". A escala é a da empresa de aldeia, à qual se perde o rasto quando perscrutamos as suas ramificações internacionais. Agora a mão de obra é "do Nepal e de outros países asiáticos, mais baratos que os romenos. E depois o que mudou foi que agora há empresas daqui e há empresas romenas que contratam diretamente na Roménia".

O salário mínimo é à tabela: "20/25 por dia, mais ter de pagar tanto por casa e alimentação". A diária é menor para as mulheres. E "depois essas empresas também fogem, não declaram todos os dias do mês, descontam sempre o mínimo para a segurança social. Horas extras, umas vão à folha, outras não". Os empresários agrícolas lavam as mãos de qualquer responsabilidade para com os trabalhadores, recorrendo a empresas que ficam com pelo menos metade do valor que é pago por trabalhador. São muitos os relatos das condições degradantes de vida destes jornaleiros. Luís fala

São muitos os relatos das condições degradantes de vida destes jornaleiros. Luís fala do "casão com 200 pessoas em que o que os divide é uma manta."

(…) uma imensidão de estufas à conta dessa moderna escravidão e sob uma tensão social fraturante

TRABALHO AGRÍCOLA: IMIGRAÇÃO E ESCRAVATURA

CLÉMENT FRAISSE

F.N.

do "casão com 200 pessoas em que o que os divide é uma manta. Cozinham todos lá dentro". Tal como o transporte dos trabalhadores, o aluguer de casas é um negócio. A presença mais recente de contentores no campo surge das inspeções da Autoridade para as Condições do Trabalho, e são poucos os que não estejam sobrelotados e com as devidas condições de habitabilidade.

Já no Monte do Paço, que em Ferreira do Alentejo resiste com a sua produção biológica, encontrámos Clément Fraisse, que veio para a apanha da azeitona galega. Chegou a Portugal em 2015 pela Confédération Paysanne[4] (CP), grupo francês que faz parte da organização internacional de camponeses Via Campesina, no âmbito do grupo de trabalho "Trabalhadores Agrícolas e Migrações". O diagnóstico feito resumia como a competitividade produtivista assentou na desregulamentação do trabalho levada para lá dos "limites socialmente aceites: exploração, maus-tratos, não remuneração, habitações precárias, servidão por dívida, privação de direitos". Sinónimo de trabalhadores imigrantes e de agroindústria.

Esta equação, refere-nos Clément, que esteve em Portugal em parceria com a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), sediada em Coimbra e ligada ao Partido Comunista Português, "é uma temática difícil de abordar dentro da CNA ou mesmo da CP em França, com reações às vezes de incompreensão por parte dos membros das organizações de agricultores. Não é evidente e simples fazer entender que é a mesma luta. Em termos ideológicos, os pequenos agricultores ou trabalhadores agrícolas lutam por melhores condições de trabalho e vida, mas isso dentro da CNA ou na CP em termos práticos é complicado."

Essa dificuldade encontra em Portugal raízes no fosso, aprofundado durante o processo da reforma agrária, entre pequenos e médios agricultores e trabalhadores agrícolas. Clément fala-nos da dificuldade declarada pelo SINTAB, o sindicato agrícola afeto à CGTP, em falar com os imigrantes que viu em São Teotónio, a povoação de Odemira onde se instalaram os gigantes das estufas multinacionais e onde mais de metade da sua população é imigrante. Ante esse distanciamento anota que "talvez seja mais interessante ver na zona oeste (Estremadura e Ribatejo) esse encontro, onde temos muitos pequenos agricultores e a mão de obra sazonal. Aí tens agricultores que veem os vizinhos e empregar 800 búlgaros e tailandeses, veem isso e não percebem esse tipo de relação".

A dupla punição: pelo patrão e pelas fronteiras

Numa Europa fortaleza, a agricultura tornou-se o sector de mais fácil acesso para os imigrantes. As formas de trabalho agrícola operam num quadro legal maleável: contratos sazonais por acordos bilaterais entre países e, sobretudo, por empresas de trabalho temporário (ETTs) internacionais que se desdobram e/ou se juntam a uma multiplicidade de ETTs e de empresas de prestação de serviços nacionais. A resposta à exigência da indústria baseia-se no desespero económico dos migrantes que trabalham hipotecados por mediadores internacionais e nacionais, procurando através do Estado obter a legalização da sua situação na Europa.

> (...) dependentes dos patrões no processo de legalização, não podem simplesmente ir-se embora, porque não podem ter interrupções nos descontos senão o SEF pode criar problemas.

> O trabalho sazonal funciona como argumento para inventar novos tipos de contratos para tudo aquilo que vá no sentido da flexibilização e da precarização.

Um quadro legal que se encontra de mãos dadas com o trabalho ilegal não declarado e com esquemas mafiosos. Nos casos de tráfico humano e de trabalho forçado, a *servidão por dívida* imposta pelos mediadores é o mecanismo por excelência usado para submeter os trabalhadores. A vigilância mafiosa e a pressão dos capatazes são, nos casos mais extremos, acompanhadas de violência física e de ameaças às famílias. A retenção dos documentos e o ónus da expulsão culminam a estratégia de exploração dos imigrantes. De acordo com dados do Observatório do Tráfico de Seres Humanos, em 2015 foram sinalizadas 135 vítimas em Portugal (sobretudo romenos) para a exploração laboral na agricultura.

Mas a dimensão camuflada desta realidade é enorme. Quanto maior é o número dos envolvidos, mais cresce. O caso mais conhecido é o dos tailandeses trazidos para as estufas de Odemira através de empresas aqui criadas (como a Índico) pela TTM Manpower Inc, uma empresa de recrutamento internacional, sediada na Tailândia, fundada por empresários israelitas (país onde atua de modo a não empregar palestinianos). Quando em 2009 o embaixador da Tailândia visitava as estufas para serenar a opinião pública, gabava-se de como "em Israel, já lá estão mais de 35 mil. Há poucos trabalhadores tão disciplinados como os tailandeses"[5].

A punição do salário

Yavor Hadzhiev, com 26 anos de idade, chegou a Portugal com 12 anos na vaga de imigração de leste, e aqui formou-se em sociologia. Inscrito num mestrado de estudos sobre a Europa, participava num curso sobre "formas modernas de escravatura" quando falámos em Tavira. Desde 2012 que trabalha nos pomares de laranja.

Os seus companheiros de trabalho eram de início búlgaros e alguns romenos, mas neste último ano são mais do Bangladesh e do Nepal. Também aqui há habitualmente uma ideia de que os últimos são mais dóceis que os primeiros. No fim de contas, o português deprecia os primeiros como ciganos. Para Yavor "não é bom generalizar, mas penso que os búlgaros, os romenos e os ucranianos, quando começaram a chegar, também tinham um pouco de espírito servil, mas conforme se foram estabelecendo, começaram a contestar mais, a exigir mais respeito. Depois, conhecendo os nepaleses e os bangladeshianos, vejo que o espírito deles não é mais submisso. Nalgumas ocasiões até parece que têm mais coragem. No entanto, estão mais dependentes dos patrões no processo de legalização. Não podem simplesmente ir-se embora porque não podem ter interrupções nos descontos senão o SEF pode criar problemas". Há sempre a diferença de estes terem "passado por muita coisa que um búlgaro e um romeno não passou, para esses é apanhar um autocarro na Roménia, e sair com alguém à espera. O pessoal do

Bangladesh e do Nepal passa pelas mais difíceis das provações". O Mediterrâneo de naufrágios junto a Tavira recorda-nos isso.

A história que Yavor nos conta confere à agroindústria, definitivamente, o papel de um laboratório de liberalização do trabalho. O trabalho sazonal funciona como argumento para inventar novos tipos de contratos para tudo aquilo que vá no sentido da flexibilização e da precarização. Nos laranjais, são as empresas de prestação de serviços que operam o ano inteiro. "Fala-se muito do precário, mas as pessoas não têm ideia do que é o extremo do precário e a apanha da laranja, pelo que conheci durante 4 anos. Se não é o extremo da precariedade está muito próximo. Nós não sabemos o que é subsídio de férias, de natal, feriados pagos a dobrar, horas extras como a lei diz, até uma coisa muito básica como ter os descontos todos da segurança social. Estarmos sujeitos à arbitrariedade do patrão e não dizer nada. O patrão ganha ao quilo e nós ganhamos ao palote, uma caixa de plástico grande que leva em média 200 kg de laranja. Dos 10 euros que ganha por palote, dá-nos 5,5 no verão, 4,5 ou 5 no inverno. Temos dias em que ganhamos 15 euros ou 10 porque o campo é mau. E a justificação que nos dão, a areia que nos atiram para os olhos, é que isto é à empreitada".

Yavor conclui: "o que acho extraordinário é a ideia que dar trabalho é uma coisa extraordinária e que tudo o mais é estarmos a ser gananciosos…"

/// NOTAS

1 Nicolas Duntz "De la saison à l'univers concentrationnaire", Plein droit 2008/3 (nº 78), p. 6-8. DOI 10.3917/pld.078.0006

2 Idem "Agriculture industrielle, guerre sociale et esclavagisme du travail en Europe" http://bit.ly/2hc3z2S

3 Ellis, Tom e Akpala, James (2010) "Compreender a relação entre o tráfico de pessoas, o tráfico ilícito de migrantes e a criminalidade organizada: O caso da Nigéria"in Tráfico Desumano Cadernos de Administração Interna nº1, Colecção de Direitos Humanos e Cidadania

4 www.confederationpaysanne.fr

5 http://bit.ly/2hmatHz

Pôr as mãos na terra

Oposição à agroindústria em Odemira (e noutros lugares)

F.N.

Em Odemira, portugueses e estrangeiros reunidos no "grupo de reflexão de iniciativas neorrurais"[1] descrevem a narrativa que não querem contar às gerações futuras: "A expansão territorial da agroindústria na charneca litoral (intensificação das monoculturas e da pecuária, do uso de agroquímicos e de organismos geneticamente modificados) e a contaminação do solo e de aquíferos". Uma visão negativa do futuro consolidando a dimensão social presente na "importação de mão de obra barata do estrangeiro, sujeita a níveis de exploração que ofendem a dignidade da pessoa e que, pela sua dimensão, têm impactes significativos nas comunidades locais – desestabilizando a estrutura social, com uma crescente fatia da população excluída do sentimento de pertença e da participação na vida da sociedade". Em suma, uma oposição ao "conceito de desenvolvimento, assente na perspetiva estreita do progresso, entendido como o crescimento dos indicadores económicos, [que] sacrificou a identidade e a vivência local em nome do valor financeiro e de uma cultura de consumo ostensivo".

É preconizado, ao invés, um "território inclusivo" e um desenvolvimento económico que, "assente em valores e princípios éticos, assume-se como marca da identidade presente em diversos sectores de atividade, do turismo ecológico e de desenvolvimento pessoal, a uma fileira agrícola que promove o emprego local, contribui para a qualificação das pessoas e para a regeneração dos valores e recursos naturais". Este "empreendedorismo social e ecológico" resulta essencialmente na diminuição da escala capitalista das relações e dos modos de produção. Não representa uma cultura autogestionária mas porta valores de mudança à discussão. Não anda longe da CNA que, na resposta à "crise climática", "aposta na agricultura familiar e na pequena agricultura, em modelos de produção mais sustentáveis e na relocalização do consumo alimentar"[2].

> A perspetiva estreita do progresso, entendido como o crescimento dos indicadores económicos, sacrificou a identidade e a vivência local em nome do valor financeiro e de uma cultura de consumo ostensivo.

Odemira será um terreno fértil no futuro. Face à agroindústria de estufas no litoral, há uma massa crítica que procura uma resposta para a satisfação das várias necessidades humanas e não apenas das mais básicas, que provém, sobretudo, do norte da Europa com recursos económicos e culturais e com o propósito de criar "comunidades alternativas". Uma vantagem que enfrenta uma contradição a ser encarada: perante uma massa de imigrantes explorados a lutar pela vida, o neorrural surge no seio de um movimento de "lifestyle migrations". O "estilo de vida" *holístico*, baseado na *permacultura*, parece manter-se indissociável do assistencialismo a norte e, não menos, da equação que leva à luta pela sobrevivência dos imigrantes a sul. Não ter em conta essa dicotomia é o primeiro passo em falso numa discussão séria sobre as alternativas. Esta só terá lugar desmascarando o capitalismo na raiz desigual dos fluxos migratórios.

Outro contraste foi observado pela francesa Zoé Chalaux quando percorreu Odemira pela Confédération Paysanne. Não se cruzou com o "empreendedorismo social e ecológico", mas com o empreendedorismo das estufas organizado na Associação de Horticultores do Sudoeste Alentejano (AHSA), que contrastava com os agricultores e criadores de gado, envelhecidos e desanimados: "Tá tudo errado! Esta política é completamente errada! Diz-me lá que segurança tem um agricultor que trabalha uma terra que não é dele? O que é se irá passar amanhã quando o proprietário lhe peça para pagar mais ou para se ir embora?". Questionados porque não se organizam em cooperativas ou organizações de produtores, a resposta é imediata: por serem poucos e por não haver já força para o quer que seja[3].

A questão da Terra

Estes contrastes, seja nos perfis migratórios que podemos encontrar no campo, seja na natureza de quem trabalha e de quem possui a terra, conduzem à discussão sobre a necessidade de uma nova organização do trabalho e da produção. E esta não pode ser cingida à questão camponesa ou sindical, mas à questão ambiental e social de fundo que representa, o que extravasa a própria esfera da ruralidade. Nesse sentido, podemos voltar a falar de uma "Reforma Agrária" não entendida como um dogma saudosista ou amedrontador. Hoje, perante os novos trabalhadores rurais imigrantes e a urgência de defender o território da sua extinção ambiental e social, impõem-se dois aspectos ao falar da *questão da terra*.

Um primeiro será retomar a bandeira a que se resumiu no final a reforma agrária da nossa história recente: a luta por melhores salários e pela dignidade do trabalhador agrícola. Porque se nos anos 70 o assalariado rural sentia-se como um proletário e não como um camponês, hoje essa sua condição industrial é definitiva. Ainda para mais quando a busca de uma vida melhor não o liga familiarmente a qualquer parcela de terra, à qual chega para trabalhar anónima e fugazmente. Depois, a sua condição imigrante não encontra eco no perfil proletário predefinido. A sua luta parece partir da estaca zero. Para eles os sindicatos rurais não existem e os poderes – a sul são em boa parte comunistas com o credo no campesinato – ignoram ou segregam-nos. Um poder que, ao invés, acarinha os patrões que não hesitam em declarar, como nas estufas da Longueira e Almograve em Odemira, que "não gosto quando começam a fazer muitas exigências salariais e de transporte. Quando acham que o salário é pouco…"[4]. O retomar desta bandeira requer novas formas de organização do trabalho, através de moldes cooperativos e de autogestão direta, autónoma e coletiva, combatendo a perniciosa ação da intermediação de empresas de prestação de serviços e empresas de trabalho temporário, no acesso à contratação de trabalhos sazonais para evitar discriminações por origem ou género.

Essas opções dificilmente podem surgir à margem de um segundo e definitivo aspecto, que implica a vontade de ultrapassar a anterior e limitada esfera: mais do que reformar há que revolucionar toda a forma de produção e consumo. Convergir equitativamente o trabalhador agrícola sazonal numa corrente autogestionária que privilegie cooperativas de pequenos e médios produtores ou outras formas solidárias, requer a articulação com o desenvolvimento de um sentido distinto de consumo, próxima da terra e de quem nela trabalha.

1 Revisão do PDM de Odemira. Relatório de Participação Preventiva do Grupo de Reflexão de Iniciativas Neorrurais do Concelho de Odemira", Janeiro 2016.

2 http://bit.ly/2iqFKVT

3 10.08.2004 "Odemira: fracture entre deux agricultures" in Vue d'Europe et d'ailleurs, Le site des volontaires http://bit.ly/2iqEzFW

4 http://bit.ly/2iqyY2x

Plástico invade os últimos redutos do litoral selvagem

A nova batalha ambiental no Algarve e na costa alentejana são as estufas. O "Manifesto por uma posição governamental urgente face às dificuldades de compatibilização entre agricultura intensiva e valorização dos recursos endógenos da costa sudoeste"[1], apresentado em outubro último por 23 entidades, entre grupos ecologistas, autarquias e regiões de turismo, espelha a indignação do território do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Na defesa do *turismo de natureza* e da valorização económica dos recursos endógenos, o Manifesto observa que já "depois de conhecerem o conceito de PIN (Projecto de Interessa Nacional), que não auscultou o verdadeiro interesse da região e criou excepções incompreensíveis à legislação em vigor", surge agora uma nova realidade agrícola "traduzida em centenas de hectares de estufas e plástico sem o devido enquadramento paisagístico e ambiental [que] é encarada como uma nova 'excepção à regra', tornando o esforço conjunto de conservação dos valores locais questionável e sem um real sentido de futuro."

Autarcas, ambientalistas e agentes turísticos juntaram-se para desafiar o sector agroindustrial, denunciando o *dumping* social e ambiental das estufas. Não nos enganemos, é uma luta interna do capitalismo, que foi eficaz na contestação à exploração de hidrocarbonetos no Algarve, mas que não questiona a lógica mercantil que apenas defende a "natureza" enquanto meio de produção, para salvaguardar o retorno de capital investido.

O alvo visado é a falta de fiscalização sobre a agricultura intensiva em plena área protegida, agravada pela perspetiva de duplicação da sua área nos próximos 2 anos. Indústria à qual, em 2011, o Plano de Ordenamento do Parque (POPNSACV) escancarou as portas por via do Programa Sectorial Agrícola do Perímetro de Rega do Mira da Associação de Beneficiários do Mira. Desde então diversas violações e destruições de habitats ocorrem sem qualquer atuação do ICNF, consolidando o tom próprio do Plano: mão férrea com os fracos (os pescadores, mariscadores, etc.), mas complacente com os interesses dos grandes investidores.

O Manifesto denuncia o impacte paisagístico dos campos de plástico, os impactes na água, solos e ecossistema. Mas igualmente os impactes sociais pela falta de enquadramento social dos milhares de trabalhadores imigrantes. Também no Algarve, outras iniciativas têm surgido contra a proliferação das estufas, incluindo no Parque Natural da Ria Formosa.

/// NOTAS

1 http://bit.ly/2id3xJK

Esperar, esperar... desesperar.
A política imigratória em Portugal

SOLIM

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Ayaaz é um dos muitos paquistaneses que, em conjunto com nepaleses, indianos e bengalis, trabalham nos campos agrícolas do Hotel Vila Galé entre Beja e Ferreira do Alentejo. Acorda, toma as refeições e adormece num contentor com 60 pessoas, por entre o duro trabalho agrícola, emprego que obteve através da Multitempo, uma empresa de trabalho temporário. Ayaaz, com quem o MAPA falou, é um dos milhares de imigrantes que aguarda meses a fio pelo título de residência.

"Pagamos os impostos todo o ano, trabalhamos arduamente todo o ano e, sempre que vamos ao SEF perguntar pelos cartões de residência, apenas temos uma resposta: 'Espera.' Perguntamos qual a razão: 'Espera, espera…' Não há razão para isso, eu não sei qual a razão do 'Espera'! A um dos meus amigos morreu-lhe o pai no Paquistão e ele não pode ir porque está à espera do cartão. Um dos meus amigos tem a sua filha na Índia com cancro e ela liga-lhe: 'Pai vem visitar-me'; e o pai a chorar porque está um ano à espera do cartão que não vem. E quando liga ao SEF: 'Espera'. Não nos dizem mais nada…"

"Espera, espera…" é a única resposta que recebem do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), que em 2016 entendeu fechar ainda mais as portas da Europa-fortaleza. Tão fácil e popular é o medo e a paranóia securitária, que veem terroristas em cada semblante vindo de fora, mesmos naqueles que jazem no fundo do mar Mediterrâneo. Para Valentina Marcelino – afamada correia de transmissão policial – a Índia, o Bangladesh e o Paquistão são países considerados de risco. Tal era o tom da "ameaça terrorista" desta jornalista do *Diário de Notícias* na sua peça de dezembro passado, perante os avanços das reivindicações dos "imigrantes fora da lei", como intitulava[1].

No ano que passou as vozes dos imigrantes fizeram-se ouvir como nunca. Isto em muito se deveu à Solidariedade Imigrante (SOLIM), associação com 17 anos de trabalho na defesa dos direitos dos imigrantes. Os imigrantes nas manifestações do 1º de maio e do 25 de abril destacaram-se pela sua força, saindo à rua em nome próprio na ocupação da Rua do Ouro, em Lisboa, a 3 de Julho de 2016. A 27 de outubro teve lugar o primeiro protesto de imigrantes em frente à Assembleia da República, antecedendo a histórica manifestação do dia 13 de novembro, subscrita por 49 associações, organizações e coletivos, que percorreu a baixa de Lisboa com cerca de 2000 pessoas. Que ninguém esqueça como a mobilização dos imigrantes é rara, uma vez que é manietada pela frágil condição legal ou pela clandestinidade. Apenas presente num associativismo flutuante, ela está descaradamente ausente da prática sindical em Portugal.

Antes ainda da manifestação de novembro, já um significativo protesto acontecera, com a concentração no SEF, em Lisboa, em dois dias seguidos, 7 e 8 outubro, dos trabalhadores agrícolas imigrantes vindos dos campos e estufas do Algarve, Alentejo – de Beja a Odemira –, da região oeste e de Santarém[2]. Exigindo uma solução para os cerca de 3 mil imigrantes que há mais de um ano esperam o título de residência. Um número por aferir mais rigorosamente, dado que, segundo o SEF, só em 2015 teriam dado entrada mais de 12 mil pedidos.

Os "Imigrantes da agricultura", tal como Ayaaz conta em tom revoltado, apontam o dedo aos atrasos na atribuição das autorizações de residência, apesar de cumpridos os pagamentos à Segurança Social e ao Fisco, e pagas quantias para a sua inscrição e processos legais que podem chegar aos 800. Em primeira instância, um protesto contra a máquina burocrática do Estado, o qual mereceu a resposta padronizada (e patronizada) do sindicato dos trabalhadores do SEF, reclamando a contratação de mais funcionários burocratas. Mas o que está em causa é, em ultima instância, um protesto contra as políticas restritivas de imigração. Políticas que, no quotidiano, representam para estes trabalhadores a imposição de um bloqueio ao livre acesso à vida em comunidade, desde a saúde à educação.

Em 2016 os imigrantes assistiram não apenas ao discurso diferenciado dado a um refugiado, como se a sua situação não fosse também ela *humanitária*, mas à investida do SEF por via do seu despacho 7/2016 de 21 de março. Em causa estavam os critérios para a comprovação de entrada legal em Portugal, segundo os quais os cidadãos estrangeiros têm de ser portadores de um documento de viagem reconhecido como válido, levando a que mesmo os que já tinham iniciado o processo de legalização voltem de novo à estaca zero. Seriam à volta de 1200 os processos deferidos à espera da emissão dos títulos de residência.

Diz-nos Ayaaz "Eu cheguei à Europa com um visto [o chamado visto Schengen] e passado um tempo venho para Portugal. Tenho o visto, mas não os bilhetes. Como é possível passados 6 anos ainda o ter, quando chegas à Europa vindo do Paquistão por comboio? E eles a perguntar: 'Mostra-me o teu bilhete.' Eu não tenho um bilhete, mas tenho um visto… Por isso não é lógico que após 5, 6 anos peçam um bilhete! Primeiro tiram-te as impressões digitais, e depois passado um ano estão-te a dizer: 'Oh, não tens bilhetes? Espera… Não tens um *boarding pass*? Espera...' E não há critérios iguais: alguns dos meus amigos não têm bilhete ou *boarding pass* e conseguem; não têm visto europeu e conseguem o cartão de residência. Como é possível que a lei seja diferente de uns para outros?"

> (...) o que está em causa é, em última instância, um protesto contra as políticas restritivas de imigração. Políticas que, no quotidiano, representam para estes trabalhadores a imposição de um bloqueio ao livre acesso à vida em comunidade, desde a saúde à educação.

> A política de imigração em Portugal é desde a década de 90 marcada por orientações europeias securitárias e restritivas, cimentando a noção de "Europa-fortaleza – Imigração Zero".

A história de uma fortaleza

A política de imigração em Portugal é desde a década de 90 marcada por orientações europeias securitárias e restritivas, cimentando a noção de "Europa-fortaleza – Imigração Zero"[3]. O primeiro alvo, com o ónus da ilegalidade, foram as pessoas dos países africanos de língua portuguesa (PALOP). Em 1996, é-lhes determina-

do um processo de regularização extraordinário. Por essa altura a "interculturalidade" entrava no debate e nas lutas imigrantes, que decorrem, desde o seu início, a par da luta contra o racismo.

Se a "integração versus exclusão" dominava a discussão imigratória no final do séc. XX, opera-se então uma mudança crucial. A partir de 2000, a regulação migratória é dominada e baseada apenas nas "necessidades de mercado". Toda a discussão passa a ser conduzida pelo economicismo. Mais evidente do que nunca, a política imigratória não considera pessoas mas mercadorias. "Força de trabalho" descartável consoante as exigências do mercado.

Nesse início do século, em Portugal, as "vacas gordas" significavam obras públicas, que contavam com a força de trabalho de imigrantes, homens e mulheres, do leste europeu e do Brasil. Esta imigração assentava em vistos de trabalho temporários e precários, que pela lei deveriam ser obtidos nos países de origem, apesar de os acordos bilaterais assinados com a Ucrânia, Bulgária ou Roménia, com o objetivo de combater as redes de tráfico humano, nunca terem passado de letra morta. Em 2001, um período extraordinário de regularização resultou na emissão de cerca de 200 mil autorizações de permanência, mas apenas renováveis anualmente se os imigrantes mantivessem um contrato de trabalho válido e os descontos para a Segurança Social em dia. Em 2002, o Ministério da Administração Interna reforça o fecho das fronteiras defendendo um "sistema de quotas" no quadro de um mercado rígido à entrada de imigrantes.

Em 2003 são revogadas as autorizações de permanência e passa a imperativo – e não mais indicativo – a exigência da garantia do trabalho. Já o dissemos: a imigração completamente subordinada às regras de mercado. A situação obriga a dois novos períodos extraordinários de legalização: em 2003, o chamado "acordo Lula", acordo discriminatório só para brasileiros; e, em 2004, o chamado "processo dos CTT" (assim apelidado face ao registo prévio nos correios) que, visando abarcar cerca de 53.000 imigrantes, apenas concedeu título de residência a menos de 10% destes, na sua draconiana burocracia.

Em 2007 surge a Lei n.º 23/2007, regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional que mantem a autorização de residência subordinada ao trabalho pedido no país de origem e a uma certificação do Instituto de Emprego e Formação Profissional. Requisito irreal que favorece o tráfico de pessoas, pois ninguém contrata ninguém à distância, e ninguém volta ao país de origem em busca de um visto de trabalho. A regra é pois trabalhar clandestinamente à espera de uma ocasião. E é então que surgem, como saídas de recurso, os n.ºs 2 dos Artigos 88.º e 89.º da Lei[4]. Uma janela legal que permite, com caráter "excecional", avançar com uma manifestação de interesse para obter o título de residência.

Na década seguinte, com o crescimento da imigração na agricultura, avolumam-se os pedidos de residência junto de um SEF sem resposta e com entraves cada vez maiores. Algo que se constata desde 2008, ano a partir do qual as autorizações de residência para efeitos profissionais e de reagrupamento familiar decrescem. Entre 2008 e 2012, a concessão destas autorizações de residência regista quebras bastante mais acentuadas (-65,1% e -77,7%, respetivamente) face à quebra associada do total de residentes (-5,3%)[5].

Estes números chocam por sua vez com outros: o presidente do Conselho Económico e Social expressou, no final de 2016, no parlamento, que Portugal precisa de ter cerca de "900 mil trabalhadores imigrantes" para ter "um crescimento à volta dos 3%" do PIB[6]. Espectativa naturalmente alicerçada na contribuição dos imigrantes para a Segurança Social, que se traduz já hoje num saldo positivo de 316 milhões de euros[7]. Sem esquecer um último e esmagador argumento: o decréscimo populacional em Portugal apenas tem sido contrariado pelo contributo da população estrangeira, como os Censos 2011 reafirmaram. Nos últimos 10 anos a população cresceu 2% (206 061 indivíduos), devendo-o ao saldo migratório, que explica 91% desse crescimento. Os estrangeiros têm sido os responsáveis não só pelo aumento de efetivos em idade ativa, mas também por uma percentagem significativa dos nascimentos em Portugal[8].

E é neste cenário que se noticiam centros de Segurança Social a recusar a inscrição dos imigrantes, a pretexto da irregularidade da sua situação, quando essa inscrição é, na lei, um pré-requisito ao pedido de residência. É nesta realidade, que tanto precisa dos imigrantes, que surgiu o despacho restritivo do SEF de Março de 2016. É pois neste âmbito que a alteração do quadro legislativo para um processo automático, normal e eficiente, e não extraordinário e disfuncional, à obtenção de títulos de residência, surge como a reivindicação principal dos imigrantes: papeis para todos!

NAOHIRO KOZNEUF / SOLIM

SOLIM

No ano que passou as vozes dos imigrantes fizeram-se ouvir como nunca. Os imigrantes nas manifestações do 1º de maio e do 25 de abril destacaram-se pela sua força, saindo à rua em nome próprio na ocupação da Rua do Ouro, em Lisboa, a 3 de Julho de 2016. A 27 de Outubro teve lugar o primeiro protesto de imigrantes em frente à Assembleia da República, antecedendo a histórica manifestação do dia 13 de novembro, subscrita por 49 associações, organizações e coletivos, que percorreu a baixa de Lisboa com cerca de 2000 pessoas.

NAOHIRO KOZNEUF / SOLIM

/// NOTAS

1 http://bit.ly/2ijD00J

2 http://bit.ly/2giuKwU e http://bit.ly/2h8ILJg

3 Elsa Dionísio (2009) Políticas locais e acção colectiva dos imigrantes da Europa de Leste, ACID (em

http://bit.ly/2hjazQe)

4 Refere o n.º 2 que "Excepcionalmente, mediante proposta do director-geral do SEF ou por iniciativa do Ministro da Administração Interna, pode ser dispensado o requisito previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 77.º, desde que o cidadão estrangeiro, além das demais condições gerais previstas nessa disposição, preencha as seguintes condições: a) Possua um contrato de trabalho ou tenha uma relação laboral comprovada por sindicato, por associação com assento no Conselho Consultivo ou pela Inspecção-Geral do Trabalho; b) Tenha entrado legalmente em território nacional e aqui permaneça legalmente; c) Esteja inscrito e tenha a sua situação regularizada perante a Segurança Social."

5 http://bit.ly/2hj9wzE

6 http://bit.ly/2hy2pzy

7 http://bit.ly/2hfFBXy

8 http://bit.ly/2hj9wzE

Um sindicato de imigrantes nas estufas de Almeria

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Na Andaluzia há um sindicato de trabalhadores rurais com secções compostas maioritariamente por imigrantes. Com a colaboração do jornal *El Topo*, de Sevilha, entrevistamos Federico Pacheco, do SOT/SAT de Almeria, província onde mais de 95% dos trabalhadores rurais são imigrantes.

O *Sindicato Andaluz de Trabajadores* (SAT) resultou em 2007 da união de diferentes sindicatos andaluzes, incluindo o histórico *Sindicato de Obreros del Campo* (SOC). Este "sindicato andaluz, de classe e alternativo" pese o seu escasso raio de acção, é conhecido pelas recentes ocupações de terras, em 2012, de Las Turquillas ou de Somonte, esta última permanecendo hoje com uma produção de mais de 300 hectares com a ajuda de cooperativas formadas pelo SAT. As acções mediáticas de expropriação de alimentos e material escolar em grandes superfícies como o Mercadona ou o Carrefour são outros casos por que são conhecidos. Mas a sua eterna associação é com o município de Marinaleda que tem, desde 1979, como alcaide Sánchez Gordillo, líder da Candidatura Unitária de Trabalhadores, um dos partidos fundadores da coligação comunista da Esquerda Unida. O nacionalismo andaluz dessa esquerda radical parlamentar está na essência do SAT e na origem, em 1976, do SOC, nascido de cisões com o partido comunista, embora continue hoje a invocar igualmente a presença e influências libertárias na sua acção directa. A colectivização da terra permanece a sua grande bandeira e são por isso constantemente perseguidos judicialmente.

Para lá destes parâmetros clássicos da sua formação marxista, um dos seus aspectos mais relevantes é formarem parte da *Via Campesina*, grupo plural de organizações camponesas e indígenas de todo o planeta, que defende "a agricultura sustentável de pequena escala como um modo de promover a justiça social e a dignidade, opondo-se firmemente aos agronegócios e às multinacionais que estão a destruir os povos e a natureza".

Assim, quando um sindicato como este se encontra no meio da imensidão plástica das estufas de Almeria, onde à escravidão dos imigrantes se soma um racismo sempre latente, não podíamos deixar de recolher o testemunho de Federico Pacheco.

Ocupação das estufas de Simón Sabio.

A crise, os cortes sociais e a repressão afectaram com maior gravidade as populações imigrantes, mantendo-se milhares de trabalhadores sem documentação

O nosso papel sindical, focado em resolver os problemas concretos do dia-a-dia dos trabalhadores, não nos faz perder de vista a nossa perspectiva de transformação agrária e social.

Como é, actualmente, no meio rural e nas estufas a adesão e, sobretudo, a participação dos imigrantes no SOC/SAT?

Depois de 16 anos de presença no campo e de várias lutas e acções realizadas em defesa dos direitos laborais, sociais e dos imigrantes, o SOC-SAT é uma referência importante entre o colectivo de trabalhadores das estufas na província de Almeria. Ano após ano, são milhares de pessoas as que entram em contacto com o sindicato através da assessoria laboral, seja através da participação nas actividades que se desenvolvem nos três lugares (Almeria, El Ejido e San Isidro - Níjar), principalmente de formação, seja com as visitas e encontros sindicais nos centros de trabalho, lugares de reunião e alojamentos. Também são importantes as assembleias que se realizam em espaços e em praças numas vinte localidades, antes do 1º de Maio e do 18 de Dezembro (dia dos direitos humanos), assim como as manifestações e acções reivindicativas que se organizam ao longo do ano. Ainda que sejam muitos os jornaleiros imigrantes do campo e da manipulação de alimentos que procuram o sindicato como instrumento de assessoramento, de formação e de luta, também é verdade que é muito difícil consolidar grupos de trabalho estáveis, devido à instabilidade e ao deslocamento permanente de uma grande parte do colectivo, bem como à falta de tempo e à precariedade na qual a maioria vive. Ainda assim, em Almeria existe uma filiação (flutuante) de à volta de umas 500 pessoas e grupos de activistas em três associações locais e em algumas empresas. Há muito mais participação nos momentos em que se organizam acções ou em que se dão conflitos grandes, sejam laborais ou sociais.

Em 2013, deu-se a ocupação das quintas e estufas de San Nicolás (La Mojonera) e Campohermoso (Níjar). Como foi esse episódio e como terminou? Houve, desde então (ou antes), outras acções semelhantes?

No SOC-SAT, enquanto organização combativa e transformadora, tenta-se sempre que os conflitos individuais se colectivizem e que as lutas concretas se enquadrem numa visão crítica do modelo agrícola e social, tomando um carácter transformador. É habitual que as exigências judiciais perante incumprimentos legais ou despedimentos sejam acompanhadas de acções de protesto, denúncias e pressões às empresas, que em várias ocasiões se transformaram em greves, normalmente espontâneas. A dimensão particular do conflito de Simón Sabio em 2013 foi que, perante a falência e a fuga do empresário, cerca de 130 trabalhadores decidiram, com o apoio do sindicato, ocupar os mais de 30 hectares de estufas que cultivavam e as casas da quinta que algumas famílias utilizavam. Conseguiu-se impedir a venda e o leilão das terras até que fossem pagas as indemnizações por despedimento e as dívidas salariais (ganharam-se todos os processos judiciais). Um grupo de jornaleiros, principalmente indocumentados, que depois foram todos regularizados, cultivou alguns hectares, e difundiu-se e denunciou-se amplamente a situação geral da exploração laboral e, em particular, a especulação permanente na qual se movimentam muitas empresas do sector. Ainda que a ideia fosse ficar com terra para o seu cultivo colectivo (formou-se a associação "jornaler@s sin patrón"), o projecto não foi avante por problemas práticos e também pessoais. Esta foi a luta em que melhor se integrou uma visão alternativa não só sobre o modelo de exploração capitalista, mas também sobre o modelo agrícola industrial e extractivista. Até à época da chamada crise económica (2007/2008), as lutas principais centraram-se em temas relacionados com a imigração (documentação, expulsões, reagrupamento familiar, controlos policiais), com acções como encerramentos (em igrejas, na universidade, em sindicatos),

concentrações e manifestações massivas (mais de 5000 pessoas em 2005). Depois, as lutas concentraram-se mais nos despedimentos, nos incumprimentos laborais e na repressão sindical. A mais importante foi, sem dúvida, a da secção sindical da Biosol, na qual companheiras marroquinas da manipulação de alimentos conseguiram vitórias importantes recorrendo a uma estratégia em que combinaram lutas locais (concentrações, conferências de imprensa, greves de fome) com pressão comercial aos supermercados europeus compradores dos produtos de Almeria, em coordenação com organizações de consumidores, agricultores e activistas, principalmente da Suíça, Áustria e Alemanha.

Depois dos acontecimentos mediáticos de 2000, em El Ejido, relacionados com os ataques racistas a imigrantes, como é a situação actual, passados 16 anos?

Os ataques racistas de 2000, impulsionados pela municipalidade, pelos meios de comunicação locais e pelos sectores empresariais, deveriam ter servido para tomar consciência da insustentabilidade social e ambiental do modelo produtivo que se estava a desenvolver na região. Porém, os poderes económicos, a imprensa, as forças políticas de todo o tipo, os grandes sindicatos, as ONGs, os grandes e os pequenos agricultores uniram-se num "pacto de silêncio" em defesa do sistema agrícola que a província tinha conseguido desenvolver, fosse qual fosse o custo que tenha tido de pagar. Para além da absoluta impunidade dos agressores dos acontecimentos de El Ejido (não houve nenhuma condenação), as agressões racistas e a criminalização de quem quer que se atrevesse a denunciar a exploração laboral ou os danos ecológicos que estavam a ser causados continuaram. As compensações económicas obtidas, conjuntamente com outras medidas de realojamento urgente e de regularização de pessoas indocumentadas, foram conseguidas graças a uma greve geral que os trabalhadores marroquinos realizaram em El Ejido e a acções posteriores, como por exemplo a de 500 pessoas que se fecharam nos edifícios sindicais, entre outras. Dezasseis anos depois, pode constatar-se que a situação geral não mudou. Apesar de o sector ter crescido em termos de produção, exportação e benefícios ainda durante a crise (mais de 3000 milhões de euros por 3 milhões de toneladas de fruta e legumes), os salários e as condições laborais do Acordo são os mais baixos e os piores de todo o território espanhol, e mesmo assim não são cumpridos. A precariedade laboral é absoluta e há problemas sociais muitos graves, como o da habitação. Os albergues acordados no Pacto assinado com os empresários e as administrações durante os acontecimentos e a greve de 2000 nunca foram construídos, nem foi impulsionada nenhuma política em favor dos trabalhadores rurais, o que que leva a que muitas famílias temporárias se vejam obrigadas a residir em barracões, ou em habitações precárias no campo, ou em bairros marginalizados. A crise, os cortes sociais e a repressão afectaram com maior gravidade as populações imigrantes, mantendo-se milhares de trabalhadores sem documentação, muitos deles por a terem perdido devido ao término dos seus empregos ou à redução dos seus salários.

A discriminação legal, administrativa e social, faz com que a maioria dos imigrantes se vejam obrigados a permanecer em certos nichos laborais e a aceitar condições de exploração e de marginalidade social que os autóctones não aceitariam.

Como caracterizarias a relação entre o trabalhador rural andaluz/espanhol e o trabalhador imigrante?

Em Almeria, mais de 95% dos trabalhadores do campo e mais de 50% dos trabalhadores da manipulação de alimentos são imigrantes. O sistema produtivo tenta sempre segregar, estratificar e pôr em confronto os distintos colectivos, com o intuito de evitar que as pessoas se unam em defesa dos seus direitos. A discriminação legal, administrativa e social faz com que a maioria dos imigrantes se vejam obrigados a permanecer em certos nichos laborais e a aceitar condições de exploração e de marginalidade social que os autóctones não aceitariam. Tentam-se, de vez em quando, substituições "étnicas" da mão-de-obra e fomenta-se o racismo. Podemos afirmar que na região existe um nível elevado de racismo e de xenofobia institucional e social. Porém, e sobretudo depois da crise (e de lutas gerais, como o movimento anti-despejos, as *mareas* e outros), existem muitos espaços de encontro, de unidade e de colaboração entre trabalhadores autóctones e estrangeiros e uma maior consciência sobre os nossos interesses comuns. O SOC-SAT vem impulsionando permanentemente estratégias que fomentam a unidade de todas as pessoas trabalhadoras na luta pelos seus direitos, não só em Almeria como em todas as campanhas agrícolas andaluzas nas quais os jornaleiros andaluzes e os jornaleiros imigrados partilham tarefas.

Como é a relação das iniciativas agroecológicas com as lutas dos imigrantes e dos trabalhadores rurais?

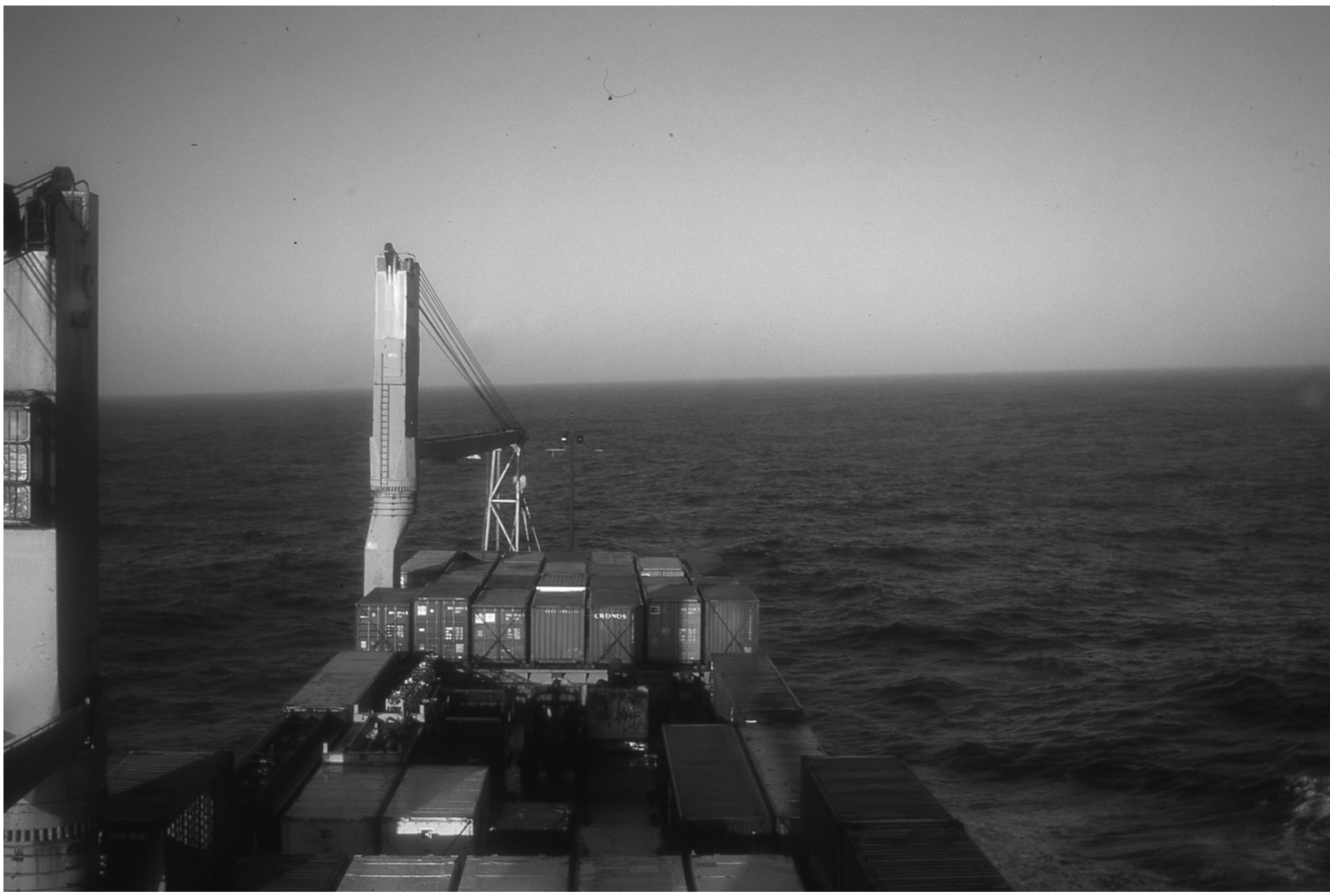
O SOC, mais na zona de Sevilha e de Cádis, tem uma tradição histórica (de mais de 40 anos) de combinar a reivindicação de melhores condições, não só laborais como de serviços públicos e de prestações, com a luta pela terra e a formação de cooperativas agrárias de trabalhadores, entre as quais a de Marinaleda é o principal exemplo. Para o sindicato, é fundamental organizarmo-nos e lutar por manter o emprego no campo, aplicar os acordos e melhorar os salários e as condições laborais de todos os trabalhadores, quaisquer que sejam as suas origens e tipos de relação laboral. Fomos sempre conscientes da necessidade de estar unidos como classe e, por isso, temo-nos comprometido a fundo com as lutas pela liberdade de circulação e a igualdade de direitos, havendo territórios, como é o caso de Almeria, onde a maior parte da filiação e dos referentes sindicais são imigrantes. Por outro lado, o nosso papel sindical, focado em resolver os problemas concretos do dia-a-dia dos trabalhadores, não nos faz perder de vista a nossa perspectiva de transformação agrária e social. Todas as lutas e reivindicações têm de estar sempre relacionadas com a denúncia - mais propostas e criação de alternativas – do modelo capitalista e de uma agricultura industrial de exportação que destrói o meio-ambiente, explora as pessoas e desestrutura o mundo rural.

Ocupações de terras em 2012 de Somonte. Permanece hoje com uma produção agrícola em mais de 300 hectares com a ajuda de cooperativas formadas pelo SAT.

Como entende então o SOC/SAT a crítica ao modelo agroindustrial e a luta sindical?

O SOC concebeu desde o seu início a luta pela reforma agrária, os cultivos sociais e o modelo agrário que garanta emprego, salários dignos e um cuidado com o âmbito ecológico e social no mundo rural. Somos fundadores e membros activos da *Via Campesina,* a partir da qual impulsionamos a defesa dos interesses e direitos dos jornaleiros, dos imigrantes, dos cooperativistas e dos pequenos camponeses, por um novo modelo rural baseado na soberania alimentar, na biodiversidade, na agroecologia e nos direitos camponeses para todas as pessoas que participam na produção de alimentos ou vivem no campo. A nível estritamente sindical (como assalariados), colaboramos e coordenamo-nos com sindicatos de base, reivindicativos, anticapitalistas e que defendem os direitos de autodeterminação dos povos, tanto a nível andaluz como estatal e europeu. Porém, é muito difícil um trabalho conjunto com os grandes sindicatos institucionalizados, já que, para além da sua burocratização e política de concertação contra os interesses da maioria dos trabalhadores, no sector agrário não têm uma presença real, a não ser para negociar acordos cada vez piores e impedir a auto-organização de base, sem questionar em geral o sistema agrário actual.

Auto-estradas do mar: A UE quer chegar a bom porto, mas como e para quem?



JOÃO MARTINS
J.MARTINS@JORNALMAPA.PT
JOÃO VINAGRE
FOTOS **LUÍSA HOMEM, RAQUEL MARQUES** E **HUMA**

Em dois artigos anteriores, "A (renovada) corrida ao ouro negro" (MAPA 12) e "Europa a todo o gás" (MAPA 13), abordámos entre outras coisas a forma como a indústria dos hidrocarbonetos se está a expandir, com o gás de xisto, as areias betuminosas e outras técnicas de extracção não convencional no centro dessa expansão. Abordámos também o investimento colossal da União Europeia (UE) na infra-estrutura de apoio ao gás natural, na sequência do COP21 em Paris. Estes desenvolvimentos, longe de independentes, estão profundamente interligados. Neste artigo, tentaremos continuar a iluminar uma teia de relações e interdependências que, pela sua complexidade e frequente opacidade, não recebe a atenção e o escrutínio que claramente requer.

O aumento de produção de gás de xisto nos EUA tornou o gás natural americano competitivo em termos de exportação, convertendo os EUA, tradicionalmente importadores, num agente relevante no sector. Esta dinâmica, enquadrada por questões geopolíticas, nomeadamente o papel da Rússia no fornecimento de gás à Europa, encontra resposta no aumento do número de potenciais fornecedores, entre os quais os EUA, e da capacidade de armazenamento e distribuição promovidos pela UE. No entrecruzar de vários destes vectores assistimos a uma recuperação da importância dos portos marítimos, agora não só como plataforma de pessoas e carga, mas cada vez mais como elemento fulcral à entrada de combustíveis no mercado europeu, numa altura em que os preços do gás natural liquefeito (GNL) tornam economicamente viável a sua exportação por via marítima. A par destes desenvolvimentos regista-se a emergência de um discurso, à escala europeia, de valorização dos oceanos, frequentemente envolto em piedades acerca de sustentabilidade, segurança e desenvolvimento económico, que é acolhido e interpretado com naturalidade pela classe política e económica de um país, como o nosso, que construiu grande parte da sua imagem e mitologia em torno da relação com o mar. Assim, não espantam, na versão nacional desta narrativa, as inevitáveis referências a caravelas e a intrépidos descobridores, à dimensão e ao desígnio marítimos deste "jardim à beira mar plantado", que altos responsáveis políticos e económicos nacionais tentam agora posicionar como parceiro ideal, disponível e a todos os níveis prestável, neste processo de gasificação europeia. Antes avançarmos nesse sentido, convém contextualizar estes pontos.

Voltando então o nosso olhar para a Europa, iremos tentar desenvolver um pouco um aspecto relevante desta temática, que já abordamos brevemente: os combustíveis automóveis e o seu lugar no debate geral acerca da importação de combustíveis fósseis na Europa. A importação de combustíveis não convencionais tem sido alvo de um aceso debate na UE. Em 2009 os estados membros aprovaram a Directiva da Qualidade dos Combustíveis (Fuel Quality Directive ou FQD). Esta estabelecia, entre outras coisas, que os produtores de combustíveis devem reduzir as emissões de gás de estufa associadas aos seus combustíveis, mas ficaram por definir os moldes exactos de aplicação da directiva. A grande questão prendia-se com a diferenciação ou não dos combustíveis não convencionais (areias betuminosas, gás de xisto, entre outros) dos ditos convencionais, através de diferentes índices de emissões. Cientistas, ambientalistas e vários grupos da sociedade civil defendiam a diferenciação. Por diferenciação entenda-se que um volume de combustível obtido por extracção não convencional corresponderia a uma maior taxa de emissões do que um volume equivalente de combustível obtido por extracção convencional. Do lado oposto da barricada, defendendo a "não discriminação" entre os vários tipos de combustível, estavam essencialmente os representantes da indústria petrolífera e de interesses associados. A sustentação da primeira posição

(…) assistimos a uma recuperação da importância dos portos marítimos, agora não só como plataforma de pessoas e carga, mas cada vez mais como elemento fulcral à entrada de combustíveis no mercado europeu, numa altura em que os preços do gás natural liquefeito (GNL) tornam economicamente viável a sua exportação por via marítima.

era simples: se na sua forma final, no depósito de um veículo, as emissões de combustíveis convencionais e as de não convencionais seriam idênticas, a energia empregue e a pegada ambiental dos combustíveis obtidos por extracção não convencional é, a montante, muito superior à dos convencionais. Ou seja, um litro de petróleo "convencional" corresponde a menos emissões totais, incluindo extracção, processamento e transporte, do que um litro de petróleo não convencional, sendo o mesmo válido para o gás. Não reflectir isto na forma como a Directiva tratava os diferentes combustíveis equivalia a um incentivo à extracção não convencional. Num momento em que se impõe uma redução drástica e célere de emissões, assumida pela UE, este incentivo torna-se incompreensível. A normalização destas práticas, extraordinariamente destrutivas e poluentes, representa uma forma de revitalização da indústria, estendendo o horizonte de extracção e expandindo as reservas conhecidas indefinidamente. Em sentido inverso, a diferenciação arriscava fechar os mercados europeus aos combustíveis derivados da extracção não convencional, parte significativa dos quais é usada para mover o parque automóvel europeu, por perda de competitividade. Isto comprometeria, de forma potencialmente decisiva, a vertiginosa expansão e os investimentos do sector na América do Norte. Esta alternativa era inaceitável à indústria, que embarcou numa monumental campanha de pressão, encabeçada pelo governo canadiano.[1] Em 2015, supostamente devido a esta campanha concertada entre indústria e governos como o canadiano, a UE cedeu e removeu a diferenciação do texto final da directiva.[2] É no entanto legítimo considerar a possibilidade de este ser o desfecho desejado pelas altas cúpulas da UE desde o início, apenas adiado devido à pressão exercida pelos sectores que defendiam a diferenciação. Para perceber o porquê, devemos perceber o que estava a acontecer no terreno.

Cientistas, ambientalistas e vários grupos da sociedade civil defendiam a diferenciação. (...) um volume de combustível obtido por extracção não convencional corresponderia a uma maior taxa de emissões do que um volume equivalente de combustível obtido por extracção convencional. Do lado oposto da barricada, defendendo a "não discriminação" entre os vários tipos de combustível, estavam essencialmente os representantes da indústria petrolífera e de interesses associados.

No seu estudo de 2010, "Tar Sands in your tank" ("Areias Betuminosas no seu depósito")[3], a Greenpeace detalhava que à época existiam pelo menos quatro refinarias norte-americanas que recebiam uma parte considerável do seu crude dos campos de betuminosas de Alberta, no Canadá, que posteriormente exportavam como combustível refinado para a Europa. De então para cá, a proporção de combustível derivado de areias betuminosas não parou de aumentar. Outros desenvolvimentos mais recentes vieram piorar o panorama. Em Maio de 2014 chegou a Espanha o primeiro grande carregamento de crude de areias betuminosas (*tar sands*) canadianas para a Europa. Comprado pela Repsol, o carregamento de 600 000 barris de petróleo aportou em Bilbao, no País Basco, como parte de projecto piloto para testar a capacidade das refinarias europeias para processar este tipo de petróleo. O marco seguinte foi a chegada à Europa do primeiro carregamento de etano derivado de gás de xisto, proveniente dos EUA. Cortesia da Ineos, uma multinacional suíça, o Intrepid chegou à Noruega em Março de 2016. Um mês depois, em Abril de 2016, aporta em Sines o Creole Spirit, com 170 000 m3 de GNL extraído por fractura hidráulica. Equivalente a uma semana de consumo nacional, o gás foi comprado pela Galp Energia. De então para cá os carregamentos destinados a Portugal sucedem-se com regularidade, com pelo menos três previstos entre Dezembro e o início do próximo ano: o Arctic Princess, com GNL da Statoil, aportou este mês em Sines; antes do final do ano está prevista a chegada do Firmina II, oriundo da Nigéria; no início do ano deve aportar o Al Jassasiya, oriundo do Qatar, entre outros com menor volumetria.[4] Estes e outros carregamentos só foram possíveis graças à gradual criação e capacitação de uma rede de portos com o objectivo de receber, armazenar e distribuir gás liquefeito.

Ao mesmo tempo, ocorreu também um processo de capacitação da maioria das refinarias europeias, de forma a poderem processar crude de areias betuminosas. De acordo com um estudo comissionado pela organização ambiental Friends of the Earth[5], 71 das 95 refinarias europeias já estão preparadas para o efeito. Projectos desta envergadura exigem um planeamento atempado e cuidado, bem como investimento considerável. O facto de em 2015, no mesmo ano em que a UE deixa cair a possibilidade de implementar a diferenciação de combustíveis com base nas emissões associadas, a Europa já ter dois terços das suas refinarias preparadas para processar crude de areias betuminosas e um número significativo de portos capazes de receber, converter e distribuir GNL indicia que o desfecho das negociações em torno da Directiva era previsível, senão mesmo garantido. Não é prática corrente investir capital em tecnologia ou recursos que não se planeie utilizar.

O que estes e outros elementos demonstram é a dimensão estratégica, pensada a médio e longo prazo, de vários programas desenvolvidos à escala europeia, que apontam claramente para o compromisso da UE para com a indústria de combustíveis fósseis, em detrimento do potenciar efectivo e ambicioso de energias alternativas. Esse compromisso resultava evidente e inequívoco na análise que encetámos no artigo "Europa a todo o gás", do programa de desenvolvimento da infra-estrutura associada ao gás natural na Europa, definido no "Sustainable Energy Security Package" ("Pacote de Segurança da Energia Sustentável"). Existem outros programas relevantes, que reforçam esta leitura, como por exemplo o "Motorways of the sea" ou "Autoestradas do Mar", de que Portugal faz parte. Lançado em 2001 sob a forma de um "White paper" ou "Livro Branco"[6], o programa tem vindo paulatinamente a ser desenvolvido e implementado. O seu foco principal é estabelecer uma rede integrada de transportes marítimos, com dimensão intermodal, à escala europeia, comparável e complementar ao esforço de desenvolver uma rede europeia de processamento, armazenamento e distribuição de gás e petróleo descritos em "Europa a todo o gás". Assente em quatro corredores, (Mar Báltico, Europa Ocidental, Sudeste Europeu e Sudoeste Europeu) o programa visa estabelecer uma rede articulada de transporte marítimo intra-europeia, passando pelo desenvolvimento e incremento de rotas e pela capacitação de portos, nomeadamente em termos de ligações intermodais (ferroviária). Definido como uma forma de aliviar o peso crescente do transporte rodoviário de mercadorias, aponta a sustentabilidade e compromisso com a agenda de redução de emissões europeia como pontos centrais ao mesmo. Assim, de acordo com o livro branco do projecto, para a UE, o "Auto-Estradas do Mar": *"não representa apenas o meio de transportar mercadorias de um continente para o outro, mas também uma verdadeira alternativa aos trajectos terrestres"*. O que não é tão propalado é que a reconversão e capacitação de portos e demais estruturas de apoio é feita em parte com a importação, armazenamento e distribuição de combustíveis fósseis em

mente: *"Por outro lado, este modo é muito seguro, o que o torna especialmente adequado ao transporte de matérias perigosas (produtos químicos)"*. Este tipo de planeamento complanar e complementar não é incomum. Pelo contrário, demonstra uma abordagem sistémica e estrutural pensada a médio e longo prazo. Simplesmente neste caso esse planeamento gira em torno do continuada utilização de combustíveis fósseis. Ainda que daqui venha a resultar uma redução relativa à escala europeia de emissões, essa redução será em si mesma insuficiente, à luz dos compromissos assumidos pela UE no COP21.[7] No entanto, o dado mais importante a reter é que ao fazê-lo, especialmente ao não banir ou pelo menos penalizar os derivados de extracção não convencional, a UE está a contribuir de forma decisiva para a revitalização de um sector que deveria estar em processo de reforma e de reconversão. Em vez disso, assistimos a uma expansão acelerada, da qual a UE se torna cúmplice.

Voltando ao "Auto-Estradas do Mar", o programa desenvolve assim uma estratégia percorrida desde os anos 90, quando se estabelecem os primeiros *hubs* de gás, normalmente integrados em portos preparados para acolher os grandes petroleiros e metaneiros. Naturalmente vem acompanhado de legislação e de incentivos vários. O que também não poderia faltar são os já referidos discursos, apropriadamente abstractos e vagos, a colocar a ênfase destes programas na sustentabilidade, prosperidade comum e criação de emprego. A título de exemplo, atentemos ao que disse Vasco Cordeiro, presidente da Região Autónoma dos Açores, em 2013 quando recebeu o coordenador europeu do projecto, Luís Valente de Oliveira: *"Julgo que é altura de reavaliar, não a importância do transporte marítimo, mas, sobretudo, a forma como toda a questão logística, do ponto de vista da interligação, se pode processar nos Açores, com benefício para a nossa economia (…) a grande meta neste processo terá de passar por rentabilizar ainda mais o mar, enquanto meio de comunicação, para a economia da Região e para se atingir o objectivo último da criação de riqueza e de emprego"*.[8] Haverá quem diga que objectivo último de qualquer iniciativa governativa deveria ser o bem estar da sua população a curto, médio e longo prazo, em harmonia com o seu meio, mas Vasco Cordeiro tem uma postura coerente: os Açores já integram o projecto "COSTA", que na região visa configurar o Porto de Praia da Vitória como um ponto de armazenamento e abastecimento GNL. Em 2011, então como secretário regional da Economia declarava: *"a actividade marítima coloca a Região na vanguarda do trabalho que está a ser desenvolvido a nível mundial para a redução da emissão de gases com efeitos de estufa no sector marítimo"*.

As embarcações marítimas de maior envergadura usam normalmente combustível pesado (*Heavy Fuel Oil* ou HFO) a par de diesel, sendo este último usado também por muitas de menor envergadura. Ambos são altamente poluentes e no caso das maiores embarcações, consumidos em grande quantidade. Um metaneiro pode queimar mais de 100 toneladas por dia. O projecto "COSTA" visa, entre outras coisas, promover a sua substituição onde for possível por GNL. Tanto o "COSTA" como o "Auto-estradas do Mar" são extensões da política do programa "TEN-T", "Trans-European Transport Network" ou "Rede Transeuropeia de Transportes", que visa integrar e desenvolver de forma estrutural a rede de transportes europeia.[9] Esta, como referido, tem por sua vez inúmeras áreas de convergência com o "Sustainable Energy Security Package". A par dos Açores, também a Região Autónoma da Madeira se posiciona para integrar estes programas. O Porto do Funchal também está nos planos da UE relativos ao GNL. Em Outubro deste ano, a eurodeputada Cláudia Monteiro Aguiar (PSD), declarou durante uma secção Plenária em Estrasburgo: *"A minha proposta, vai neste sentido, de criação de um projecto comum de «corredores azuis de GNL para ilhas, para não só adaptar os portos, mas também as ligações marítimas e a reconversão dos navios das Regiões Ultra-periféricas do Atlântico, nomeadamente a Madeira e Açores."*[10]

Estes projectos são naturalmente acolhidos com unanimidade pelo sucessivos governos e altos representantes estatais. No dia 25 de Abril de 2010, Cavaco Silva, certamente imbuído do vigor que o caracteriza, para mais potenciado pelas celebrações de uma data que lhe é reconhecidamente cara, referia-se aos "Portos do Futuro" e à *"importância da UE em apoiar de forma generosa e sustentada"* as *"auto-estradas do mar"*, nomeadamente através da remoção do *"excesso de procedimentos administrativos"*, numa tomada de posição em tudo coerente com a sua acção governativa enquanto primeiro-ministro. Mais recentemente, António Costa, em visita aos Açores, afirmava o compromisso do governo em garantir que "a Região Autónoma dos Açores participe de forma activa, em colaboração com o Governo da República, no ordenamento e gestão das zonas marítimas adjacentes ao Arquipélago dos Açores"[11], entre outras coisas através da criação de um sistema VTS (*Vessel Traffic Services* ou Serviços ao Tráfego de Embarcações) costeiro, que dê resposta ao previsível e obviamente desejado aumento de tráfego marítimo no arquipélago. O enfoque neste e em outros discursos recai frequentemente sobre a valorização do património oceanográfico, através da protecção e investigação científica. A versão "algodão doce" desta narrativa de valorização do mar fica bem ilustrada no projecto "Cluster do Mar"[12], onde na secção sobre o Porto de Lisboa podemos ler: *"Quando D. Afonso Henriques conquistou a cidade aos mouros em 1147, os cruzados vindos do norte, desembarcaram vindos do mar.* (…) *Daqui saíram os navios dos Descobrimentos, as naus para a Índia e para o Brasil, o Corpo Expedicionário para a Flandres em 1916, as expedições militares para as campanhas de África nos séculos XIX e XX ou até mesmo o cacilheiro da Joana Vasconcelos para a nossa participação na Bienal de Veneza de 2013."* Convenientemente esquecidos ficam os escravos, o espólio e tesouros "adquiridos" e esbanjados, ficam os muitos que terão perdido a sua vida durante centenas de anos de exploração. Acima de tudo, fica perdida a discussão vital que devemos ter acerca do rumo que em termos de desenvolvimento e prioridades, como nação e habitantes do globo, devemos seguir, bem como das consequências e ramificações dos vários rumos possíveis. Em vez disso temos sujeição e subscrição tácitas de uma agenda, tudo o indica, cozinhada de cima para baixo nas mais altas esferas europeias, em colaboração próxima com uma indústria que dela beneficiará directamente, envolta em frases feitas e lugares comuns. É evidente, para quem o queira ver, que hoje como há quinhentos anos a realidade e prioridades são bem distintas do que a prosa solta, agora saída das melhores penas do marketing político, nos quer fazer crer. Costuma dizer-se que para bom entendedor meia palavra basta.

Atentemos então à apresentação feita em Setembro passado pela ministra do Mar, Ana Paula Vitorino, perante o Atlantic Council. Antes de mais é importante perceber o que é e o que faz esta organização altamente influente. Fundada em 1961 no auge da Guerra Fria, para fazer avançar a agenda da NATO, o Atlantic Council, é um dos *think tanks* mais influentes do mundo, ricamente financiado a petrodólares.[13] Olhar para as suas sucessivas direcções e membros é percorrer um quem é quem da nata da nomenclatura política norte-americana e mundial, bem como de representantes de vários sectores da indústria. Perante tão distinta audiência e sem recurso a meias palavras, que disse então a "nossa" Ministra do Mar? Ausentes da apre-

(…) o Arctic Princess, com GNL da Statoil, aportou este mês em Sines; antes do final do ano está prevista a chegada do Firmina II, oriundo da Nigéria (...) Estes e outros carregamentos só foram possíveis graças à gradual criação e capacitação de uma rede de portos com o objectivo de receber, armazenar e distribuir gás liquefeito.

sentação intitulada "Ocean Economy and Energy: A New Strategic Cooperation Policy for USA-Portugal Relations" ("Economia oceânica e energia: Uma nova política de cooperação estratégica para as relações EUA-Portugal")[14] ficaram as considerações sobre o património natural, sobre a sustentabilidade e até sobre a Joana Vasconcelos. Ao invés, os quatro pilares centrais desta nova estratégia de cooperação citados foram "Comércio de GNL", "Energia Oceânica", "Hidratos de Metano" e "Exploração Mineira do fundo oceânico". Com a possível excepção do segundo ponto, o leitor estaria desculpado por pensar que os pontos descritos faziam parte de uma apresentação da GALP ou da BP, mas não: quem falava e promovia os méritos da exploração não convencional de energias fósseis e minério, era a Ministra do Mar do actual governo. Quem apresentava o mar e património natural nacional como um *buffet* aberto à gula alheia, era uma alta responsável eleita para representar e promover os interesses dos portugueses. Convidamos o leitor a assistir ao *webcast*, ou consultar a apresentação, para formar a sua opinião e ficar devida e cabalmente esclarecido acerca do compromisso deste governo com a sustentabilidade, ambiente e interesses das populações que supostamente serve. Esta posição, é importante dizê-lo, está em perfeito e completo alinhamento com a estratégia da UE. Se substituirmos "valorização do mar" por "comodificação do mar" e "sustentabilidade" por "combustíveis fósseis de extracção não convencional" aproximamo-nos um pouco da realidade.

Há quinhentos anos partiram caravelas, agora aportam metaneiros. Entretanto transformamos radicalmente um mundo que se aproxima rápida e vertiginosamente dos seus limites.

Visitemos um caso concreto. Em 2008 a empresa canadiana Nautilus Minerals entregou um pedido para prospecção de minério no mar em torno dos Açores. O pedido acabou por não avançar, devido à criação do Parque Marinho dos Açores. Face a declarações como as da ministra Ana Paula Vitorino e à orientação estratégica que reflectem, é altamente provável que projectos semelhantes voltem a estar na agenda. A Nautilus, empresa canadiana que se apresenta como pioneira na exploração de minério sob o fundo marítimo, prepara-se para iniciar exploração na Papua-Nova Guiné em 2018. No seu relatório anual de 2015, confirma que não só não realizou estudos de viabilidade sobre a dita exploração, em Solwara, mas ainda que "o verdadeiro impacto (…) no ambiente ainda está por determinar"[15], e até que os seus planos podem não ser financeira ou tecnicamente viáveis e que, em última análise, se desconhece que impacto terão nas populações afectadas[16]. Estas declarações ganham uma dimensão ainda mais significativa quando descobrimos que o governo local é um dos parceiros da empreitada. É com este tipo de intervenientes que o governo nacional se pode vir a envolver em "cooperação estratégica", certamente demonstrando o mesmo grau de preocupação com o ambiente, com a população e sustentabilidade, que o governo da Papua-Nova Guiné demonstra ao co-financiar a empreitada. De tudo isto, torna-se fundamental retirar ilações e um entendimento que deve necessariamente ser operacionalizado em formas de resistência e acção popular.

Revisitando a narrativa oficial, podemos concluir que, há cerca de quinhentos anos, navios europeus correram mundo, levando à criação de colónias que, antes de se emanciparem, assistiram à subjugação de populações indígenas, à expropriação do seu património natural e humano, à destruição da sua cultura. Milhões morreram como fruto dessas dinâmicas. Numa só mina boliviana estima-se que tenham morrido oito milhões de escravos, servos e trabalhadores[17]. Uma enorme gota de água no mar da tragédia colonial. Disto resultou acima de tudo o enriquecimento desmedido das elites europeias. Hoje os navios são outros, mas não deixam de representar uma forma avançada de colonialismo: o do capital global sobre a maioria da população do globo. Substituem-se argumentos de superioridade civilizacional e cultural, pelos dos profetas do desenvolvimento económico e tecnológico, mas os resultados são, apesar da retórica, comparáveis. Continuam a morrer mineiros, continuam a miséria e a subjugação material e cultural das populações aos interesses de uma minoria, continua a sua repressão em caso de resistência. A história parece repetir-se em traços largos, mas na realidade essa aparente repetição mais não é do que uma emanação lógica e consequentemente da manutenção, expansão e reconfiguração de mecanismos de exploração subjacentes à ditadura do económico sobre o social, das elites económicas sobre a maioria, de que estes projectos mais não são do que uma manifestação contemporânea. Se queremos resultados diferentes, temos de lutar por mecanismos distintos. Estes projectos não os oferecem, continuando a depender, como dependem, da exploração abusiva dos recursos naturais globais, à custa dos interesses, bem estar e património cultural de populações que não são tidas nem achadas. Mais, promovem e validam essa exploração, como sempre, em nome do progresso civilizacional. Ainda assim, é importante ressalvar que não queremos com isto dizer que os vários programas e iniciativas aqui mencionados são integral e exclusivamente negativos. Eles contêm inevitavelmente elementos positivos e avanços, no sentido da descarbonificação da economia, mas que não podem senão ser considerados menores ou até insignificantes no contexto actual e face aos custos humanos que continuam a impor. No dizer popular, são "para inglês ver". É incontornável a conclusão de que vai uma enorme distância do discurso à prática, do humanismo e optimismo das palavras aos destroços que estas escondem. Em conclusão, o elo comum a todos estes projectos que tocamos ao de leve é a confirmação do compromisso da UE para com a industria fóssil, através de uma variedade de programas que envolvem um enorme investimento em infra-estrutura, em prejuízo de alternativas realmente sustentáveis e potencialmente emancipadoras. O preço desse compromisso, para além das vidas afectadas hoje, é o de décadas perdidas num momento em que meros anos se podem revelar decisivos.

Há quinhentos anos partiram caravelas, agora aportam metaneiros. Entretanto transformamos radicalmente um mundo que se aproxima rápida e vertiginosamente dos seus limites. Quem se opõe a este processo, ou se atreve a questioná-lo, é frequentemente caluniado como um radical e excluído do debate, mas olhando à nossa volta, para o rasto de destruição e miséria humana que a sociedade mais rica e avançada tecnologicamente que este planeta alguma vez conheceu define como "progresso", talvez tenha chegado o momento de reconhecer que os verdadeiros radicais são aqueles que apesar disso defendem que não só se deva manter o rumo da embarcação, mas que se acelere. Posto isto, tarda a hora da colónia global se emancipar. Ainda podemos chegar a bom porto, mas só o poderemos fazer tomando o leme. Têm a palavra os indígenas. A aldeia MAPA continuará a dar o seu contributo.

/// NOTAS

1 https://goo.gl/5CSKUf
2 https://goo.gl/erKf9Y
3 https://goo.gl/bUvcHt
4 www.portodesines.pt/navios
5 https://goo.gl/1tzgiX
6 https://goo.gl/wxMuAg
7 https://goo.gl/U4Dv2a
8 https://goo.gl/CSQxSy
9 https://goo.gl/Wr0hqC
10 https://goo.gl/TbemBx
11 https://goo.gl/DgAOx7
12 www.clusterdomar.com
13 https://goo.gl/XMLsp7
14 https://goo.gl/Z8xfcN // https://goo.gl/MBm9aI
15 https://goo.gl/qLxqkT
16 https://goo.gl/KMybFo
17 https://goo.gl/yFSywT

14 anos depois do Prestige outros petroleiros dão à costa

Há 14 anos, um barco que não deveria navegar - carregado com um petróleo particularmente tóxico - e uma gestão política no mínimo negligente tingiram de negro 1600 Kms de costa e as vidas de milhares de pessoas, sobretudo na Galiza. Um desastre (quase) sem culpados, cujos responsáveis continuam a operar impunes. Tanto a nível económico como político.

FREDERICO LOBO

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT
FOTOS **FREDERICO LOBO**

No dia 13 de Novembro de 2002, por volta das três da tarde, chegavam as primeiras notícias das dificuldades que sentia um velho petroleiro com 77 mil toneladas de combustível no meio duma tempestade a 50 km da costa da Galiza. Seis dias e muitas decisões políticas depois, já 200 km mais afastado, o Prestige, assim se chamava o petroleiro, partia-se e afundava-se, deixando 1 600 kms de costa, desde a foz do Minho, na fronteira com Portugal, até ao sudoeste de França, tingidos de negro por várias marés de "chapapote" que ainda hoje marcam os ecossistemas, as economias, as saúdes e as vidas dos seus habitantes.

Uma zona tão rica de vida como as Rias Baixas via-se invadida pelo maior desastre ambiental do Estado Espanhol. Um derrame que provocou danos em 25 habitats protegidos e o desaparecimento de mais de 100 mil aves. Cerca de 30 mil dos seus pescadores viram o seu sustento desaparecido. Foram recolhidos mais de 23 mil exemplares ainda vivos de mais de 90 espécies de aves afectadas pela maré negra.

O Prestige partira da Letónia em direcção a Gibraltar. Era um barco que navegava com bandeira dum Estado (Bahamas) com o qual não tinha relação real. Era propriedade duma empresa (a liberiana Mare Shipping Inc.) e administrado por outra (a ateniense Universe Maritime), com o objectivo de transportar combustível pertencente a uma terceira empresa (Crown Resources, uma empresa de capital russo, apesar de registada em Gibraltar), depois de ser inspeccionado e certificado por ainda outra empresa (a American Bureau of Shipping – ABS) e segurado pela The London Steamship Owners Insurance.

Impunidade

Neste quadro estavam os traços da impunidade: Uma trama de empresas envolvidas, possíveis falhas de inspecção e um petroleiro de um só casco e muita idade, registado num país que exerce um controlo mínimo sobre os barcos que transportam a sua bandeira. E o facto é que os responsáveis pela maré negra continuam a extrair e a transportar petróleo e os responsáveis da gestão do acidente continuam em altos cargos políticos[1]. A julgamento acabaram por ir apenas o capitão Apóstolos Mangouras, o chefe de máquinas Nikolaos Argyropoulos e o então director geral da Marinha Mercante espanhola, José Luís López Sors. No banco dos réus nunca se chegaram a sentar muitos dos que lá deveriam ter estado: das diversas autoridades que geriram o destino do Prestige até às várias empresas que propiciaram e participaram na viagem do petroleiro: a proprietária, a operadora, os vendedores e os compradores do combustível, a sociedade inspectora.

"A ausência de Estado perante o afundamento do Prestige cobriu-se com uma maré branca de voluntários que limparam as costas galegas de chapapote e indolência política". nas palavras de Xosé Manuel Pereiro, no seu livro *Prestige, tal como foi tal como fomos.*

Neste quadro estavam os traços da impunidade: Uma trama de empresas envolvidas, possíveis falhas de inspecção e um petroleiro de um só casco e muita idade, registado num país que exerce um controlo mínimo sobre os barcos que transportam a sua bandeira.

Nesta perspectiva, com uma potencial sentença limitada a estes imputados, trata-se dum julgamento que nasce coxo. Que deveria ter durado 7 meses e que acabou por se iniciar apenas 10 anos mais tarde. E que, 11 anos depois, acabaria sem um único culpado. Três anos passados, já em 2016, o velho capitão do barco era condenado a uma sentença impossível de cumprir[2].

Uma impunidade ainda mais dolorosa por se tratar do derrame dum combustível mais contaminante do que o crude habitual, com um alto conteúdo de enxofre, muito viscoso, considerado insolúvel e extremamente tóxico para quem o toca, nem que seja apenas através das partículas que sentimos como cheiro[3]. Para combater este tipo de ameaças não se deve entrar em contacto com o combustível sem as devidas protecções: máscara de carbono, óculos, luvas e traje completo. Com o tempo foi-se tomando consciência daquilo em que se estava a mexer e os equipamentos foram-se adaptando. Mas, infelizmente, passaram demasiados dias em que muitas pessoas se expuseram, algumas das quais ainda hoje sofrem consequências. As máscaras de papel dos primeiros voluntários eram insuficientes e o muito leite que ingeriram a conselho das autoridades acabou por lhes fixar as toxinas no organismo.

Dois meses depois do acidente, mais de mil voluntários tinham sido atendidos por vómitos, irritação ocular e da faringe, problemas respiratórios e dores de cabeça relacionados com as tarefas de limpeza do petróleo. Nunca se chegou a fazer um estudo sistemático e de longo prazo sobre os efeitos para a saúde.

O Estado contra o povo

Um comportamento criminoso que se insere na estratégia do governo espanhol. De facto, todo o processo esteve envolvido num véu de secretismo e de manipulação informativa. De início, recusou-se a ideia de desastre. Depois, escondeu-se-lhe a magnitude. Posteriormente, negou-se o dano ambiental. Por fim, quando a maré negra chegou à costa, tentou-se controlar e filtrar toda a informação, limitando o acesso de jornalistas à área afectada, aconselhando a população a manter-se discreta sob ameaça de retirada de ajudas, etc.

Em termos de gestão prática do desastre, a decisão governamental foi a de tentar afastar o Prestige o mais possível da costa, encaminhando-o preferencialmente para áreas territoriais doutro país, no caso Portugal, cujas autoridades enviaram uma fragata para evitar tal cenário. Como resultado, o velho e ferido petroleiro andou seis dias numa espécie de deriva no meio de sucessivas tempestades(ver mapa).

O governo de Aznar rejeitou qualquer assessoria científica ou técnica que validasse a sua decisão de afastar o Prestige da costa. Os técnicos da companhia de salvamento, representantes da engenharia naval e da marinha mercante espanholas e várias organizações ambientais com experiência (como a Greenpeace) tenta-

ram convencer o governo de que o melhor era conduzi-lo a um porto. No final de contas, o governo de Aznar e Rajoy nem levou o barco para uma zona de refúgio onde se contivesse a contaminação e se procedesse ao transvasamento do combustível, nem aplicou o plano de contingência estabelecido pelas autoridades espanholas para casos similares.

Para além disso, nos primeiros dias, as tarefas de limpeza foram dificultadas pela falta de meios. E não havia informações sobre a toxicidade do "chapapote".

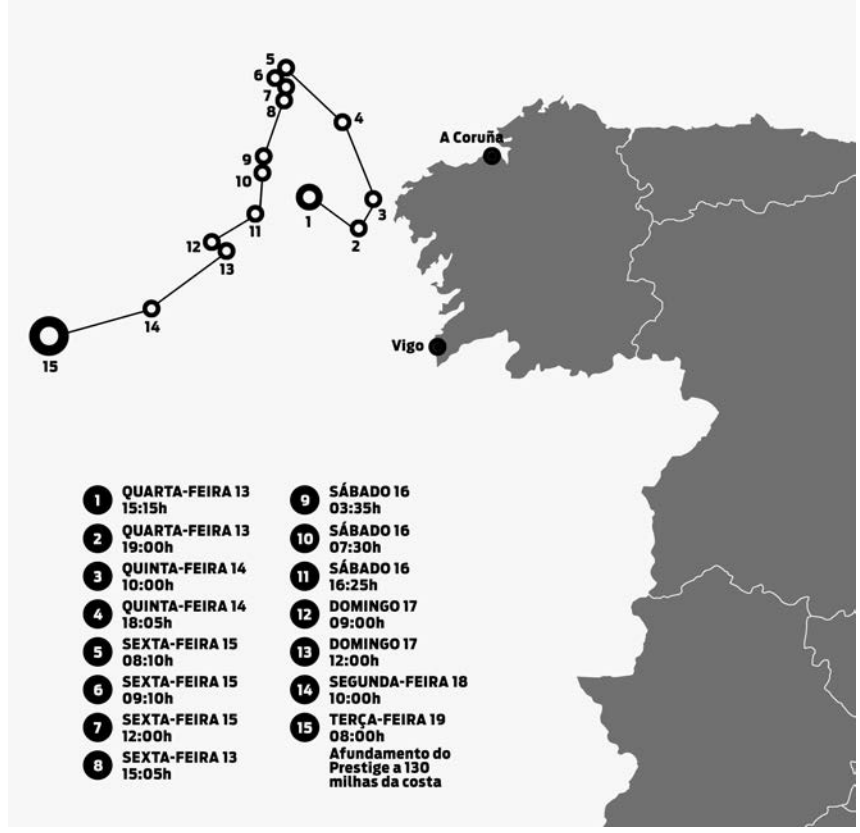
O povo apesar do Estado

Mas, se as respostas políticas foram mais do que lamentáveis, as da sociedade enquanto conjunto de pessoas com vidas em comum foi fabulosamente forte e inspiradora. "A ausência de Estado perante o afundamento do Prestige cobriu-se com uma maré branca de voluntários que limparam as costas galegas de chapapote e indolência política", nas palavras de Xosé Manuel Pereiro, no seu livro *Prestige, tal como foi tal como fomos*.

Contrariando os apelos do governo para que não viessem voluntários durante a ponte do feriado Constitucional, a verdade é que o fim de semana de 23 de Novembro marcou o início da afluência massiva de pessoas para colaborarem nas tarefas de descontaminação. Depois dum período inicial de desorganização, foram-se formando várias redes de voluntariado em colaboração com organizações de pescadores que permitiam acolher voluntários e distribuir os recursos humanos e materiais. Ao todo, estima-se que tenham passado pelas costas afectadas cerca de 100 mil voluntários.

De início, recusou-se a ideia de desastre. Depois, escondeu-se-lhe a magnitude. Posteriormente, negou-se o dano ambiental. Por fim, quando a maré negra chegou à costa, tentou-se controlar e filtrar toda a informação

FREDERICO LOBO



Mapa do percurso feito pelo Prestige durante 6 dias seguindo as ordens das autoridades espanholas.

No dia 21 de Novembro, como reacção popular contra a gestão da catástrofe, nascia a Plataforma Nunca Máis[4], uma aglutinação transversal de mais de 200 associações (confrarias de pescadores, associações culturais, políticas, ecologistas, de moradores, sindicais, produtores e comerciantes de peixe, etc.) que exigiam responsabilidades criminais aos vários culpados, meios para o combate ao "chapapote" e medidas de prevenção que evitassem acidentes futuros. Conseguiu uma mobilização sem precedentes na Galiza. O acto mais importante teve lugar a 1 de Dezembro de 2002, quando mais de 200.000 pessoas se manifestaram em Santiago de Compostela sob o lema *Nunca Máis*, convocadas pela plataforma com o mesmo nome. No dia 23 de Fevereiro de 2003, cem dias depois do afundamento, organizou-se outra marcha na Porta do Sol, em Madrid, à qual acorreram cerca de 240 mil pessoas. Uma maré de mobilização e consciência como nunca antes tinha acontecido na história galega e que continua a ser um referencial. Demonstrou-se uma enorme capacidade de união, de deixar de lado as diferenças de pensamento e agir conjuntamente pela defesa da terra e do mar. Uma capacidade de auto-organização e um desejo de uma outra Galiza possível que não tiveram apoio partidário ("As forças de esquerda por falta de ambição, excesso de conservadorismo ou medo de perder o posto. As de direita, pelo mesmo e porque as facções mais reaccionárias repararam que este naco de mundo queria tomar nas mãos o leme para mudar um pouco o rumo e actuou em consequência", como também se pode ler no livro citado) nem outro tipo de estrutura que os transformassem em algo que crescesse para além da sociedade que tinha originado o desastre. O passar do tempo e a difícil transição que os movimentos populares sofrem na hora de transformar as exigências em passos concretos e eficazes acabaram por minar a sua capacidade acção.

A Plataforma Nunca Máis aparece como uma aglutinação transversal de mais de 200 associações contra a gestão da catástrofe (confrarias de pescadores, associações culturais, políticas, ecologistas, de moradores, sindicais, produtores e comerciantes de peixe, etc.) que exigiam responsabilidades criminais aos vários culpados, meios para o combate ao "chapapote" e medidas de prevenção que evitassem acidentes futuros.

Outro mundo já

Lamentavelmente, a história do Prestige é a história de muitos outros barcos dedicados ao transporte de hidrocarbonetos: bandeiras de conveniência, reparações em saldo, tripulações semi-escravas, falta de medidas de prevenção e segurança, manutenção escassa. Um cocktail explosivo que se sabe de antemão que voltará a explodir.

Em 2016, quase década e meia depois do acidente, muitas das promessas da altura mantêm-se por cumprir[5]. Continuam a aflorar manchas de petróleo à costa[6] e continuam a passar 40 mil barcos por ano pelo Corredor de Finisterra, sem uma única medida de prevenção e mesmo sem uma base de salvamento eficaz na zona. E, ainda que todos os culpados tivessem sido julgados e condenados, ainda que o desastre pudesse ter sido bastante menor se as respostas tivessem sido outras, ainda que as medidas de prevenção fossem eficientes, a única solução para evitar novos derramamentos, novas marés negras, é o abandono das actividades cujas consequências sobre os humanos e o seu meio ambiente são irrecuperáveis. Também por isto urge uma mudança de paradigma económico e energético, de forma a que o lucro deixe de transportar o seu veneno em barcos que deviam ser sucata.

/// NOTAS

1 Rajoy, na altura porta-voz do governo para a questão do Prestige (para além de vice-presidente do governo e ministro da presidência), foi a cara da desinformação que, primeiro, ignorou a catástrofe e, depois, a desvalorizou. Foi também um dos responsáveis pela falta de coordenação entre ministérios e pela gestão do sinistro que acabou por ser causa da amplitude do desastre. Hoje é primeiro ministro.

2 http://quepasanacosta.gal/o-tribunal-supremo-condea-a-dous-anos-de-prision-ao-capitan-do-prestige-por-dano-ambiental/

3 Entre os compostos perigosos estão o benzeno e o tolueno. O primeiro é cancerígeno e o segundo tem efeitos directos sobre o sistema nervoso

4 https://plataformanuncamais.wordpress.com/quen-somos/

5 http://quepasanacosta.gal/prestige-14-anos-sen-imaxinacion/

6 http://quepasanacosta.gal/aparicion-recorrente-chapapote-prestige/

Quando os pescadores pararam os petroleiros no mar de Sines

A greve verde de 1982.

JOSÉ SMITH VARGAS

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Chegaram as máquinas para talhar a cidade que vem
das águas cresce a obra do homem,
ouve-se um lento grito d`espuma e suor
na memória ficaram os sinais dos bosques ceifados, as dunas desfeitas e algumas
casas abandonadas
estenderam-se tubos prateados, onde escorre o negro líquido
levantaram-se imensas chaminés, serpenteiam auto-estradas na paisagem irreconhecível do teu rosto

onde estarão as tâmaras maduras de tuas palmeiras?
e o perfume intenso das flores debruçando-se ao sol?
que murmúrio terão as pedras do teu silêncio?

a memória é hoje uma ferida onde lateja a Pedra do Homem, hirta como uma sombra num sonho
e as aves? frágeis quando aperta a tempestade... migraram como eu?
aonde caminhas, Doce Moura Encantada?

ouço o ciciar dos canaviais dentro do sono, adivinho teu caminhar de beijos no rumor das águas
tuas mãos de neve recolhem conchas, estrelas secretas, luas incendiadas... que o mar esconde na respiração das marés

estremecem-me nas mãos os insectos cortantes do medo, em meu peito doído
ergue-se esta raiva dos mares-de-leva"

Al Berto
In *MAR-DE-LEVA (sete textos dedicados à vila de Sines)*, 1976

Amanhece em Sines e abrindo as janelas o ar anuncia-se pesado. Há que descer à praia receando esse ar irrespirável que vai invadindo a vila. Mas desde a noite de véspera, desse dia 2 de Outubro de 2016, as águas flutuavam inquietas com um novo derrame de combustível no terminal de contentores do porto de Sines. Nesse *ex libris* da modernidade portuária a Polícia Marítima de Sines declara aos meios de comunicação social não conseguir identificar de imediato a origem do derrame que tem lugar junto a dois navios que se reabasteciam no terminal XXI. E como se não bastasse, pelas 10.30 dessa mesma manhã na Central Termoeléctrica da Repsol Polímeros, ouve-se um disparo. Uma chama alta surge acompanhada – uma vez mais – de um fumo negro.

O fumo negro no ar e os hidrocarbonetos no mar de Sines arriscam-se a ser afinal coisa rotineira no quotidiano sineense. Vem à memória a persistente nuvem de fumo de Maio de 2012, resultante de um curto-circuito na refinaria da Petrogal que obrigou à paragem da produção originando uma intensa emissão de fumo negro com origem na *flare* – chama que fica acesa nas torres da refinaria para queimar os gases que não podem ser aproveitados – e que aqui chamam sem desabono da verdade de *facho*… O percalço motivara nesse ano algumas movimentações públicas contra a poluição, da população farta e receosa do pestilento cheiro vindo do complexo industrial de Sines. Uma iniciativa que se esfuma ciclicamente na apatia paga pelo salário a troco da saúde e não menos pela canibalização desses movimentos pela classe política que localmente sustenta – ou é sustentada – pelas empresas poluidoras. A autarquia, lavando as mãos sujas, tem o velho hábito de colar as suas "boas intenções" a tais movimentos de protesto.

2016 foi, porém, um ano anormal no que respeita a movimentações "ambientais" no país. Os protestos contra a exploração de petróleo e gás subiram de tom e surpreenderam todos. As questões energéticas e os problemas dos recursos fósseis como o petróleo começaram lentamente a ser traduzidas em linguagem comum. Não havendo sequer necessidade de fazer uso de tais argumentações ecológicas, académicas ou políticas já antes haveria que recordar os inúmeros e repetidos acontecimentos do dia-a-dia de Sines. Como a história desse "«pescador desportivo» que chegou a casa, arrumou ao fresco o peixe pescado e, no dia seguinte, quando abriu o frigorífico, um cheiro pestilento a petróleo invadiu tudo"[1].

Há quase 40 anos, desde a inauguração do complexo industrial de Sines em 1978 que ouvimos estas histórias. Mas em 2016, ao invés do Algarve, na costa vicentina ou Peniche, em Sines não parece falar-se da exploração de petróleo e gás. Mesmo com fumo negro e o mar manchado.

Apenas o presidente da Autarquia veio declarar a sua boa expectativa com as perfurações na costa pelo consórcio detido pela ENI, afirmando que as questões ambientais não se levantam nesta altura[2].

Fala-se, porém, de uma comunidade "resiliente" a propósito do documentário "Mar de Sines" de Diogo Vilhena, sineense que se uniu ao trabalho de salvaguarda da memória da pesca e dos pescadores de Sines. Para lhes fazer "uma homenagem, sem ser aquela homenagem paternalista, derrotista, ou de que é uma coisa que vai deixar de existir, mas sim de orgulho por cada história, por cada vivência, por cada memória". Ciente de uma realidade em que "num futuro breve a pesca como a conhecemos actualmente, tradicional, com muito respeito pelo mar, pelo pescado, pelos próprios colegas, vai desaparecer"[3].

Somemos agora a essas razões o alarme da poluição em Sines. Em 2016 a central termoelétrica da EDP é quem mais polui a atmosfera em Portugal, emitindo grandes quantidades de dióxido de carbono, fluoretos, compostos inorgânicos, mercúrio ou dioxinas, entre outros poluentes[4]. Segundo dados de 2015, a central de Sines destaca-se à frente do top das empresas que mais emitem gases com efeito de estufa: com mais de 13% das emissões totais de Portugal[5].

Por esses dois motivos, a herança da pesca e a poluição, é da maior actualidade recordar a que foi apelidada a primeira *greve verde* em Portugal. Corria o ano de 1982 e os pescadores recusaram render-se à condenação das suas vidas, à poluição do ar e do mar.

Os factos que se seguiram à greve verde de 1982 – e até aos nossos dias – em nada concorrem para celebrar qualquer canto de vitória frente à poluição

Estenderam-se tubos prateados, onde escorre o negro líquido

A década de 70 foi avassaladora para a tradicional população de Sines. Para lá dos estivais banhos do Alentejo era uma terra

conhecida pela pujante classe de corticeiros, pela pesca e agricultura. Quando Marcello Caetano decreta em 1971 o grande complexo portuário e industrial nada mais será igual. Ultrapassado o compasso de espera imposto pela crise do petróleo de 1973, o desígnio industrial da região será retomado com o 25 de Abril. "A instalação do complexo muda a paisagem humana do concelho. Entre 1972 e 1981, a população da área de Sines cresce 92 por cento (…) o nível médio de rendimentos cresce significativamente, mas os pescadores (pela pressão ambiental sobre os recursos marinhos) e pequenos e médios proprietários agrícolas (pelas expropriações) são prejudicados" sintetiza uma resenha municipal[6].

Em 1978 a refinaria da Petrogal e o porto industrial começam a funcionar. O primeiro ano de laboração da refinaria, com alguns ensaios à mistura, traduziu-se no tratamento de 5,5 milhões de toneladas de petróleo[7]. Nessa mesma data Ribeira de Moinhos – a zona das terras agrícolas que restam e das captações de águas que abastecem Sines – ocorrem constantes derrames dos efluentes da refinaria nas linhas de água. A partir de 1980 juntam-se as descargas das novas fábricas do complexo petroquímico. Não há estações de tratamento de águas e o fedor invade os campos. Mas as descargas da refinaria através do tubo submarino a uma milha da costa norte levam-nos ainda directamente ao largo, onde os petroleiros lavam os tanques cujo crude acosta já às praias de S. Torpes e Sines.

Em Janeiro de 1982 os pescadores irrompem com um balde da faina mal cheirosa na Câmara Municipal que Francisco do Ó Pacheco presidia desde 1976. Liderando a autarquia até 1997 pelo Partido Comunista Português o autarca editará em 1999 uma "Crónica da Primeira Greve Ecológica em Portugal"[8] da qual retiramos algumas das citações. Nesse ano de 82 que se iniciava, seis anos depois de ser eleito, Francisco do Ó Pacheco decide-se finalmente a passar dos ofícios oficiosos às autoridades e ao Gabinete da Área de Sines, para o terreno: para "contactar com os pescadores e mobilizar a população de Sines para o que desse e viesse". Era então primeiro-ministro o fundador do PSD Francisco Pinto Balsemão, as Pescas estavam nas mãos de Basílio Horta fundador do CDS-PP, ao qual pertencia ainda o Ministro da Indústria e Energia, o engenheiro químico industrial Ricardo Bayão Horta. E era Ministro de Estado e da Qualidade de Vida Gonçalo Ribeiro Telles, embora Sines não figure no legado ecologista que lhe é comummente evocado.

Ouve-se um lento grito d'espuma e suor

O protesto dos pescadores de Sines estava latente desde o primeiro bloco de betão ter caído no molhe. Acaba por ser conduzido pelo PCP através da autarquia, que tem a intenção desde logo de o concertar com um leque de protestos mais vasto, pois depois da greve geral de 11 de Fevereiro desse ano fora marcada nova greve a 11 de Maio. O certo é que havia que reagir perante o evidente abandono da actividade piscatória nos planos de desenvolvimento de Sines. Não querendo perder de vista o controle e a mediação institucional a Câmara Municipal decide "frequentar os locais públicos mais habituais dos pescadores, desde a lota da ribeira, aos cafés, tabernas, ruas e largos" e claro com "toda a atenção aos divisionismos, aos sectarismos político-partidários, aos radicalismos".

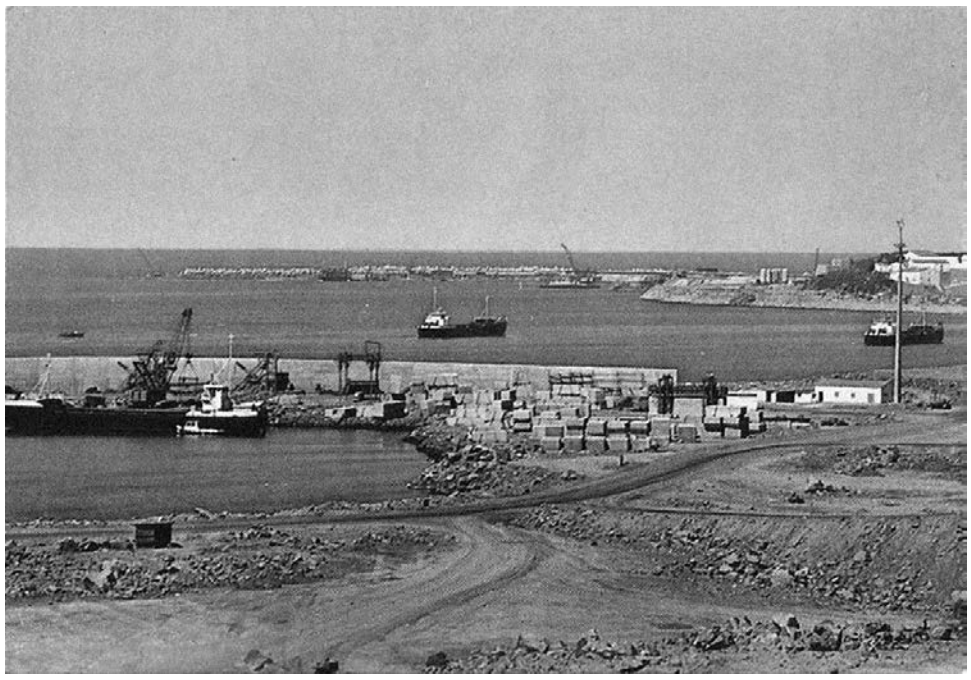
Mas era um balde de faina mal cheirosa, um pescado intragável e um odor insuportável que, para lá das jogatanas e dessa costumeira política dos eleitos, verdadeiramente movia e agitava os pescadores e a população de Sines que passara a recear o que trazia da lota. A poluição é palavra repetida à exaustão, apresentada no dia-a-dia e à mesa pelo progresso que chegara a Sines. Não era necessário aguardar as perícias ao peixe requeridas ao Laboratório da Polícia Científica. Até porque quando os resultados das análises chegam por ofício da Direcção Geral de Saúde a 26 de Março, estas concluem não parecer haver "implicações na Saúde Pública"…

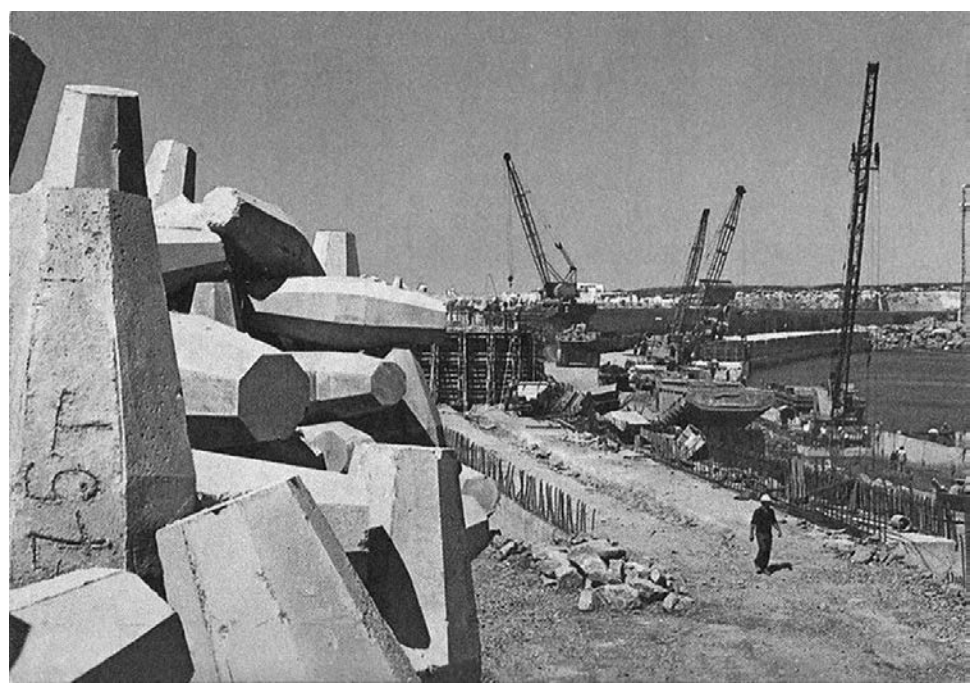
Domingo, 23 de Maio. Fora convocada pela Câmara Municipal com os pescadores uma reunião com 3 assuntos, que rapidamente prescinde dos 2 primeiros: a construção do Porto de Pesca e o caso dos pescadores presos pela marinha marroquina. Quem assim decide passar de imediato ao 3º ponto "a poluição na costa alentejana" são as centenas de pescadores que como descreve Francisco do Ó Pacheco a presidir à reunião "tem o difícil condão de falarem todos ao mesmo tempo e de se ouvirem perfeitamente uns aos outros. Mais difícil

Às 9.00 já dezenas de barcos de pesca procedem ao bloqueio do Porto Industrial de Sines, vedando o acesso à carga e descarga de petroleiros e navios

Irrompem em alta velocidade lanchas com dezenas de polícias armados de G-3, ziguezagueando em volta dos pescadores

Construção do Complexo Industrial de Sines, década de 1970: os anos em que tudo mudou.





FOTOS DE **J.M. CAVALINHOS** EM CABODESINES.BLOGSPOT.PT

JOSÉ SMITH VARGAS

ainda porque falam anormalmente alto…". Rapidamente é consensual avançar com uma greve em Sines contra a poluição. Bastou, conta a crónica, um dos pescadores levantar-se e dizer: " – Acho que já perdemos tempo com tudo isto… e acho também que «eles» só continuam com a poluição porque nós temos andado a perder tempo de mais com reuniões… umas cá em Sines… outras em Lisboa… e quanto mais tempo perdemos com esta de dialogar… mais nos afincam com a poluição." A data marcada para a greve verde como passa a ser chamada é a sexta-feira seguinte: 28 de Maio.

O aparelho da autarquia e a Comissão de Luta, formada pelo Presidente da Autarquia, dois representantes da União dos Sindicatos de Sines e do Sindicato dos Pescadores e seis mestres pescadores, desdobram-se nos dias seguintes na mobilização da população, comerciantes, industriais, etc.. Enquanto isso chega de Lisboa apressadamente na quarta-feira uma ordem de serviço da Companhia Nacional de Petroquímica (CNP) que cria com efeitos imediatos uma "Comissão Permanente de Controlo de Poluição do Complexo".

Al Berto, o poeta que em 1976 descrevia de peito doído a transformação do seu território, escreve no seu diário às 3.30 da manhã de 28 de Maio: "…Vivemos com essas chaminés a envenenarem-nos, vivemos com essas futuras explosões, esses sobressaltos nocturnos no coração (…) Ouço os lamentos desta vila que sofre. Ouço, ouço-me um pouco nos gritos de todos os homens. E não consigo dormir, não quero ter sono, nunca mais, todo o tempo acordado é pouco para agir, para tentar transformar esse espaço que me rodeia. Dia após dia votado ao abandono e à morte. A vida aqui, a continuarmos assim, vai ser uma «alface azul»; e talvez consigamos, com o tempo, alimentarmo-nos de alfaces azuis e peixes de olhos gaseados."[9]

Ergue-se esta raiva dos mares-de-leva

28 de Maio: a greve paralisa a vila de Sines. Não apenas a pesca, mas o comércio, os cafés e restaurantes, a construção civil, a estiva, os serviços públicos. Ainda não eram 15.00 e já em frente à Câmara se juntam centenas que viraram rapidamente milhares para exigir "que seja encerrada provisoriamente a CNP, até que a fábrica possa laborar em condições normais e a ETAR esteja em funcionamento" e dão um prazo até 7 de Junho findo o qual decidem a paralisação do porto industrial. Chega essa data e o Ministro da Qualidade de Vida Ribeiro Telles afiança a abertura da ETAR a 15 desse mês, mas as traineiras não ficarão nem mais um dia em terra à espera.

Era um balde de faina mal cheirosa, um pescado intragável e um odor insuportável, que para lá das jogatanas e dessa costumeira política dos eleitos, o que verdadeiramente movia e agitava os pescadores e a população de Sines.

Amanhece e a azáfama no molhe é grande. Às 9.00 já dezenas de barcos de pesca procedem ao bloqueio do Porto Industrial de Sines, vedando o acesso à carga e descarga de petroleiros e navios. E até o único navio à descarga no Porto faz chegar um abaixo-assinado dos seus tripulantes solidarizando-se com os pescadores. Desde a noite anterior que a polícia marítima reforçara o seu contingente pronta a intervir. Quando chega o meio-dia, e na praia dezenas de familiares levam o almoço que em pequenas lanchas os pescadores vêm buscar, irrompem em alta velocidade lanchas com dezenas de polícias armados de G-3, ziguezagueando em volta dos pescadores. O bloqueio não desmobiliza. Uma segun-

da ronda de intimidação tem início, desta feita mais aguerrida. Param as lanchas à proa dos barcos e cortam à faca os cabos que as fundeavam, enquanto outras ligam os motores e mantêm todas os seus lugares no bloqueio.

No terceiro arremesso da polícia, detêm-se na embarcação do Mestre Xico da Estrela Matutina insistindo que este prestasse declarações na Capitania, quando este passa para a lancha "mal lá colocou os dois pés no convés, uma pancada violenta atirou-o contra a ponte (…) Os pescadores que estavam mais perto explodiram de raiva. A reacção foi de imediato… motores a toda a força avante direitos à lancha da polícia marítima que foi obrigada a fugir com Mestre Xico lá dentro (...) Algumas embarcações de pesca dirigiram-se a toda a pressa ao cais do porto de pesca… uns vinham buscar armas… outros diziam vir buscar gasolina… o mar havia de arder com as lanchas de polícia marítima".

Em terra o edifício da Capitania é cercado por centenas, na sua maioria as mulheres dos pescadores: "O ambiente era explosivo… parecia que a todo o momento aquelas centenas de pessoas iriam entrar pela Capitania adentro e rebentar com tudo… polícias incluídos". Recebida a Comissão de Luta o Capitão do Porto nada mais pode fazer que mandar retirar as lanchas e polícia do local evitando a explosão popular.

O bloqueio manter-se-á toda a tarde até que pelas 19.00 tem lugar na Câmara Municipal uma reunião a pedido do Gabinete da Área de Sines e da CNP. Quatro horas depois, noite adentro e no mar, um plenário na traineira Célia Maria, a maior da frota de sardinha, decide levantar o bloqueio na expectativa de ser cumprida a data de 15 de Junho para a abertura da ETAR da Ribeira de Rio de Moinhos, fiscalizando até lá a comissão de moradores desse lugar para que não houvesse mais descargas.

No dia indicado tem início o funcionamento da Estação de Tratamento de Águas Residuais. É celebrada a vitória!

A memória é hoje uma ferida

A mobilização dos pescadores e da população de Sines contra a agressão da indústria ao ambiente e ao seu modo de vida merecem com toda a justiça ser celebradas como vitória. Mas essa foi uma vitória sobretudo referencial pela consciência e pela acção directa levada a cabo a partir do momento em que se saiu às ruas e se bloqueou o Porto de Sines. Fora isso, ser considerada mais amplamente uma "vitória" – como o faz Francisco do Ó Pacheco depois de duas décadas no poder de Sines – decorre de uma perspectiva ingénua ou deliberada da gestão catastrófica que representou todo o processo de transformação que teve lugar neste litoral. A memória é hoje uma ferida como sentenciou Al Berto nesse poema de canto do cisne a Sines com que iniciamos o nosso artigo.

Os factos que se seguiram à greve verde de 1982 – e até aos nossos dias – em nada concorrem para celebrar qualquer canto de vitória frente à poluição, se nesses termos fosse reduzido erradamente o espectro bem mais vasto de estragos ambientais e sociais de que a nova Sines hoje é fruto. Bastaria para isso citar a cronologia histórica no próprio site da autarquia: um ano depois, em Julho de 1983, **são detetadas manchas de óleo no mar**, as quais provocam queimaduras em alguns banhistas; em 1984, no início do funcionamento da central térmica em Sines, os citricultores de Santiago do Cacém queixam-se da destruição provocada nos seus pomares pela poluição atmosférica. Um ano depois da criação da Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, tem lugar em 1987 o derrame do petroleiro Nisa e em 1989 nova maré negra, novo acidente com petroleiros, desta feita o Marão. Em Maio de 1990 mais um derrame de crude… e por aí adiante ao longo das últimas décadas. Já neste século XXI ilustrado por vários episódios, como a interdição da pesca na zona da Costa do Norte em Sines em Maio de 2011 pela Delegada de Saúde de Sines perante a poluição marítima na zona e pela existência de pescado impróprio para consumo; ou os dados recentes de 2016 demonstrando ser a central termoelétrica a carvão da EDP a que mais polui a atmosfera em Portugal.

Em Janeiro de 1983, Al Berto, 14 anos antes de nos deixar, morria já com a paisagem e o mar de Sines: "Anoiteceu. A vila está cercada por pipelines, luzes indecifráveis, chaminés gigantescas, máquinas que corroem a terra, traçam acessos rodoviários, fazem tudo o que se lhes depara pelo caminho. É sobretudo durante a noite, fechado na minha exígua casa da Rua do Forte, que maior consciência adquiro de tudo isto. Dentro de pouco tempo será insuportável viver aqui. O vento e as águas chegarão contaminados. A praia será um areal negro, um pesadelo sem nome, onde morrem as palmeiras, que ali plantaram. Os barcos serão os nossos fantasmas vagueando sobre as águas sujas de óleo, e uma gaivota perder-se-á no veneno da alba. Em mim nunca mais fará claro, nunca mais amanhecerá. Nem será preciso acender qualquer luz de vigia… eu morro com as paisagens"[10].

30 anos depois, em Janeiro de 2012, o bloquista José Carlos Guinote descrevia no blog Estação de Sines[11] como "dia após dia, semana após semana, a diferentes horas do dia e da noite, Sines é, em permanência, invadido, por um cheiro pestilento vindo da plataforma industrial (…) A chaminé da Petrogal, com a sua nuvem de gases brancos recortada no escuro da noite, é o nosso indicador de referência. Quando a nuvem se dobra do alto da chaminé sobre a cidade temos que correr a fechar tudo e, nem mesmo isso é suficiente."

Luas incendiadas... que o mar esconde na respiração das marés

A conclusão desta história podia ser assim. Catastrófica e nostálgica à resistência momentânea das traineiras. Essa era na verdade algo a que já intuíra Afonso Cautela, figura chave do Movimento Ecologista Português, associação ambientalista pioneira orientada às "críticas ao industrialismo e à sociedade de consumo". Referia-se este jornalista em 1976[12] como "em três anos de sistemática destruição do seu *habitat* (…) a população de Sines, do campo, da vila e da praia, pôde verificar, sofrendo na própria existência quotidiana, quanto custa o progresso engendrado por tecno-capitalistas".

Já então diagnosticava Afonso Cautela a "doença do gigantismo" ao projeto de Sines, uma reflexão que hoje é apelida de decrescimento. Sines como parte de um "plano de megalomania triunfante": "… como se o capitalismo não tivesse crises de crescimento cada vez mais frequentes, agudas e profundas; como se tudo corresse bem no melhor dos mundos triunfantes; como se não houvesse *bluffs* do petróleo, recessão, desemprego e inflação em fecha; como se, em suma, não houvesse leis científicas, leis da História e leis da Natureza, Sines é um projecto que assenta totalmente no vácuo da irrealidade e da fantasmagoria (…) um projecto que conta com a consecutiva, infindável, ininterrupta curva logarítmica do crescimento exponencial". E sob o léxico revolucionário da época, concluindo Sines como "o sorvedouro perpétuo, destinado, em grande parte, a um papel político: manter controlados, milhares de escravos; justificar uma administração concentracionária na dependência do imperial-fascismo internacional; realizar à vontade o Ecocídio sistemático (…) dizendo que é para bem do povo e progresso do País; amortecer o espírito revolucionário do trabalhador pelo aliciamento de salários constantemente melhorados, pelo fosso cavado entre eles".

Essa crítica estava longe de ser equacionada nos acontecimentos da greve verde de 1982. As palavras de ordem produtivistas e socialistas, mais ou menos revolucionárias, serviam à continuidade do projecto capitalista. E Sines como tal atravessou sem mácula do Estado Novo à Democracia. Pelo contrário a percepção dos seus estragos esteve bem presente no grito dos pescadores. É esse grito que continua a ecoar até hoje nas luas incendiadas pela chaminé industrial. No que o mar esconde na respiração das marés.

Não fará hoje qualquer sentido recuperar a greve verde de 1982 julgando que a escuta a mesma população que a protagonizou. Fará antes todo o sentido recuperar as vitórias como feridas na memória para a moderna geração de sineenses que hoje possuem um sentido de reivindicação ambiental que décadas atrás era pura e simplesmente manietado pelo sentido inquestionável do crescimento.

A percepção dos seus estragos esteve bem presente no grito dos pescadores. É esse grito que continua a ecoar até hoje nas luas incendiadas pela chaminé industrial.

Discutir a poluição leva-nos (…) a discutir novos modelos de produção energética perante o inegável colapso que representa a produção energética de uma central térmica a carvão em Sines e a insistente opção da indústria energética fóssil do petróleo e do gás em Portugal.

Desde logo hoje discutir a poluição leva-nos – já sem grande ocultação mediática – a discutir novos modelos de produção energética perante o inegável colapso que representa a produção energética de uma central térmica a carvão em Sines e a insistente opção da indústria energética fóssil do petróleo e do gás em Portugal. Mas esta discussão corre o risco de surgir uma vez mais manietada se não for posto em causa o próprio projecto capitalista em que assenta a vida social e industrial que Sines exemplifica. Nesse sentido a crítica decrescentista contribuiu, como enunciou Carlos Taibo, por evidenciar como esse até aqui inquestionável crescimento assenta em irreversíveis impactes ambientais e esgotamento de recursos, e numa não menos inegável lógica de um Norte opulento vivendo da escassez do mundo Sul. Se tais aspectos, ao contrário de 1982, são hoje comummente aceites, necessário será ainda a percepção pública de como o crescimento (Sines uma vez mais como exemplo) assenta na perda de coesão social e na perda de emprego – a pesca seria o exemplo fácil, mas mais correcto será entender a privação de emprego em igual medida à perda das garantias e direitos dos trabalhadores industriais de Sines. E não menos importante é percepcionarmos como se alterou o modo de vida individual e social que sustenta o crescimento económico de Sines.

Aí chegados podemos persistir em não ver o problema, tossindo para o lado o fumo negro. Não faltam para isso os indicadores e estatísticas do crescimento do Porto de Sines em Portugal e na Europa, ou o investimento nas novas infraestruturas portuárias e de ligação ferroviária às mercadorias. Não faltam nem exemplos, nem promessas eleitorais. Mas há uma pergunta inquietante que se prende enfim com o modo de vida individual e social. Na década de 80 os pescadores acabam eles mesmos a desejar outra faina que não a deles aos seus filhos. As novas gerações vivem melhor do que as suas. Façamos a pergunta nesta segunda década do séc. XXI. Poderemos com consciência responder de igual modo às novas gerações de Sines? Viverão estas melhor?

Duas opções restam. Confrontar o crescimento com a reconstrução de níveis de consumo e produção compatíveis com um modo de vida que permita responder que sim, os nossos filhos viverão melhor. A outra formulou-a em angústia Al Berto: "…Que desça, como relâmpago, a peste, as chuvas inquinadas, as incontroláveis pragas radioactivas, o caos. Que tudo pereça no sismo total. E os anjos, e Deus também. Que não reste nada! Absolutamente nada!... Areia e mais areia, e na orla branca dos desertos cairá a derradeira estrela da manhã."[13]

/// NOTAS

1 "O Mistério do Complexo Industrial de Sines ou como os desastres que desencadeia não são notícia", Boletim BOESG, 2011 http://bit.ly/2hmup9V

2 Antena Miróbriga 13.11.2016 http://bit.ly/2gPc58x

3 LUSA 31.07.2016 http://bit.ly/2hsuNGP

4 Segundo a Associação Ambientalista ZERO que cruzou os dados reportados por 336 instalações localizadas em Portugal (280 que emitem para a atmosfera e 56 para meios hídricos) relativo ao ano base de 2014 http://bit.ly/2eISw0Z

5 Seg. ZERO http://bit.ly/2gpAxMw

6 http://bit.ly/2hBqGUR

7 Daniel da Março Teixeira "Análise Estratégica do Cluster Petrolífero/Petroquímico Português. O Passado, o Presente, e o Futuro" Dissertação Mestrado, Outubro/2010 http://bit.ly/2hjnGjx

8 Francisco do Ó Pacheco "Crónica da Primeira Greve Ecológica em Portugal", Sines, edição de autor, 1999.

9 Al Berto "Diários", Assírio e Alvim, 2012: 42

10 *Idem*: 79 (apontamento 24.01.1983)

11 http://bit.ly/2hBvIRy

12 Afonso Cautela "Ecologia e luta de classes em Portugal: reportagens", vol.3, Col. Sobreviver. Socicultur, 1977

13 Al Berto, *Ibid.*: 110 (apontamento 11.03.1984)

INFOGRAFIA **MARGARIDA LIMA** (M.LIMA@JORNALMAPA.PT) / **XICO ESPADA**

#NoDAPL

O que se passa em STANDING ROCK?

O Dakota Access PipeLine é um projecto de construção de um grande oleoduto atravessando 4 estados norte americanos.
Os protestos dos Índios Sioux contra esta construção tornaram-se num movimento internacional pelo direito à terra e à água, atraindo milhares de pessoas à zona das construções, Cannon Ball, no estado de Dakota do Norte.

RESERVAS INDIAS
SACRED STONE CAMP
BISMARCK, DAKOTA DO NORTE
ROTA DO OLEODUTO (até 4 de dez.)
ROTA ORIGINAL DO OLEODUTO

O projecto acompanha o percurso do rio Missouri, a principal fonte de água destas reservas indígenas. A contaminação das águas é a principal razão do protesto porque, tal como em qualquer oleoduto, os derrames e fugas são inevitáveis. Luta-se também pela preservação de património material e cultural dos Índios, sobretudo a preservação de cemitérios e sítios sagrados

O acampamento em Standing Rock foi iniciado na primavera de 2016, unindo várias tribos indígenas. Ao protesto dos Sioux, durante o outono, milhares de outras pessoas se foram juntando, como «defensores da água».

2.000
km de tubo
com quase 1 metro de diâmetro

470.000
barris de crude de petróleo por dia

NOVAS FORMAS DE SOLIDARIEDADE
- Após a denúncia de que a polícia estaria a utilizar as redes sociais para localizar activistas assim que estes chegavam a Standing Rock, cerca de 1,4 milhões de pessoas fizeram check in através do facebook nesse local;
- Vídeos virais de uma dança tradicional de guerra Maori, da Nova Zelândia, gravados e disseminados por milhares de pessoas em solidariedade com Standing Rock através do hashtag #Haka;
- Protestos contra o EMAC - Emergency Management Assistance Compact, o protocolo utilizado pela polícia de Morton para pedir reforços de outras cidades e estados para Dakota do Norte. Algumas esquadras de outros locias foram invadidas com telefonemas e emails de residentes, que não concordavam que as forças policias da sua área fossem para Standing Rock. Pelo menos 3 xerifes suspenderam o envio das suas forças para o local dos protestos;
- Mais de 2000 veteranos de guerra deslocaram-se até ao sítio dos protestos, com a intenção de formar um escudo humano entre as forças policiais e os manifestantes;
- Manifestações e acções de solidariedade em 19 cidades nos Estados Unidos.

30
acidentes relacionados
com óleodutos nos EUA em 2016

ACÇÃO POLICIAL
Canhões de água a temperaturas de -10º, granadas, tanques com armas de som, balas de borracha, gás pimenta, cães e várias outras formas de violência foram utilizadas sobre manifestantes pacíficos. Mais de 600 pessoas detidas. Inúmeras queixas de violência e detenções a jornalistas. As Nações Unidas abriram uma investigação sobre a acção policial do governo de Obama.

No dia 4 de Dezembro, um orgão governamental anunciou a suspensão dos furos localizados por baixo do Missouri, o que resultou numa grande vitória para os Defensores da Água. Está agora em discussão uma rota alternativa para o oleoduto.

Mais info em:
standwithstandingrock.net

Fontes:
High Country News, www.hcn.org / Wikipedia, pt.wikipedia.org / A partir do mapa de Carl Sack, twitter.com/northlandiguana

RESISTÊNCIA EM STANDING ROCK

O projeto de construção de um oleoduto que passaria junto à reserva indígena de Standing Rock, situada entre os Estados do Dakota do Norte e do Sul, foi perturbado por uma forte oposição por parte dos habitantes locais e de um grande número de manifestantes que conseguiram, para já, parar a sua construção. A tomada de posse de Donald Trump a 20 de janeiro promete trazer mais jornadas de luta contra a construção do Dakota Access Pipeline.

P.M.

Não foi há muito tempo que findou uma disputa eleitoral que extravasa fronteiras e que nos faz debater sobre qual será o melhor candidato e qual terá mais impacto na vida de todos nós. Talvez por ser a força militar e comercial mais hegemónica a nível mundial, os EUA, com as suas eleições, sempre nos disseram algo, principalmente estas que ameaçavam eleger o representante de um discurso que evoca um passado de muito má memória. Donald Trump, multimilionário e figura mediática que, como muitos outros políticos que vão surgindo aos magotes, passou diretamente do entretenimento televisivo para o mundo da política (a diferença entre ambos os âmbitos vai-se esbatendo pouco a pouco), acabou por ser eleito. Poucos o esperaram e muitos rejubilaram, lá onde foi eleito e aqui onde os movimentos nacionalistas esperam seguir o seu caminho, por ver o seu discurso populista, demagógico, nacionalista, protecionista, islamófobo, racista acabar por gerar um consenso alargado. Ele era o representante de uma classe, tendencialmente branca e protestante, e os seus lemas «tornar a América mais uma vez grande» e «devolver a América aos americanos» conseguiram conquistar o voto dos eleitores.

Quando Donald Trump fala em «devolver a América aos americanos» com certeza terá uma visão abrangente do que é ser americano, apesar do seu discurso preconceituoso e discriminatório. Ele imaginará os descendentes dos europeus, sejam eles loiros e de descendência germânica, como ele próprio, ou britânica, ou de descendência eslava, latina ou nórdica. Imaginará também os descendentes dos povos asiáticos, sejam eles de origem chinesa, japonesa ou indiana, ou do próprio Oriente Médio, apesar da sua aparente fobia aos muçulmanos. Imaginará mesmo os descendentes dos escravos africanos, levados à força para aquele continente, ou todos os outros descendentes de africanos que emigraram para os EUA depois de abolida a escravatura. Imaginará até os descendentes dos povos mais a sul do continente americano que atravessaram a fronteira mexicana em busca de uma vida melhor, não obstante a sua intenção de estabelecer um muro que demarque os EUA desses povos. E imaginará os descendentes dos povos originais daquele continente? Curiosa essa frase, «devolver a América aos americanos», pois o que mais de quinhentos anos de história nos têm mostrado é que foram os seus habitantes originais, conjuntamente com os seus descendentes, aqueles que mais privados ficaram do muito que possuíam desde que aquele imenso continente foi batizado América pelos seus primeiros colonos.

Recorremos a Trump como estereótipo, como modelo mais eficaz para tentarmos compreender um tipo de mentalidade americana que nos faz recordar um pensamento colonialista ainda enraizado nos descendentes dos primeiros colonos, dos que partiram para esse novo continente em busca de riquezas, dos empreendedores na própria aceção da palavra (*empreender* tem a sua origem no latim *imprehendere,* que significa prender, tomar algo com as mãos, ou seja, em sentido histórico, rapinar). Mas a história que queremos contar é mais uma de muitas com um largo passado, de muitas que envolveram racismo, genocídio, derrame de sangue, usurpação, pilhagem, mas também resistência, coragem, perseverança dos principais espoliados por um colonialismo latente e sempiterno iniciado há séculos e que tem o nome de América.

A reserva índia de Standing Rock, estabelecida originalmente como Grande Reserva dos Sioux (abreviação inglesa da corruptela francesa *nadousioux,* com origem na expressão ojíbua *na dou esse* e que significa inimigo, sendo o nome que os sioux atribuiam a si próprios *oceti sakowin*, que significa sete fogos de conselho), ocupa uma área de 9,251.2 km² entre o Dakota do Norte e o Dakota do Sul. O Tratado do Forte Laramie, assinado a 29 de abril de 1868 (antecedido pelo acordo assinado no mesmo forte a 17 de setembro de 1851) entre o governo dos EUA e os representantes dos povos apodados de sioux com o intuito de serenar os conflitos existentes entre os habitantes originais daquela região e os colonos que se expandiam para oeste e pilhavam os recursos naturais que encontravam pelo caminho, definiu as fronteiras da Grande Reserva dos Sioux. Esta estava demarcada a norte pelo paralelo 46, a este pelo rio Missouri, a sul pelo Estado do Nebrasca e a oeste pelo paralelo 104, compreendendo as Black Hills, sagradas para os povos nativos, assim como o rio Missouri, considerado uma fonte de vida. O acordo garantia, também, direitos de caça no Nebrasca, no Montana, no Wyoming e no Dakota do Norte aos sioux, o encerramento da trilha Bozeman, bastante utilizada pelos colonos que se dirigiam para oeste e

causadora de inúmeros conflitos com os nativos, e dos fortes ao longo da trilha, o pagamento de anuidades em comida e roupa aos nativos residentes na reserva e incentivos para o cultivo da terra, tendo como contrapartida a delimitação territorial dos sioux à reserva e uma gradual adaptação à cultura dos colonos através da sua escolarização, permitindo que diferentes agentes governamentais se pudessem instalar dentro da reserva para garantir essa «educação inglesa» através da criação de uma missão (que se viria a converter em internatos para índios). Mas esta tentativa de pacificação dos povos originais da região, através da técnica do logro comummente utilizada pelos colonos empreendedores, acabou por ser desmascarada em 1874, quando foi descoberto ouro nas sagradas Black Hills durante uma expedição do general Custer (morto em 1876 na famosa batalha de Little Big Horn), o que levou a que esse novo eldorado fosse procurado por cada vez mais garimpeiros que requisitavam a proteção do exército governamental. Por fim, apesar de o acordo assinado a 29 de abril de 1868 garantir que qualquer concessão de terras dentro da reserva só poderia ser aprovada com a anuência de ¾ dos adultos do sexo masculino, o Congresso dos Estados Unidos acabou por aprovar um decreto a 28 de fevereiro de 1877 (antecedido pelo Indian Appropriations Act de 15 de agosto de 1876) que retirava as sagradas Black Hills à Grande Reserva dos Sioux e limitava o acesso dos habitantes da reserva à caça, ao mesmo tempo que impunha a violência do isolamento, da militarização do território, assim como a tentativa de assimilação dos índios aos costumes coloniais, restringindo os seus próprios costumes. Um decreto governamental de 2 de março de 1889 acabou por dividir a Grande Reserva dos Sioux em seis reservas diferentes, estabelecendo então a reserva de Standing Rock. Mais de cem anos depois, o Supremo Tribunal dos Estados Unidos deu razão aos sioux no litígio que os opunha ao governo dos EUA quanto aos direitos sobre os territórios usurpados depois do acordo de 1868. E de uma forma que é sintomática de tudo aquilo que opõe a idiossincrasia do povo colonizador à do colonizado, neste caso, foi decidida, a 30 de junho de 1980, pelo Supremo Tribunal dos EUA a condenação do governo dos EUA ao pagamento de uma indemnização no valor de 17,1 milhões de dólares com juros acrescidos desde 1877, que hoje em dia quantificaria um valor acima de 1 bilião de dólares, que desde logo foi rejeitada pelos sioux. Um solo sagrada não pode ser quantificado, não tem preço, e hoje em dia a luta por esse território continua.

A oposição ao Dakota Access Pipeline, que teve início em janeiro de 2016, é mais um capítulo a acrescentar ao rol de histórias de luta dos povos originais daquele continente contra os usurpadores das suas terras e aniquiladores das suas culturas. Este luta teve início a partir do momento em que se soube que a Comissão de Serviço Público do Dakota do Norte tinha aprovado um projeto de construção de um oleoduto a partir dos campos petrolíferos de Bakken, no Dakota do Norte, onde a técnica da fraturação hidráulica é usada (sendo responsável pelo aumento de etano na atmosfera), até ao sul do Ilinóis, prevendo a sua passagem junto ao que é hoje a reserva de Standing Rock e por baixo dos rios Missouri e Mississippi e do lago Ohae. Este é um projeto da companhia texana Energy Transfer Partners que envolve valores na ordem dos 3,8 biliões de dólares e surge ainda durante a presidência de Barack Obama, que, com o intuito de obter uma maior independência energética para os EUA, apostou em várias fontes energéticas internas, entre as quais a fraturação hidráulica.

CURIOSA ESSA FRASE, «DEVOLVER A AMÉRICA AOS AMERICANOS», POIS O QUE MAIS DE QUINHENTOS ANOS DE HISTÓRIA NOS TÊM MOSTRADO É QUE FORAM OS SEUS HABITANTES ORIGINAIS, CONJUNTAMENTE COM OS SEUS DESCENDENTES, AQUELES QUE MAIS PRIVADOS FICARAM DO MUITO QUE POSSUÍAM DESDE QUE AQUELE IMENSO CONTINENTE FOI BATIZADO AMÉRICA PELOS SEUS PRIMEIROS COLONOS.

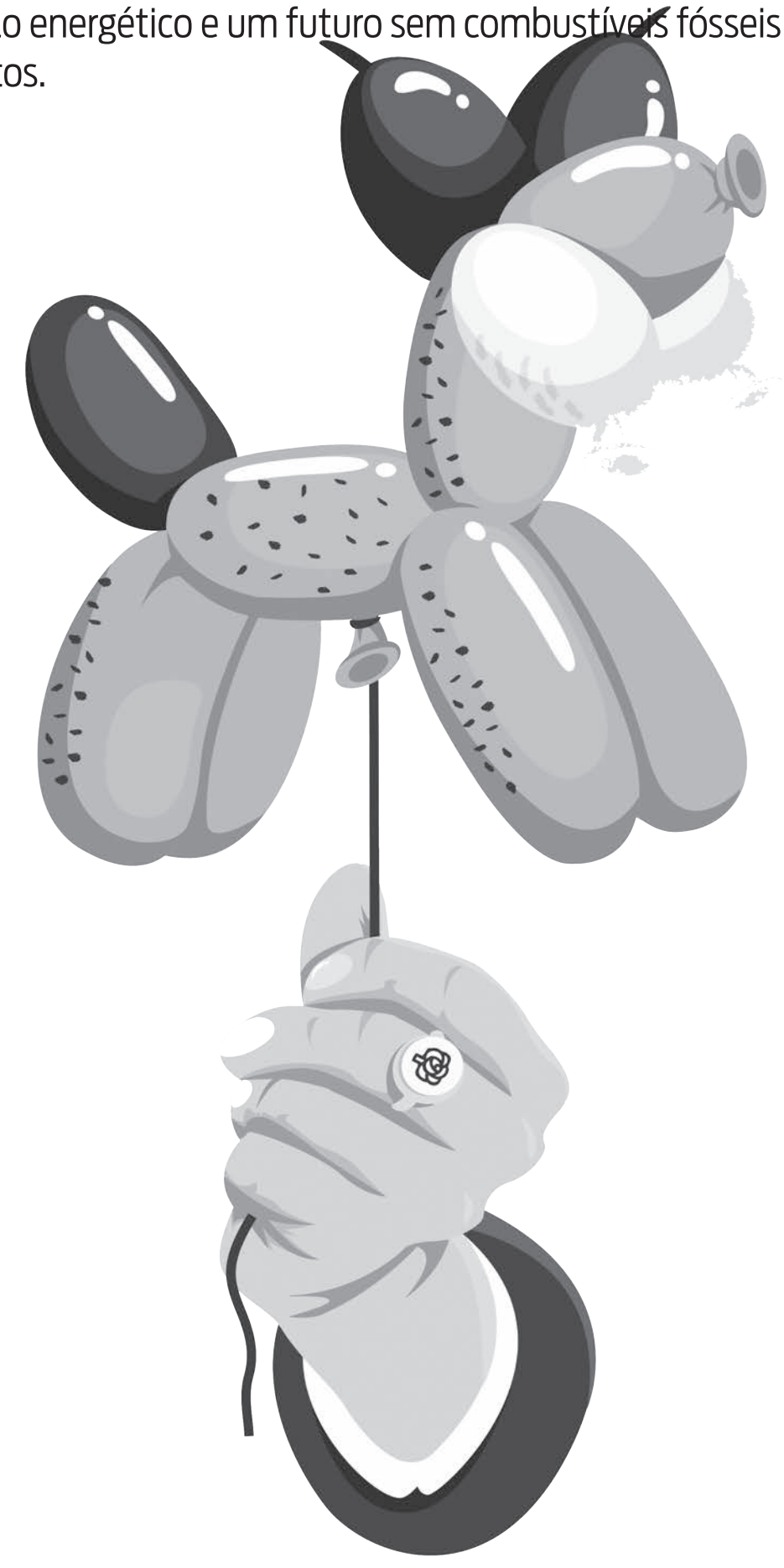
Mas para percebermos um pouco melhor a questão, temos de recuar novamente no tempo. Durante os anos 40, uma série de inundações afetaram a região, o que levou o congresso a aprovar um decreto, assinado pelo então presidente Roosevelt a 22 de dezembro de 1944, para controlar as cheias, o programa Pick-Sloan. Cerca de 820 km² do território das reservas de Standing Rock e Cheyenne River foi inundado para a construção de cinco barragens, entre as quais a barragem de Ohae, e muitos dos seus habitantes foram deslocados para outras paragens. Essa intervenção fez com que, hoje em dia, o Corpo de Engenheiros do Exército dos Estado Unidos assuma ter jurisdição sobre aquela área. Foi a esse mesmo Corpo que a Agência de Proteção Ambiental, o Departamento do Interior e o Conselho Consultivo sobre a Preservação Histórica, conjuntamente com os habitantes de Standing Rock, apelaram para que fosse feito um estudo de impacto ambiental mais aprofundado, e foi este que acabou por aprovar a construção do oleoduto que passaria por baixo da principal fonte de abastecimento de água dos habitantes de Standing Rock, o lago Ohae (formado pela construção da barragem de Ohae). Essa aprovação teve por base o Nationwide Permit 12, que permite acelerar a autorização para a construção do oleoduto, pois trata-a como um série de pequenas construções em vez de a conceber como um todo, fazendo com que não seja necessário qualquer tipo de levantamento ambiental, normalmente requisitado segundo o que prescrevem o Clean Water Act e o National Environmental Policy Act, algo que para muitos significa uma violação da lei.

O que é um facto é que não foi necessário esperar pela permissão do Corpo de Engenheiros, que chegou a 26 de julho, para que desde logo houvesse uma mobilização contra a construção do oleoduto, sendo exemplo disso o Sacred Stone Camp, montado a 1 de abril, que aglomerou vários manifestantes. Para além de defenderem que qualquer derrame do oleoduto põe em perigo as águas do rio Missouri que abastecem a comunidade, os habitantes de Standing Rock defendem que ao longo do traçado delineado para a construção do oleoduto existem locais arqueológicos considerados sagrados que ficariam em risco de ser profanados. Desde então a luta foi-se intensificando gradualmente no terreno, com o surgimento de mais acampamentos como o Oceti Sakowin Camp ou o Red Warrior Camp, assim como judicialmente. A 27 de julho, os habitantes de Standing Rock processam o Corpo de Engenheiros e pedem uma providência cautelar para travarem o início das obras. Em agosto são cada vez mais os manifestantes que se vão juntando aos habitantes de Standing Rock, que desde o início tiveram o apoio de membros de outras comunidades indígenas. Diversos atos de protesto e de sabotagem são levados a cabo e estima-se que os danos em material de construção da Dakota Access Pipeline ascendem a milhões de dólares. A 3 de setembro os manifestantes e os seguranças contratados para proteger o equipamento entram em confronto, tendo os seguranças utilizado gás-pimenta e cães para atacar os manifestantes que se tinham deslocado até ao local depois de terem tido conhecimento de que alguns cemitérios indígenas haviam sido profanados por tratores. A 6 de setembro, Brian Cladoosby, presidente do Congresso Nacional dos Índios Americanos, encontra-se com alguns assessores de Barack Obama na Casa Branca e tenta obter apoio para a luta a ser travada em Standing Rock. A 9 de setembro, o juiz federal James Boasberg, do Tribunal Distrital dos EUA em Washington, DC, nega a providência cautelar pedida a 27 de julho, indicando que as obras podem prosseguir, menos numa pequena área junto ao lago Ohae. Nesse mesmo dia, os Departamentos de Justiça, do Interior e do Exército indicam à Energy Transfer Partners que deve suspender temporariamente a construção perto do lago Ohae até que sejam revistos os potenciais impactos nos locais tribais históricos. A 13 de setembro, a companhia Energy Transfer Partners assegura aos seus trabalhadores que tudo irá fazer para terminar o oleoduto, afirmando que 60% deste já estavam concluídos e que 1,6 biliões de dólares já tinham sido investidos na obra. A 26 de setembro, Barack Obama promete, durante a sua oitava Conferência das Nações Tribais na Casa Branca, a cerca de 500 representantes indígenas, que tudo irá fazer para garantir que todas as agências federais consultem, oiçam e trabalhem conjuntamente com os índios americanos para resolver a questão do Dakota Access Pipeline. A 9 de outubro, um tribunal federal nega o apelo feito pelos habitantes de Standing Rock após a decisão de 9 de setembro e reafirma que a construção do oleoduto deve prosseguir. Entretanto, os protestos e os bloqueios vão-se sucedendo, e a 27 de outubro, 141 manifestantes são detidos depois de a polícia ter usado gás pimenta e lacrimogénio, assim como um canhão de som, para dispersar um bloqueio de estrada, naquele que foi um dos mais violentos confrontos entre manifestantes e polícia até então. A 8 de novembro, a Energy Transfer Partners reafirma a sua intenção de continuar a construção junto ao lago Ohae e no dia 14 desse mesmo mês o Corpo de Engenheiros e o Departamento do Interior emitem uma declaração conjunta, adiando a sua decisão final em relação à permissão para construção do oleoduto junto ao lago Ohae devido à necessidade de consulta das tribos nativas americanas. A 15 de novembro, a Energy Transfer Partners põe um processo ao Corpo de Engenheiros, afirmando que este não tem o direito de adiar a facilitação da construção do oleoduto, enquanto nesse mesmo dia se celebra um dia de ação contra a construção do oleoduto em cerca de trezentas cidades espalhadas pelo globo. A 18 de setembro, a Energy Transfer Partners reafirma que não irá mudar o curso do oleoduto. A 20 de novembro, volta a haver confrontos violentos entre os manifestantes e a polícia, tendo esta última usado canhões de água e balas de borracha para dispersar quem participava nos protestos. Cerca de duzentas pessoas ficaram feridas, tendo havido uma detenção. A 25 de novembro, o Corpo de Engenheiros ordena que os locais ocupados sejam evacuados pelos manifestantes a 5 de dezembro, afirmando dois dias depois, a 27 de novembro, que não tem intenção de usar a força para os afastar dali. Os manifestantes reafirmam a sua vontade de permanecer no local. A 28 de novembro, o governador do Dakota do Norte, Jack Dalrymple, emite uma ordem de evacuação obrigatória dos locais de acampamento, argumentando não poder garantir o acesso de qualquer serviço de emergência devido ao agravamento das condições meteorológicas. A 4 de dezembro, cerca de dois mil veteranos do exército norte-americano juntam-se aos manifestantes com o intuito de os proteger dos ataques da polícia. A 5 de dezembro, o Corpo de Engenheiros indica que não irá conceder a facilitação à Energy Transfer Partners para a construção do oleoduto junto ao lago Ohae, o que constitui uma vitória para os manifestantes, ainda que com algumas ressalvas, pois a própria companhia Energy Transfer Partners reafirma a sua intenção de concluir o projeto.

A luta contra o Dakota Access Pipeline é um exemplo de como a determinação e a persistência de muitos pode produzir efeitos positivos. Mesmo sob condições atmosféricas muito adversas, com temperaturas negativas, os manifestantes resistiram aos ataques da polícia e acabaram por celebrar essa aparente vitória. Logo após o dia 5 de dezembro, o presidente da reserva de Standing Rock, Dave Archambault, começou a pedir aos manifestantes para regressarem a casa devido às condições meteorológicas adversas, afirmando que até 20 de janeiro, dia em que Donald Trump tomará posse como novo presidente dos EUA, nada mudará em relação à decisão do Corpo de Engenheiros. Mas essa é, na verdade, a maior preocupação. Donald Trump é acionista da empresa Energy Transfer Partners e a sua equipa de transição já declarou publicamente apoiar a construção do oleoduto e que irá rever a decisão do Corpo de Engenheiros, que entretanto afirma procurar alternativas viáveis para que o oleoduto não seja construído junto à reserva de Standing Rock, sem que nunca seja questionada a sua construção. Avizinham-se mais jornadas de luta, mas com certeza que quanto maior forem as forças que puxem pela construção do oleoduto, maiores serão as forças que a ela se irão opor e que lá permanecerão para impedir mais essa culminação de um projeto de usurpação de território indígena.

Salvemos Doñana (mais uma vez)

Traduzido do jornal El Topo Tabernário, de Sevilha, "Salvemos Doñana" expõe o projeto da empresa Gas Natural Fenosa para a construção de uma infraestrutura para armazenamento de gás natural no parque nacional de Doñana a apenas 100 Km do Algarve. Uma contribuição que nos deve fazer pensar que a luta por um novo modelo energético e um futuro sem combustíveis fósseis passa por construir pontes e realizar esforços conjuntos.



> Original em castelhano disponível online em eltopo.org

Doñana volta a estar na ordem do dia, desta vez por causa de um projecto de armazenamento de gás natural que ameaça a sua integridade e que que pretende usar espaço público para fins privados. Detê-lo é o objetivo da Plataforma Salvemos Doñana, formada, até agora, por mais de cem organizações e quase cinco mil pessoas.

JUANA VÁZQUEZ
EQUIPA DO EL TOPO TABERNÁRIO

Doñana voltou aos holofotes mediáticos num cenário e com actores concretos: há uma empresa privada, *Gas Natural*, cujo objectivo é construir um depósito de gás, dizendo que não existe qualquer risco; uns políticos e uma instituição, a Junta da Andaluzia, que estão a legitimar por via legal este afã de lucro empresarial; e, claro, a "jóia", Doñana, em teoria um património a proteger.

«A empresa *Gas Natural Fenosa*, assegura que já faz perfurações desde os anos 80, o que está certo: durante os últimos 30 anos, tiveram a concessão de extracção de gás natural da jazida Marismas, que se encontra no subsolo de Doñana», explica Juan Romero, membro do *Consejo de Participación de Doñana* em nome da associação *Ecologistas en Acción*. «Mas uma coisa muito diferente é que agora, uma vez que se esgotam os poços de gás, tentem utilizar esses depósitos naturais do subsolo público para injectar o gás importado do Qatar, da Nigéria e da Argélia no sistema de Doñana, sobretudo quando há outros lugares e fazê-lo aqui é uma barbaridade». Poupa-se, isso sim, o investimento necessário para construir depósitos na zona industrial, para além de permitir ficar com reservas suficientes para suportar a flutuação dos preços no mercado do gás.

Os riscos

«Até agora, o gás desce de uma forma perfeitamente integrada no subsolo com umas características específicas e, até ao momento, ainda não acarretou nenhum dano. Quando sofre uma série de transformações, aí sim, pode implicar um risco», assegura Romero. «Por exemplo, houve um processo recente, em 2012, na jazida Castor, frente às costas de Tarragona e de Castellón, em zonas onde historicamente se tinha extraído metano e gás por via da perfuração. Esta acabou por ter de fechar, depois de o Instituto Geográfico Nacional ter concluído que havia uma relação directa entre os 400 sismos registados no Mediterrêneo e o projecto. A empresa, quando apresentou uma uma declaração de impacto ambiental, disse que não havia esse risco sísmico; e, no entanto, havia.»

Não por acaso, o cenário geológico da Comarca de Doñana é a falha Açores-Gibraltar, recordam os ecologistas, zona tectónica activa com alto risco sísmico. Um ponto que foi ratificado pelo geólogo da Universidade de Huelva, Antonio Rodríguez, na jornada informativa em Almonte, em Outubro de 2016, sobre a compatibilidade do armazém de gás com a conservação de Doñana.

«Também dizem que não haverá incêndios nem contaminação pela mistura de resíduos químicos que são usados na perfuração. A empresa afirma que está tudo sob controlo e que tem um programa de vigilância muito apertado», explica Juan Romero. «Mas o caso é que quando se produzem casos semelhantes no sector, e se são subestimados pelo Estado da nação, no caso pelo Governo do PP, depois de lhes ter dado o beneplácito, é porque há e houve riscos. Mais, há até uma indemnização para estas terras com dinheiro público pago por todos os contribuintes, porque deram um grande apoio a esses projectos e depois os esqueceram. Porquê? Porque havia riscos. E estamos a falar de sítios que não gozavam de nenhum tipo de protecção, não eram uma jóia da natureza como é o caso de Doñana.»

A jazida Marismas foi dividida em quatro partes para serem apresentados quatro projectos diferenciados, que deram origem a estudos de impacto ambiental separados, de acordo com a *Ecologistas em Acción*. Dois dos projectos — Saladillo e Marisma Oriental — estão dentro do Espaço Natural Doñana, enquanto os outros dois — Marisma Ocidental e Aznalcázar — afectam a Rede Natura 2000. Mas tanto o Comité de Património da Humanidade da Unesco como o Comité de Património Mundial da União Internacional para a Conservação da Natureza indicam nos seus relatórios que as avaliações de impacto ambiental de todos os projectos devem incluir os efeitos sinergéticos. Ou seja, há que os avaliar em conjunto, como um todo, e dissipar qualquer dúvida científica razoável quanto ao seu carácter inócuo para a água, a terra e os ecossistemas.

Algo que não se cumpre neste caso, de acordo com os *Ecologistas*, que denunciam ainda que as avaliações estão incompletas uma vez que lhes falta um estudo rigoroso e suficientemente exaustivo da hidrologia e das águas subterrâneas. Os armazéns onde se injectaria o gás estariam a 800 ou 1000 metros de profundidade, quer dizer, por baixo do aquífero Almonte-Marismas, que abastece as terras cultivadas da comarca e fornece água potável aos municípios do Condado de Huelva. O que poderia supor uma contaminação das águas por via dos produtos químicos utilizados nos trabalhos de prospecção e a posterior injecção de gás.

Assim, de acordo com Juan Romero, «se há dúvidas científicas e não há cem por cento de garantia de que não existirão riscos de nenhum tipo, a proposta é o princípio da precaução, princípio de prevenção e monte vossa excelência armazéns de gás alternativos, que existem. Doñana, como todos os parques naturais de Espanha, constitui menos de um por cento do território nacional. Vir a Doña-

DOÑANA VS FENOSA

na para montar um armazém de gás é, no mínimo, ridículo. A opinião pública não definiria como um disparate, por exemplo, abrir o subsolo da Irmandade do Rocío? O grito chegaria ao céu. As pessoas não elevariam o grito até ao céu se a *Gas Natural* quisesse fazê-lo por baixo da mesquita de Córdoba ou da Giralda de Sevilha? Autênticos disparates. Porque são jóias do nosso património cultural a conservar e o que importa é preservar esse monumento. Procurem um local alternativo e não montem essa infraestrutura que, também há que dizê-lo, seria perpétua. O armazenamento não é para um ou dois anos, mas indefinidamente».

A todo o gás

O projecto Marisma Ocidental foi o único dos quatro que a *Gas Natural* pôs até agora em marcha. A empresa assegura na sua página da Internet que executou 95 por cento das perfurações. Os trabalhos estão em marcha «porque têm muita pressa, porque há um Governo em funções que já lhes deu carta branca. Há um ministro implicado nos papeis do Panamá — que serão legais e tudo o que queiram, mas são paraísos fiscais — que assina a carta de reconhecimento de utilidade pública do projecto e depois se demite. Têm muita pressa e o que pretendem é uma política de factos consumados. Só vão parar quando toda a infraestrutura estiver feita e for algo irreversível».

O processo é o seguinte: «Trazem o gás de barco desde Vitória. No porto de Huelva metem-no à pressão com compressores e daí para o sistema de Doñana. Aí sim, tem de ter, segundo eles, a mesma pressão. E esse é outro dos riscos, ainda que digam que não se passa nada: quando se transfere a pressão pode haver um deslocamento das águas subterrâneas do aquífero de Doñana de que tanto falamos. É preciso ter em conta que é necessário perfurar o aquífero, meter a tubagem e injectar o gás à pressão. Se não estiver à pressão que o subsolo tinha, pode provocar uma deformação do subsolo e do solo.»

Porquê em Doñana

Juan Romero não tem dúvidas: «Porque querem lucrar muitos milhões de euros sem terem de procurar locais alternativos. Doñana é um parque nacional, a empresa diz que adoptou armazenamentos desta natureza noutros parques. Fomos procurar à Internet a ver se é verdade ou mentira e não encontrámos nada. E Doñana, para além de ser parque nacional, foi declarada Património da Humanidade. Pelo que seria um crime pôr o interesse privado de uns poucos acima do interesse público geral de toda a humanidade. Seria algo eticamente muito discutível. E, pelo menos, deveriam ter permitido mais participação e transparência. Os nossos políticos, os que têm toda a tramitação em mãos, deveriam ter descartado essa possibilidade em Doñana e tê-los obrigado a procurar uma alternativa noutro lugar.»

Apresentadas alegações e recursos judiciais e com uma plataforma cidadã contra o projecto, está a ser exigida a paralisação urgente das obras e a aplicação das propostas de lei aprovadas no Congresso dos Deputados e no Parlamento andaluz, onde se pediu a comparência do conselheiro do Meio Ambiente. De acordo com Romero, «ele diz que não partilha a decisão de que este projecto se implante em Doñana, mas que não tem outro remédio senão dar as permissões a que está obrigado por lei, porque, em caso contrário, prevaricaria e isso ele não vai fazer. À excepção do PP, que diz que o projecto é legal, o resto dos partidos manifestaram-se radicalmente contra. Agora, as associações ecologistas, todas, juntamente com o mundo científico, da cultura, a título individual e pessoal, constituíram a plataforma cidadã e estamos dispostos a juntarnos a toda a gente. Como fizemos há 25 anos para parar um projecto urbanístico na costa de Matalascañas e que, felizmente, fomos capazes de deter. . Depois, o tempo deu-nos razão». A empresa, pela sua parte, anunciou de forma pública que, se a Junta parasse o projecto, teria de ser indemnizada em mais de 350 milhões de euros.

Não é a única ameaça contra Doñana

«A principal ameaça agora é a falta de água; as águas do aquífero estão a escapar-se. Doñana era um grande pantanal devido tanto às águas subterrâneas como superficiais. Se continuarmos assim, vamos ter um deserto ao virar da esquina. É preciso procurar águas superficiais, ordenar a agricultura, reordená-la, para que se recuperem as lagoas. As autoridades já o sabem e estamos a discutir como fazê-lo. Mas há muitos mais problemas para resolver, como por exemplo a recuperação dos canais públicos, ou de rios como o Guadiamar».

Também é preciso batalhar contra a falta de consciência e de valorização de um espaço único. «Doñana é uma coisa diferente todos os meses. Passa das fissuras de Verão para um oásis no Inverno com mais de meio milhão de espécies, algumas muito simbólicas do perigo de extinção. As autoridades deveriam ser mais exigentes na hora de ordenar e clarificar o território. Se assim fosse, a maioria das ameaças não existiriam. A dragagem do Guadalquivir, por exemplo, precisa de uma reabilitação integral, e não tanto de um debate sobre a dragagem em si; o mesmo sucede com manter uma agricultura intensiva e sem limites: não pode ser, porque a água é limitada. Doñana tem de ser recuperada, conservada, tanto por nós como pelos que vierem a seguir».

(...)ainda que digam que não se passa nada: quando se transfere a pressão pode haver um deslocamento das águas subterrâneas do aquífero de Doñana

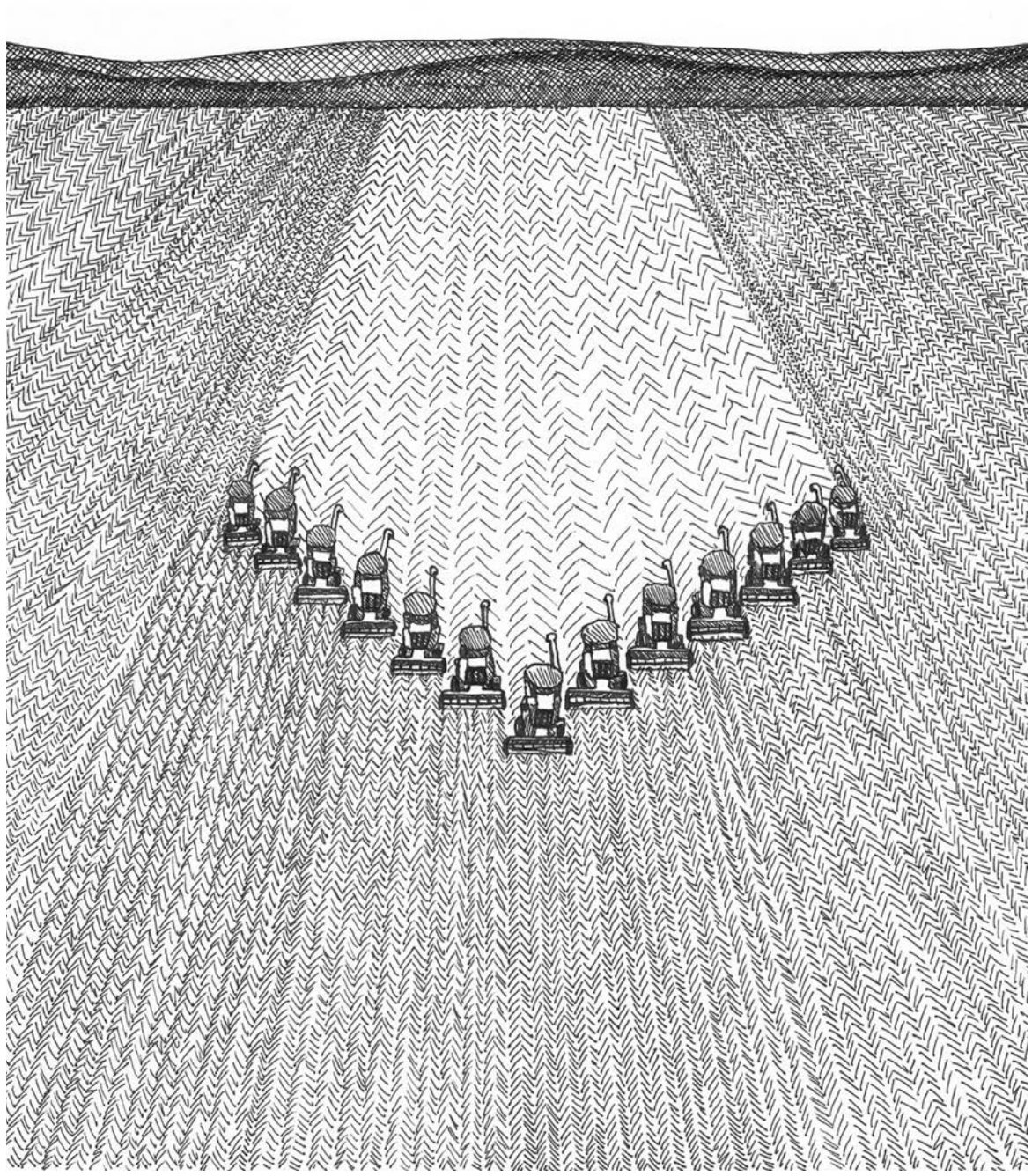
A principal ameaça agora é a falta de água; as águas do aquífero estão a escapar-se. Doñana era um grande pantanal devido tanto às águas subterrâneas como superficiais. Se continuarmos assim, vamos ter um deserto ao virar da esquina.

Manifesto para subscrição em:
www.salvemosdoñana.es

A agricultura bio no combate à desertificação capitalista da vida

Reagindo à penetração do capitalismo nos territórios agrícolas, convertidos em fábricas desumanizadas de alimentos, a agricultura biológica disseminou-se, a partir da segunda metade do séc. XX, num movimento diverso mas consistente, como alternativa ao produtivismo capitalista e aos seus danos colaterais, como a precarização laboral, a contaminação ambiental ou a destruição paisagística.

TEXTO **PDUARTE**
BLOG L'OBÉISSANCE EST MORTE
ILUSTRAÇÕES **SOL MORGENSTERN**



A agricultura bio, na fase inicial do seu desenvolvimento, assumiu como principal desafio recolocar a vida no centro da produção alimentar:: a vida do planeta, dos solos, das plantas, dos animais, mas também das pessoas, daquelas que produziam e das que consumiam. O território agrícola deixava de ser a maior fábrica alguma vez construída, tornando-se um espaço que poderia ser habitado por pessoas e animais, e onde a exploração do meio ambiente não excluía o respeito pela vida. Confrontava-se assim a lógica capitalista, estritamente utilitarista e economicista, de tudo reduzir a factores de produção e a mercadorias.

Primazia dada à vida

Se é certo que estas novas formas de entender e praticar a agricultura não constituíram jamais um corpo unificado, não é menos certo que elas partilham de um fundo comum de preocupações e interesses que questionam a hegemonia do capitalismo sobre a produção de bens alimentares e que poderiam talvez resumir-se assim: valorizar, e não escravizar, a vida de quem produz; valorizar, e não destruir, a vida dos ecossistemas onde decorre a produção; valorizar, e não ignorar, a vida de quem consome. Neste sentido, trabalhadores, ecossistemas e consumidores são concebidos não como átomos separados cujas vidas se esgotam no facto de participarem isoladamente num processo económico regido pelo lucro, mas como seres inter-ligados, dotados de vidas que transcendem largamente este processo.

Se insisto nesta questão da vida é porque ela é, passe a redundância, vital para entendermos o que melhor deve distinguir a agricultura bio da convencional. Para o modo de produção convencional, a vida é um assunto inexistente, jamais colocado como tópico sensível para o qual há que encontrar respostas. Ninguém no agronegócio projecta uma exploração agrícola tendo em conta esse tópico (a vida de quem trabalha, do ecossistema, de quem consome), na medida em que ele faz reduzir e não aumentar os lucros, que são afinal de contas a única razão de existir do agronegócio. A vida é um assunto economicamente irrelevante para as agroindústrias, apesar das práticas destas provocarem um vasto impacto sobre aquela.

Por outro lado, estas indústrias procedem como se a vida fosse ilimitada, incólume aos venenos, aos metais pesados, às contaminações, às erosões. Destrua-se o que se destruir, a vida há-de resistir sempre, não importa como. Em última instância Deus ou a tecnociência hão-de encontrar a solução. Já para a agricultura biológica, Deus e a tecnociência têm um papel menos providencial perante a defesa da vida. Antes de empurrar comodamente para estes a resolução dos problemas irracionalmente criados, procura-se defender, conservar, reproduzir, multiplicar a vida. Ela é aqui vista como sendo terrivelmente frágil e limitada.

Geocentrismo vs. antropocentrismo

Esta preocupação permantente pela protecção da vida faz com que a agricultura bio seja geocêntrica, por oposição à agricultura convencional que é antropocêntrica. Para a primeira, a produção agrícola deve servir o homem compatibilizando-se com os ritmos de vida do planeta. Parte do princípio de que a vida humana depende da vida do planeta e por isso cria ecossistemas produtivos adaptados às condições disponíveis (terreno, clima, etc.). Para ela, as formas concretas como o planeta funciona devem ser minuciosamente estudadas e incorporadas.

É portanto uma forma de agricultura que exige de quem a pratica um envolvimento fenomenológico constante com o meio circundante. Cheirar, observar, sentir, provar tornam-se habilidades cujo desenvolvimento se torna necessário para que, do entendimento sensorial (e não meramente abstracto, informatizável) do meio envolvente, resultem conhecimentos empíricos capazes de guiar todo o processo produtivo. A atenção aos sinais do meio deve ser permanente, dela resultando um saber local sobre as plantas, as pragas, o solo ou o clima. Já para a agricultura convencional, o meio onde se instala uma determinada exploração é uma *tabula rasa* que só vale pelo que o homem aí deposita ou daí retira. Os ritmos e equilíbrios naturais do planeta ignoram-se, não espantando que milhares de hectares de milho de regadio sejam introduzidos em regiões áridas do Alentejo.

Critérios comparativos entre agricultura bio e convencional

Sob um vasto conjunto de parâmetros de análise, a agricultura bio e a convencional revelam consideráveis diferenças, que vão muito para além de questões de aroma e paladar. Relativamente aos nutrientes, estudos recentes têm confirmado que os produtos provenientes de agricultura bio possuem de um modo geral maior riqueza de vitaminas, anti-oxidantes, ferro ou magnésio. Por outro lado, por possuírem menor teor de água, os frescos biológicos conservam-se melhor do que os convencionais, que requerem por isso a aplicação de conservantes químicos. Quanto à biodiversidade, é sabido que os métodos de extermínio de pragas, doenças e infestantes usados na agricultura convencional dizimam a fauna, que os métodos da agricultura bio contribuem para preservar.

No que respeita à diversidade gastronómica, a agricultura bio, ao promover activamente a conservação de variedades locais, contribui para dietas mais diversificadas, ao invés da agricultura convencional cujos critérios industriais de selecção – produtividade, calibre, conservação, transporte - fazem reduzir drasticamente a diversidade de espécies cultivadas. Por exemplo, na maçã, terceira fruta mais consumida no mundo, a variedade Golden, bem como três outras que descendem desta, representam dois terços do que os produtores franceses colocam no mercado mundial, demonstrando quão reduzida é a base genética da produção massificada.

Multiplicada pelos agricultores desde a *revolução neolítica*, a *biodiversidade cultivada* está hoje em queda livre no mundo. Segundo a FAO, entre 1900 e 2000 perderam-se três quartos da diversidade de culturas. Este declínio, forçado pelas práticas industriais do *agribusiness*, que monopolizam cada vez mais a produção em torno de um pequeno conjunto de variedades comerciais, reproduzidas até à exaustão em monocultivos intensivos, põe em risco a diversidade genética das plantas de que nos alimentamos, pondo as-

sim igualmente em risco a nossa segurança alimentar. Variedades locais de legumes ou frutos dão lugar às variedades estandardizadas que os industriais agrícolas escoam nos hipermercados. Existem inúmeras variedades locais que, para lá do aroma irresistível, apresentam vantagens como uma maior resistência a doenças. No entanto, o facto de serem plantas menos produtivas ou de suportarem pior o transporte a grandes distâncias leva a que a aposta dos fruticultores convencionais recaia sobre as variedades comerciais, melhor adaptadas à produção/distribuição massificada.

Outra diferença fundamental. Para a agricultura convencional, adopta-se para com os solos uma política de terra queimada: sobre-exploram-se até ao ponto em que estes se tornam irrecuperáveis. Por esse motivo, na China, 30% dos solos tornaram-se inutilizáveis para a agricultura. Inversamente, na agricultura biológica os solos são um bem sagrado. São por isso geridos de modo a conservarem altos níveis de matéria orgânica (quando esta alcança os 5 ou 6% do solo, torna-se desnecessária a fertilização do mesmo): mobilizam-se o mínimo para evitar a sua erosão; pratica-se o enrelvamento; faz-se a rotação de culturas; a policultura sobrepõe-se à monocultura; semeiam-se leguminosas para azotar a terra (é a chamada *adubação verde*); através da compostagem, reciclase matéria orgânica que, não servindo para consumo, se incorpora na terra, fertilizando-a e evitando também as queimadas. Há uma máxima bio que diz: "a nossa saúde começa na saúde do solo."

Um estudo realizado em França revelava recentemente que quem trabalha em agricultura bio afirma possuir um bem-estar subjectivo superior ao de quem trabalha em agricultura convencional, onde impera a desumanização da produção. A saúde é outro campo onde as vantagens da agricultura bio são inquestionáveis. A contaminação do meio aquático, nomeadamente com nitratos provenientes de fertilizantes químicos usados na produção convencional, provoca como é sabido cancros. O mesmo sucede com o uso de herbicidas e pesticidas, cujos efeitos, geralmente mal estudados pelas empresas que os comercializam, são para lá de cancerígenos também disruptores endócrinos. Por outro lado, esta agricultura é uma fonte importante de libertação de dióxido de carbono e metano para a atmosfera, com as repercussões conhecidas no que respeita às alterações climáticas.

Finalmente, ao promover o contacto entre produtor e consumidor (muitas das explorações estão voluntariamente abertas aos visitantes), a agricultura bio dá a este a possibilidade de conhecer directamente o conteúdo e métodos de fabrico dos produtos, ao contrário da agricultura convencional onde se produz tendencialmente para um mercado anónimo em que nada para lá da mercadoria liga produtor e consumidor.

O falso baixo custo da produção convencional

O sucesso comercial da produção convencional deve-se sobretudo à forma enganadora como é quantificado o seu preço. Quem compra no hipermercado 1kg de cebolas, de laranjas ou de arroz provenientes de agricultura convencional, não vê englobado no acto da compra o total, mas apenas uma fracção, dos custos reais do produto comprado. Esse valor não contempla: (A) o desemprego massivamente gerado pela agricultura convencional, que o consumidor pagará posteriormente através de contribuições sociais; (B) a contaminação, que o fará ter posteriomente gastos incalculáveis em saúde pública e em operações de descontaminação de bacias hidrográficas; (C) o esgotamento de solos, que o levará a financiar a dispendiosa recuperação dos mesmos; (D) a destruição de paisagens, que o obrigará a financiar a sua requalificação; (E) a destruição da biodiversidade, que o fará contribuir para programas de conservação de vida selvagem, de apoio aos apicultores, etc. E a lista seria tão longa quanto a lista dos danos colaterais provocados pelo modo de produção intensivo.

Contabilizado desta forma, o preço de uma laranja proveniente de um monocultivo intensivo é incomparavelmente superior ao de uma produzida em regime de agricultura biológica. Simplesmente, esse valor será pago ao longo de anos, décadas ou mesmo séculos, além de ser também lançado sobre toda a colectividade. Na sociedade de consumo, que privilegia o curto sobre o longo prazo, o preço de qualquer mercadoria é apenas quantificado no acto da compra pelo consumidor, persuadido pela publicidade a uma relação emotiva e irracional com a mercadoria que o inibe de criar sobre esta um distanciamento crítico e uma perspectiva consciente. Mas os 30% de terras chinesas que hoje estão irreversivelmente contaminados e inférteis, por décadas de produção agrícola ultra-agressiva e de poluição industrial descontrolada, mostram que o preço a pagar por aquele quilograma de legumes ou fruta que se adquiriu no hipermercado é muitíssimo superior ao valor que lá foi deixado.

Críticas à agricultura bio

Apesar do retrato da agricultura bio que até aqui tracei, a sua história não tem sido linear. O facto deste modo de produção não traduzir um corpo unificado, mas diverso, de práticas tem-o tornado susceptível a uma multiplicidade de leituras e críticas.

1) <u>Fraca produtividade</u>

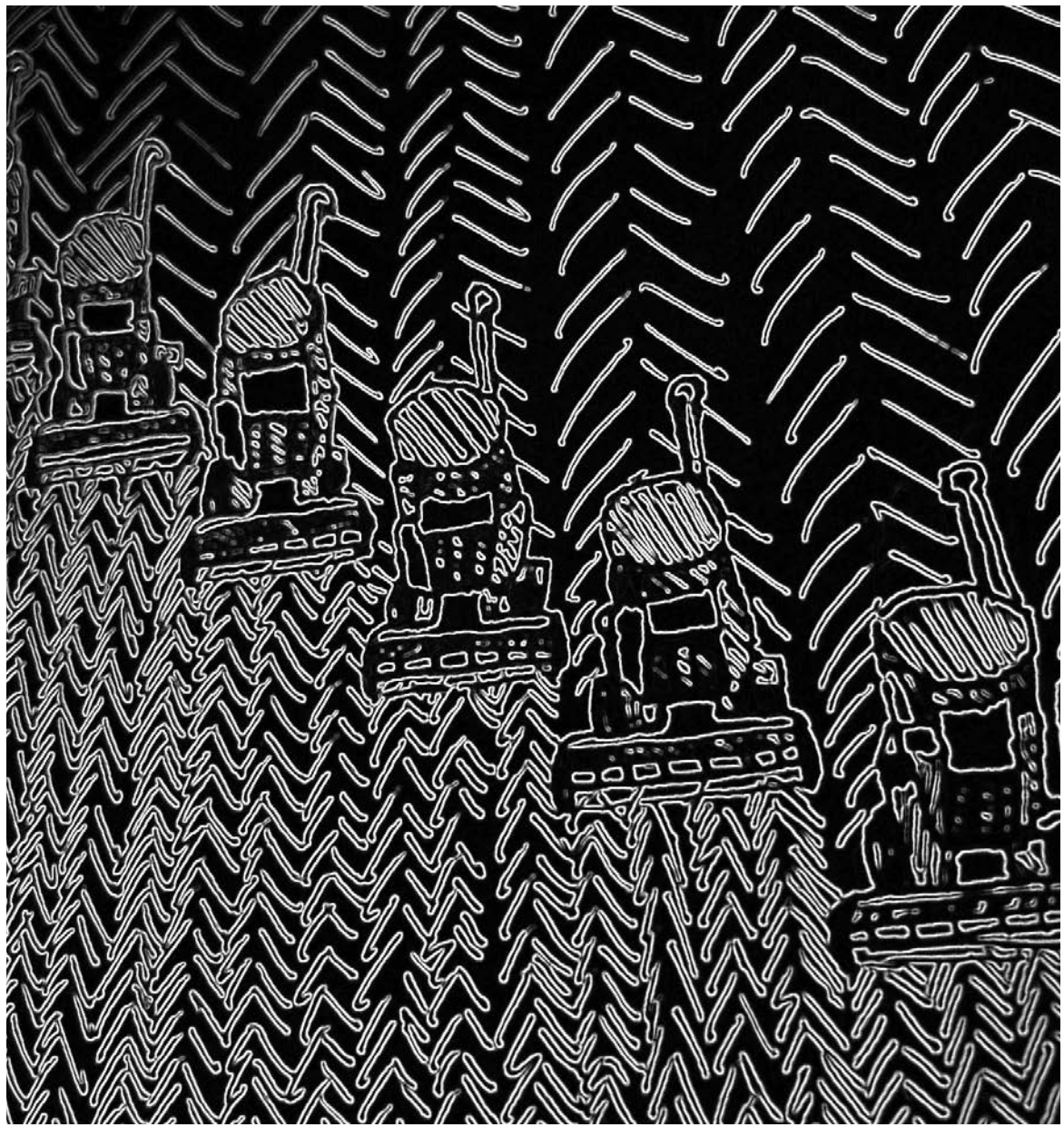
A principal crítica dirigida à agricultura bio afirma que esta, ao aplicar com reservas a industrialização à produção de alimentos (de facto, ela contesta certas práticas industriais), gera escassez de alimentos, derivada de uma escassa produtividade, que se traduz também em mais horas de mão-de-obra por área cultivada, tornando consequentemente a população mais dependente da terra. Efectivamente, ao deixar de lançar toneladas de pesticidas de avião sobre um campo de arroz, dado o seu compromisso (geocêntrico) com a protecção global da vida, o agricultor bio dedica necessariamente mais horas de trabalho do que o agricultor convencional. Aumenta assim a percentagem de força de trabalho dedicada à produção agrícola.

É portanto certo que a produtividade é tendencialmente mais baixa na agricultura bio, que se define justamente por não ter a produtividade e a maximização do lucro como única meta. Isto não invalida que, em culturas específicas, como na produção de alguns tipos de citrinos, ela tenha conseguido melhor rendimento por hectar do que a produção convencional, facto que desmente a fraca produtividade que lhe é muitas vezes atribuída. Cabe aqui destacar que as práticas da agricultura convencional nem sempre se traduzem em ganhos de produtividade, já que práticas intensivas estimulam o aparecimento de problemas fitossanitários em massa, com intensidades imprevisíveis, que acabam por reduzir a produtividade de certas culturas.

Refira-se igualmente que o mito da baixíssima produtividade da agricultura bio é por vezes alimentado por algumas correntes puristas (mas minoritárias) dentro da própria agricultura bio, que defendem um mínimo de manipulação e intervenção humana no processo produtivo, como sejam a ausência quase total de rega ou mecanização. O resultado prático destas opções é efectivamente, salvo excepções pontuais, uma produtividade muito baixa, derivada do emprego de técnicas arcaicas que resultam de uma mitificação da natureza e da tradição.

2) <u>Aversão à sociedade industrial</u>

Outra crítica habitual, ligada à anterior, observa que a agricultura bio é frontalmente adversa à existência da sociedade industrial em que hoje vivemos. Esta crítica fundamenta-se no facto de alguns produtores bio julgarem que a humanidade poderia prescindir em absoluto da sociedade industrial. Por causa dos terríveis excessos cometidos pelos industriais, defendem um regresso a uma vida mais simples, menos dependente da produção indus-



Para a agricultura convencional, adopta-se para com os solos uma política de terra queimada: sobre-exploram-se até ao ponto em que estes se tornam irrecuperáveis.

(...)o preço de uma laranja proveniente de um monocultivo intensivo é incomparavelmente superior ao de uma produzida em regime de agricultura biológica. Simplesmente, esse valor será pago ao longo de anos, décadas ou mesmo séculos.

trial de mercadorias, tida por poluente, fabricadora de pseudo-necessidades, ultra-devoradora de recursos naturais. Se é certo que a indústria detém hoje um poder hegemónico sobre a vida que deve ser profundamente questionado, é utópico crer que as sociedades urbanas e complexas em que vivemos, que nos proporcionam comboios, frigoríficos e internet, seriam possíveis sem alguma forma de organização industrial da produção.

A própria agricultura bio, se exceptuarmos algumas das suas correntes mais puristas, pressupõe já uma certa organização em *moldes industriais* da produção - no sentido em que também emprega técnicas determinadas pela eficiência e o rendimento -, ainda que matizada pela sua preocupação permanente por defender e multiplicar a vida. Com efeito, a planificação de uma exploração agrícola em modo de produção bio não tem porque ignorar alguns dos critérios da produção industrial. Na verdade, esses critérios estiveram sempre presentes, de alguma forma, na relação que o homem, essencialmente desde a *revolução neolítica*, foi construindo com o seu meio. Toda a história da agricultura e da pecuária é a história da invenção de estratégias para se produzir uma maior quantidade de recursos alimentares com um dispêndio cada vez menor de energia. Ao invés de verem esta longa trajectória histórica como um problema, os agricultores bio devem apenas compreender que, a partir de um determinado momento histórico, coincidente com a expansão planetária do capitalismo, várias estratégias industriais adoptadas para incrementar a produção agrícola (exploração laboral, destruição dos solos, contaminação das águas e dos alimentos, erradicação da biodiversidade, etc.) ignoravam e comprometiam a vida em todos os sentidos. E são exactamente essas as estratégias que a agricultura bio deve questionar radicalmente.

3) Retrocesso civilizacional

Ao retirarem peso à mediação operada entre agricultor e actividade produtiva por um vasto complexo de tecnologias e técnicas (máquinas, pesticidas, herbicidas, cálculos estatísticos, mega-barragens, modificações genéticas, computadores, etc.), os agricultores bio são instigados a um envolvimento corporal, directo, sensorial - e não abstracto - com o meio. São assim levados a deixar de viver apenas dentro do seu jipe, do seu computador, da loja de produtos fitofarmacêuticos, passando a ter um contacto directo, e não meramente mediado, com a exploração e o meio.

Ora, isto exige um certo retorno ao campo, entretanto desertificado de gente, bem como um retorno à observação directa dos fenómenos e ritmos naturais. Este regresso ao campo é alvo de críticas duras. Segundo estas, o aumento da população rural levaria a uma diminuição da população urbana que, justamente por estar livre das tarefas agrícolas, se pôde dedicar a novas e fascinantes actividades que ampliaram enormemente os horizontes da humanidade. Seria um retrocesso civilizacional, no sentido em que a civilização (das vanguardas artísticas ao pensamento político, passando pela literatura, a ciência, a filosofia ou o cinema) deve quase tudo à vida urbana. A resposta a esta interessante crítica não é fácil e não serei eu a esboçá-la aqui.

4) Inclusão no capitalismo *verde* e *ético*

Outra crítica pertinente chama a atenção para o facto da agricultura biológica - ou uma fracção cada vez maior desta - estar a ser mobilizada para o chamado *capitalismo verde*. Efectivamente, está em curso um processo massificado de subversão de inúmeros princípios da agricultura bio que tem permitido certificar, como bio, monoculturas em explorações latifundiárias que cumprem poucos ou nenhuns dos requisitos recomendados por qualquer manual de agricultura biológica e cuja produção se dirige para grandes supermercados anónimos, que se estão a sobrepor rapidamente ao pequeno comércio de proximidade onde era costume escoar-se a produção biológica[1].

É neste quadro que a agricultura bio tende hoje a ser convertida num negócio como outro qualquer, uma actividade produtiva que faz o lucro relegar para segundo plano os valores ecologistas e humanistas. Os regulamentos que enquadram as práticas biológicas flexibilizam-se - por intermédio de *lobistas* que os modificam cirurgicamente de modo a aumentar a lista de práticas com impacto negativo na saúde e no ambiente autorizadas -, permitindo por exemplo que se adicione um conjunto cada vez maior de ingredientes e aditivos não-biológicos aos produtos que se vendem como 'biológicos'. Esta falsificação da certificação, muito bem relatada pelo New York Times, em 2012, no artigo 'Has *Organic* Been Oversized?', facilita a entrada em cena de monstros do agro-alimentar como a Coca Cola, a Pepsi ou a Kraft, que vêem no sector bio uma excelente oportunidade de negócio (nos E.U.A., a esmagadora maioria da produção biológica foi já absorvida pelos gigantes do agro-alimentar). E, quando essa crescente tolerância a práticas anti-ecológicas não é suficiente, são cometidas fraudes, perante a cumplicidade de certificadoras imcompetentes ou corrompidas. Ficou famosa em Portugal a fraude detectada, em 2013, pela DECO-Proteste num azeite 'biológico' que resultava afinal de uma mistura com óleo vegetal refinado.

Contribui para esta absorção capitalista a recente aposta das multinacionais em criarem uma fachada humanitária para os seus controversos negócios. Grandes empresas mundiais apostam hoje fortemente naquilo a que na gíria empresarial se chama de *social impact investing* ou de *social washing*. Implementam acções com elevado grau de impacto social, capazes de lavar a sua imagem. A Google, por exemplo, inaugurou recentemente em San Francisco um restaurante social onde simultaneamente "se come e se pratica o bem", como se pode ler na respectiva propaganda publicitária. Comer bem significa aqui, segundo a mesma propaganda, "comida biológica, local e fresca". Grandes empresas e fundos de investimento, conhecidos pela sua práxis agressiva no mundo da competição neoliberal, adoptam estas práticas que se enquadram naquilo que hoje se chama de *capitalismo ético*, para se poderem apresentar ao conjunto da sociedade enquanto entidades responsáveis e justas, dominadas por valores éticos.

Começar tudo de novo?

A abundância capitalista trouxe-nos a este deserto em que, quotidianamente, nos vemos obrigados a beber água contaminada, a comer fruta, legumes ou pão sem sabor, a passear por paisagens monótonas e poluídas e a cuidar de corpos tristes e doentes. Progressivamente esvaziada dos seus princípios ecologistas e humanistas, a agricultura bio vai-se tornando cada vez mais uma eficaz estratégia de marketing e de maximização de lucros que, em vez de contrapor alternativas ao deserto capitalista, é gradualmente absorvida por ele.

No entanto, enquanto movimento colectivo à escala mundial, a agricultura bio tem atrás de si um longo percurso de resistência ao mundo capitalista, que não deve ser esquecido nem menosprezado. Nele se ensaiaram algumas das mais coerentes e radicais experiências sócio-económicas que questionaram o "there is no alternative" neoliberal. Durante décadas, produtores e consumidores de produtos bio resistiram à anulação da vida programada pelos industriais. Ter hoje plena consciência de que a integridade da agricultura certificada como 'bio' está em risco deve estimular-nos - a todos os que acreditamos que o deserto capitalista não é o fim da história - a começar tudo de novo, com redobrada energia, criando redes locais e independentes de produtores e consumidores em que o modo de produção valorize, no longo prazo, a vida - de quem produz, de quem consome e dos ecossistemas[2]. O que não é mais do que retomar os bons velhos princípios anti-capitalistas da agricultura biológica.

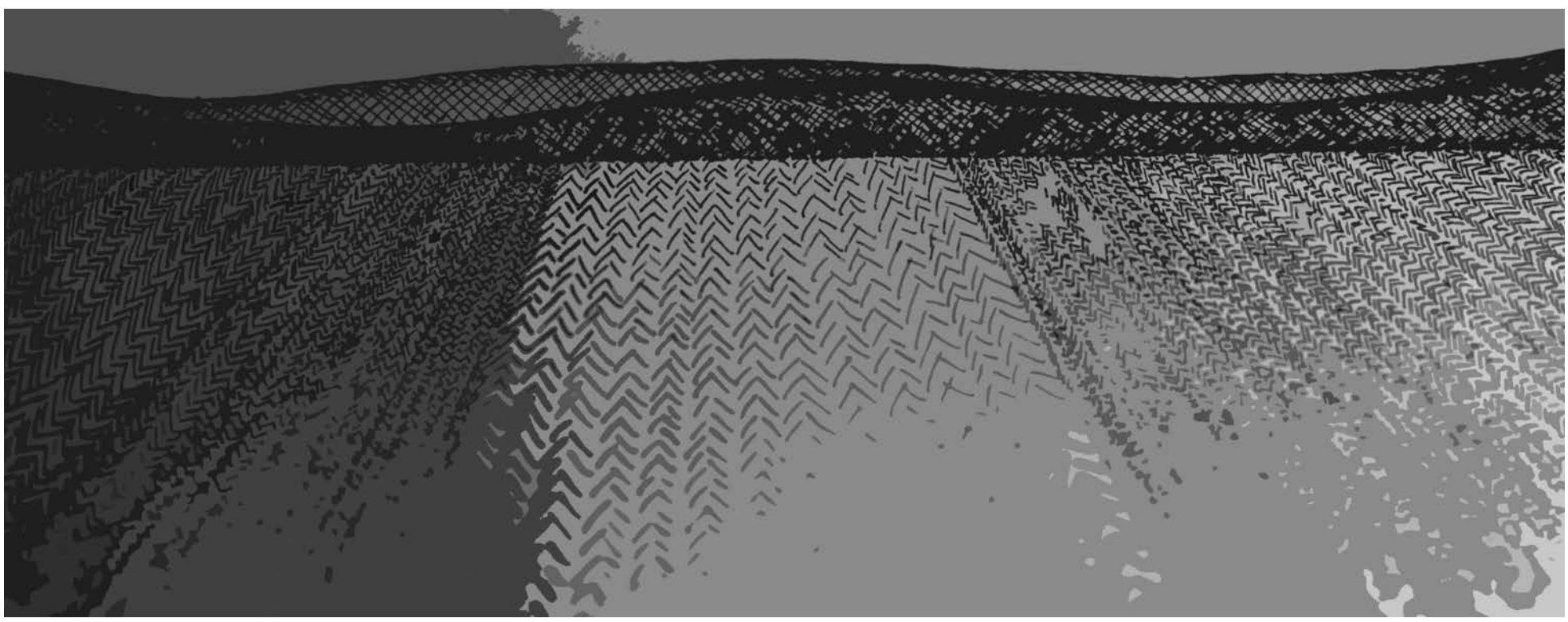
Ter hoje plena consciência de que a integridade da agricultura certificada como 'bio' está em risco deve estimular-nos a começar tudo de novo, com redobrada energia, criando redes locais e independentes de produtores e consumidores

///NOTAS

1 A título de exemplo, a SONAE, detentora dos hipermercados Continente, acaba de inaugurar uma nova cadeia de supermercados bio, a Go Natural.

2 Encontramos um bom exemplo deste género de redes na Cooperativa Integral Minga, situada em Montemor-o-Novo, na qual se promovem "práticas de sustentabilidade económica, ambiental, cultural e social através da proximidade de oferta diversificada de bens e serviços": www.minga-montemor.pt.

Nota ao leitor: este artigo retoma e desenvolve um texto que foi publicado no blog ***l'obéissance est morte***



Os suspeitos do costume

Em Espanha e em Itália o "terrorismo" tornou-se a desculpa ideal para espalhar o medo a toda a dissidência social. Alvo privilegiado dessa repressão, o anarquismo volta a ser o crime que contém todos os crimes.

O crime é o crime, digam o que disserem sofistas talvez interessados; e, como Lombroso, é preciso deixarmos a definição do mesmo à madura experiência dos agentes da polícia, esses anjos da guarda da civilização.
Georges Darien, em *O Ladrão*

TEXTO **CLÁUDIO DUQUE**

A 5 de Novembro de 2015, a polícia espanhola anunciava à imprensa a detenção de cinco jovens anarquistas, acusados de pertencerem a uma "organização criminosa com fins terroristas". Ainda segundo a polícia, nas rusgas às casas dos suspeitos foi encontrado "material para fabrico de artefactos explosivos, diversas quantidades de pólvora e rastilhos, e também manuais para a elaboração de bombas caseiras". Todos os detidos pertenciam ao colectivo *Straight Edge Madrid*, e eram acusados de diversos ataques a sucursais bancárias. Passado um ano, Juan Manuel Bustamante, conhecido como Nahuel, é o único dos detidos que ainda permanece em prisão, em regime de isolamento, e, sendo considerado suspeito de terrorismo, foi-lhe aplicada uma medida de dispersão geográfica, tendo já passado por cinco estabelecimentos prisionais diferentes, e foram-lhe recusados quatro pedidos de liberdade. Também naquela nota de imprensa de 5 de Novembro, dizia a polícia que nos domícilios dos suspeitos tinha sido encontrada "documentação e propaganda relativa ao grupo terrorista GAC (*Grupos Anarquistas Coordinados*)".

Um ano antes da operação que desmantelou o "perigoso" grupo *straight edge* de Madrid, a 16 de Dezembro de 2014, às cinco e um quarto de uma fria terça-feira, 400 agentes da polícia autónoma catalã, os *Mossos d'Esquadra*, começaram uma massiva operação (baptizada de *Operación Pandora*) contra o movimento anarquista em Barcelona. Entraram em diversas casas, ateneus e centros sociais okupados, sendo o assalto à Kasa de la Muntanya[1] a operação policial que centrou as atenções do rebanho mediático. Após várias horas de buscas domiciliárias, a jornada acabou com 11 detenções, dez em Barcelona e uma em Madrid. Mais uma vez, a nota de imprensa da polícia catalã justifica a operação com o objectivo de "desarticular uma organização terrorista de cariz anarquista à qual são atribuídos diversos atentados com artefactos explosivos" e todas as pessoas foram detidas por delito de "pertença a uma organização criminosa com finalidade terrorista de cariz anarquista". Essa organização eram os GAC.

Após a mega-operação de Dezembro, a 30 de Março de 2015, a desarticulação do "terrorismo anarquista" continuou com outra grande operação, desta vez centrada em Madrid e, não desperdiçando a oportunidade para mais uma vez demonstrar a sua criatividade semântica, a polícia chamou-a de *Operación Piñata*. Mais uma vez, foram atacados vários centros sociais okupados, e realizadas várias buscas domiciliárias, finalizando com cinco pessoas em prisão preventiva por pertecerem aos *Grupos Anarquistas Coordinados*.

Mas claro que os aplicados investigadores da polícia catalã não poderiam ficar satisfeitos com estes dois "ganchos" executados na perfeição ao corpo do movimento anarquista ibérico, e ainda insistiram com uma segunda parte da Operação Pandora, em Outubro de 2015, com mais buscas em Barcelona e Manresa, e nove "terroristas" detidos.

De alguma maneira, pode-se considerar que o início desta onda repressiva orquestrada pela polícia catalã começa com a detenção, a 13 de Novembro de 2013, de cinco pessoas, anarquistas pertencentes a diversos colectivos de Barcelona, como suspeitas da colocação de uma bomba na Basílica del Pilar, em Saragoça a 2 de Outubro desse mesmo ano. Apesar de todo o espectáculo mediático à volta da detenção (publicação dos nomes e fotos dos detidos e detidas, definição do papel de cada um no grupo, hierarquia, etc), destas cinco pessoas somente duas foram formalmente acusadas e condenadas pela colocação daquela bomba: Mónica Andrea Caballero e Francisco Javier Solarv[2]. Contra as outras três não exisitia qualquer prova que as relacionasse com a colocação daquele artefacto em Saragoça. Ainda assim, a notícia deu para encher páginas de jornais com as fotos de todos. Este tipo de actuação demonstra uma intenção clara de espalhar o medo, a publicação de um retrato de alguém suspeito de terrorismo não é sequer questionada por nenhum juíz com base no princípio da presunção de inocência — princípio jurídico fundamental do estado de direito — e, a partir desse momento, o julgamento público já está feito com todas as consequências obviamente nefastas para as vidas pessoais dos envolvidos. A estratégia da polícia neste e noutros casos é clara: usar os média como parte integrante das suas operações.

Tudo isto com o intuito de desmantelar uma organização perigosa e bem coordenada a nível nacional e internacional, os GAC. Os *Grupos Anarquistas Coordinados* foi um grupo público com o qual se tentaram criar laços de coordenação entre vários anarquistas do Estado espanhol. Este grupo surgiu em 2012 e, para além da produção e colagem de alguns cartazes, publicou um livro intitulado *Contra a Democracia*, uma das provas consideradas relevantes pelo juíz Javier Gómez Bermúdez para, na primeira fase da Operação Pandora, enviar sete pessoas para os calabouços em prisão preventiva.

Claro que a segunda fase da famosa operação policial acabou arquivada em Julho de 2016, com a juíza a ridicularizar toda a investigação da polícia, afirmando que "não existem progressos que permitam continuar a investigação e que a Procuradoria se limitou a afirmar de forma genérica a existência de indícios sem apresentar nada de concreto sobre determinada pessoa"; e também a disparar o seguinte: "O único resultado obtido pelos investigadores é a comprovação de que os investigados se relacionam com pessoas do colectivo anarquista". Mas isso que importância tem? A estratégia desta investigação nunca foi apresentar "nada de concreto" sobre as pessoas acusadas, o importante era generalizar o medo e a insegurança em determinado grupo social, criminalizando a solidariedade entre amigos e companheiros — a maioria dos acusados e acusadas de pertencer a "organização terrorista" visitavam regularmente os presos Mónica e Francisco —, e deixar claro que a partir de agora qualquer pessoa que faça parte de grupos de propaganda que se declarem anarquistas pode acabar rapidamente encerrado em qualquer masmorra e ser acusado de terrorismo.

Voltamos ao caso de Nahuel, o jovem de Madrid, a única pessoa que permanece em prisão preventiva depois de todo este festival de detenções: é acusado de dois ataques icendiários a sucursais bancárias, sem haver qualquer prova no processo sumário que sustente a sua participação directa. A investigação policial inclui uma pintada do grupo *straight edge* aparecida na zona onde se situam os bancos e "substâncias suspeitas", supostamente para o fabrico de explosivos (açúcar, vinagre, bicarbonato e… água de couve lombarda cozida), encontradas nas buscas à casa de Nahuel.

Em Dezembro, até mesmo um artigo do "El País" — um jornal que não se encontra propriamente numa órbitra de publicações que ponham em causa o Estado de Direito —, citando um magistrado, denunciava todo este absurdo como "um caso mais de banalização do conceito de terrorismo, onde se aplica todo o dispositivo pensado para o Daesh ou a ETA a grupos que podem causar distúrbios, danos, mas sem que apareça a violência contra as pessoas". E ainda citando este conceituado meio de comunicação: "Após o fim da ETA, está de pé desde há três anos uma ofensiva contra o chamado mundo «anarquista insurreccionalista», na qual se está a usar a nova formulação de terrorismo". Em Julho, com a entrada em vigor do novo Código Penal, uma pessoa que seja acusada em Espanha por terrorismo pode ser condenada a uma pena de 40 anos de prisão ou a prisão permanente passível de revisão, ou seja, cadeia perpétua. Apesar de se tratar de penas muito altas, o Código Penal é extremamente vago e impreciso no momento de definir o que é uma organização ou um acto terrorista. Ao não haver precisão no conceito normativo de terrorismo, depende-se da interpretação judicial, que não é estável nem congruente no tempo. Por isso, o que ontem não era terrorismo hoje pode sê-lo[3].

As recentes detenções de três anarquistas, dois deles de Barcelona, acusados de assaltos a bancos na Alemanha, foi o último episódio desta obsessão particular da polícia catalã. Com acusações baseadas em amostras de ADN conseguidas de forma ilegal, a investigação centra-se na afinidade anarquista existente entre os suspeitos para os

"um caso mais de banalização do conceito de terrorismo, onde se aplica todo o dispositivo pensado para o Daesh ou a ETA a grupos que podem causar distúrbios, danos, mas sem que apareça a violência contra as pessoas"

acusar de fazerem parte da estrutura de financiamento do grupo GAC-FAI/FRI.

A "Organização"

A FAI/FRI (Federação Anarquista Informal / Frente Revolucionária Internacional) tem sido uma sigla usada desde 2012 para reinvindicar diversos ataques a detentores de altos cargos políticos, empresários, ou a estruturas representantes do poder e do domínio. Em 2003 foi reivindicada com estas siglas uma campanha que teve como objectivo o ataque a diversas instituições da União Europeia, através de várias cartas-bomba enviadas a Jean-Claude Trichet (Presidente do Banco Central Europeu entre 2003 e 2011), à Europol[4] e à Eurojust[5]. Nestas cartas, encontravam-se alguns panfletos onde se apresentava o projecto da FAI/FRI. Desde então, sucederam-se os ataques reinvidicados por grupos com todo o tipo de nomes mas mantendo a "filiação" à FAI/FRI: cartas-bomba dirigidas aos escritórios do jornal *La Stampa*, à Associação Suíça da Indústria Nuclear, a um administrador do Deutsche Bank, Josef Ackermann e finalmente o ataque que sofreu Roberto Adinolfi, um alto cargo da empresa Ansaldo Nucleare, responsável pela construção de centrais nucleares em todo o mundo. Este último ataque colocou em alerta o Ministério de Interior italiano e a 14 de Junho de 2012, as forças especiais dos Carabinieri, ROS lançaram uma mega operação, denominada Ardire ("ousadia") em toda a Itália, entrando em 40 domícilios e enviando a prisão preventiva 10 pessoas e imputando outras 24. Ainda a 27 de Agosto são detidos mais dois anarquistas por "associação subversiva". E a 14 de Setembro detêm Alfredo Cospito e Nicola Gai, os quais acusam de serem os perpetradores e líderes do grupo que atentou contra Adinolfi. Finalmente, em Setembro de 2016, uma nova operação dos ROS, *Scripta Manent,* prende sete anarquistas e interroga outros oito. É o último episódio desta grande campanha repressiva contra anarquistas, que tal como em Espanha, pretende acusar de pertencer a uma "organização terrorista" todas as pessoas que de uma ou outra forma expressam a sua solidariedade com os seus companheiros e companheiras presas, e que mantêm uma actividade política que estará sempre em oposição a qualquer estrutura de domínio.

Mas se em Espanha todas as mega-operações dos últimos três anos apareceram como uma surpresa, em Itália, país orfão de organizações armadas praticamente desde os anos 80, os anarquistas já há muito que estão habituados a serem a "menina dos olhos" do ROS e da Digos (corpos especiais da polícia italiana). Lá teremos de recuar a 1994 para relembrar o infame "processo Marini", baptizado com o nome do procurador que impulsou um processo (como sempre baseado na investigação da polícia) onde foram emitidas 29 ordens de prisão preventiva, 50 pessoas em toda a Itália foram a julgamento e foram feitas buscas em mais de 100 casas. Eram acusados de associação subversiva, grupo armado, assalto, sequestro, homicídio, posse de armas e explosivos, atentados contra bens públicos, etc. O que os investigadores queriam demonstrar era a existência de um grupo armado altamente organizado que actuava em todo o território, com líderes ideológicos, discípulos e seguidores, cujo nome ORAI (Organização Revolucionária Anarquista Insurrecionalista) nunca ninguém tinha ouvido falar. Roçando já o absurdo, para além da invenção do nome, a polícia ainda decidiu criar dois falsos arrependidos que se declararam culpados de alguns delitos concretos para assim tornar mais credíveis as acusações. O processo durou 5 anos e acabou com a absolvição da maioria dos acusados, mas com a condenação de 5 pessoas por associação subversiva, roubo, sequestro e grupo armado.

E desde aquela história as operações sucederam-se. Em 2004, a ROS e a Digos invadiram as casas de uma centena de pessoas em diversas cidades italianas, e quatro anarquistas acabam presos acusados do delito de associação subversiva, com o pretexto do desmantelamento daquela que segundo os investigadores era uma organização relacionada com a FAI, responsável do atentado contra o Insituto Cervantes de Roma.

Em 2005 é lançada uma operação dirigida a companheiros e companheiras responsáveis da redacção da revista e do projecto "Croce Nera Anarchica". Esta operação nunca chegou a julgamento e tudo acabou arquivado. Ainda em 2005 nova operação com cinco companheiros detidos acusados de diversas acções sendo que a maioria tinha como objectivo o centro de detenção de imigrantes Regina Pacis de Lecce. As acções investigadas teriam sido seguidas durante dois anos e todas elas, incluindo as pintadas, tinham a intenção de subverter a ordem democrática.

Em 2006 nova operação com a contagem final de 10 presos, alguns deportados para as suas cidades de origem ao abrigo da aplicação de prisão domiciliária. Acusados da autoria de um atentado fracassado contra torres de alta tenção da Enel – as provas eram intervenções construídas ad hoc que foram desmontadas em julgamento –, todos foram absolvidos.

Em 2011 mais 60 casas recebem uma visita surpresa da polícia, acabando cinco pessoas presas. O objectivo: atacar os colectivos que desenvolviam as lutas contra os centros de internamento de estrangeiros, e contra os interesses da ENI (petrolífera italiana), na Líbia. E se ainda haviam algumas dúvidas sobre os interesses económicos e políticos por detrás desta operação, lembramos as declarações do responsável de segurança da ENI "O segundo problema da ENI, depois da Al Quaeda, são os anarquistas".

> E é na lógica de permanente construção de inimigos internos que estas operações se desenvolvem, a máquina securitária não permite descansos.

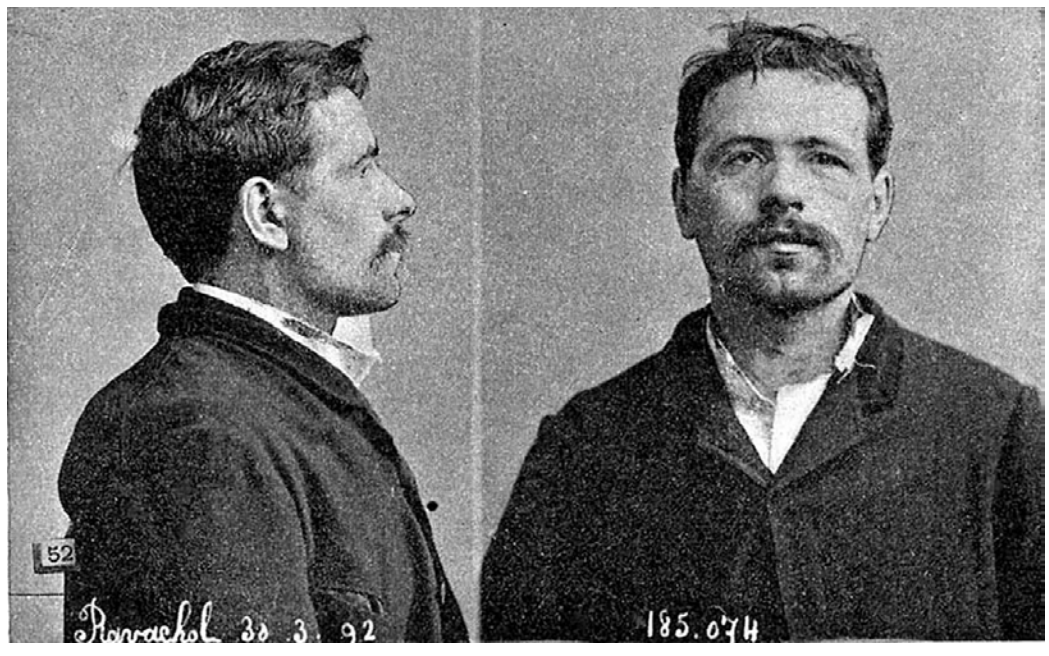
Criminosos perpétuos

E é na lógica de permanente construção de inimigos internos que estas operações se desenvolvem, a máquina securitária não permite descansos, e desde as famosas leis celeradas anti-anarquistas da *Belle Époque*, ao *caso Bonnot* nos anos prévios ao estalar da Primeira Grande Guerra; os anarquistas inauguraram essa figura do "terrorista", esse monstro moderno que se encontra à disposição de qualquer Estado democrático ou totalitário, para impôr leis de excepção que podem ser aplicadas a qualquer colectivo que desafie esta ordem asfixiante imposta por todos os agentes do domínio.

Centrámo-nos em Espanha e Itália pelo carácter desproporcionado das operações policiais, mas a repressão nos últimos dez anos tem feito parte do quotidiano de companheiros de diversos países, sendo essa Grécia humilhada por uma crise económica avassaladora o exemplo mais mediatizado, no entanto ali a polícia vai a reboque de um clima de tensão social que só podemos encontrar comparação na história recente com aqueles anos pós-Maio de 68, onde por todo o mundo existiam centenas de grupos que entendiam a luta armada como um fim em si mesma.

Chile, México, Indonésia, ou República Checa (ver caixa) são outros exemplos onde os colectivos anarquistas têm recentemente sido castigados com maior sanha, e ainda que a repressão funcione a curto prazo, já aquele referente dessa «ciência» que é a antropologia criminal, Cesare Lombroso (apesar de definir os anarquistas como criminosos políticos perpétuos, portadores de uma neurose) sabia que para além dos manicómios, a única forma de evitar o crime anarquista passaria por mudanças radicais na economia, "evitando a concentração excessiva de propriedade". Ou seja, por nenhum lado se avizinham essas mudanças, e como sempre existirão indivíduos dispostos a combater a miséria, a humilhação e a ordem que lhes tentem impôr, parece inevitável que a "neurose" anarquista continue a centrar as atenções de polícia e juízes.

A partir dos ataques de Vaillant, Ravachol, Henry e Caserio, o anarquismo começa a ser sinónimo de terrorismo. Para o antropólogo Lombroso, Ravachol era o "criminoso nato" por diversas características subjetivas, bem como físicas: mandíbula inferior enorme e rosto irregular



Fénix: uma operação à moda antiga

Em Abril de 2015, 11 pessoas foram detidas numa operação anti-anarquista em Praga, na República Checa. Três foram acusados de "terrorismo" tendo formado uma célula criminosa que pretendia atacar um comboio com excedentes do exército, ou carros Hyundai, com cocktails molotov. No decorrer das semanas a seguir às detenções surge a surpreendente informação de que toda a acção que a polícia alega ter abortado, foi planeada por pelo menos dois polícias infiltrados.

A história relembra-nos práticas policiais comuns na Europa ocidental até há relativamente pouco tempo (por exemplo, o caso Scala de Barcelona, em 1978), dois polícias infiltraram-se num grupo de pessoas, ganhando a sua confiança e obtendo informação. Após algum tempo, e quando a vigilância já estava estabelecida, começaram a comentar com o resto do grupo a necessidade de acções de natureza mais militante e participaram activamente na preparação do dito plano. Foi a polícia que inventou toda a acção – sem a sua presença o caso nem exisitiria. Neste momento permanece em prisão Lukas Borl, preso em Setembro depois de quatro meses clandestino.

Também aqui a polícia centrou as atenções numa suposta organização, a Rede de Células Revolucionárias (SRB), sigla que reinvidicou alguns ataques incendiários contra veículos da polícia. Lukas é considerado o fundador desse grupo, não é acusado no caso do planeamento do ataque ao comboio.

Evidentemente toda esta montagem da polícia foi estudada para poder recolher informação e assim lançar uma operação com a intenção de descredibilizar e assustar um movimento que em diversas acções ia conseguindo alcançar algum apoio público.

mais info em : **antifenix.noblogs.org**

///NOTAS

1 A Kasa de la Muntanya é o centro social okupado mais antigo de Barcelona, com 27 anos

2 Ambos foram condenados a 12 anos, entretanto reduzidos a cinco por decisão do Tribunal Supremo.

3 *Hipertrofia: operaciones contra anarquistas*. Periódico Diagonal, 01/06/2015. https://goo.gl/TQRqAM

4 Europol é a abreviatura utilizada para designar o Serviço Europeu de Polícia

5 A Eurojust é um organismo da União Europeia que ajuda investigadores e delegados do Ministério Público em toda a UE a trabalhar em conjunto na luta contra a criminalidade transfronteiras

Controlar o espaço através da dor

Do controle de gado na colonização do oeste norte-americano ao encarceramento de presos nos campos de concentração nazis, a história do arame farpado demonstra-nos a evidência da relação entre tecnologia, política e domínio.

ΚΟΙΝΩΝΊΑ

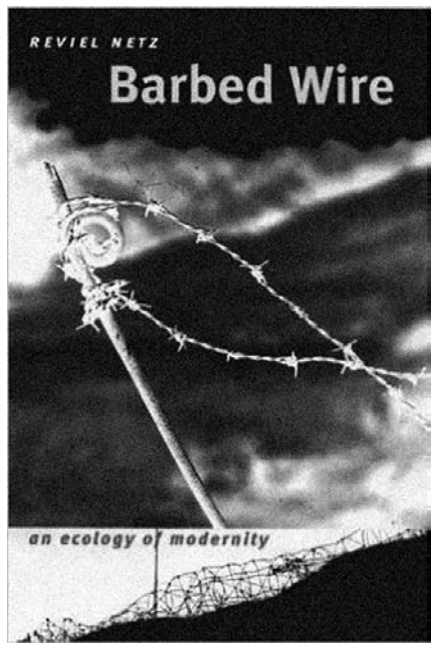
"Cortar os limites da nossa pele pode servir para proteger os limites de uma propriedade, de uma prisão ou de uma fronteira."
Reviel Netz, ***Barbed Wire: An Ecology of Modernity*** (2004)

O arame farpado é um símbolo da silenciosa e ubíqua privação de liberdade. A sua história permite pensar o papel do controle do espaço nas formas de dominação contemporâneas, onde a biopolítica e a geopolítica se fundem, facultando uma análise sobre as lutas pelo poder em torno do controle do meio-ambiente e dos corpos que nele vivem (controle de fluxos migratórios, planificação do território, gentrificação de espaços urbanos, etc.).

No livro *Barbed Wire: An Ecology of Modernity* (2004), o historiador **Reviel Netz** encara o arame farpado enquanto ferramenta para a reconfiguração do espaço através da dor. O seu desempenho infame é descrito como uma história ambiental do impedimento do movimento através de uma tecnologia rudimental mas omnipresente, apresentada como um paradigma da modernidade. Em particular, **Netz** defende que a modernidade foi moldada pela gestão centralizada do movimento em larga escala, o que foi funcional tanto para a exploração económica quanto para a dominação política em todo o planeta. *Barbed Wire* é dividido em três capítulos que tratam, respectivamente, o uso agrícola, militar e repressivo do arame farpado, entre 1874 e 1954. O primeiro capítulo, *Expansion*, estuda o arame farpado como um dos agentes-chave da profunda transformação ecológica da grande planície norte-americana no final do século XIX, quando foi inventado para evitar o movimento das vacas no oeste dos Estados Unidos. **Netz** analisa como a conquista do oeste significou o extermínio dos búfalos e dos índios e a sua substituição pelas vacas e colonos euro-americanos, bem como a introdução de uma economia capitalista que reorganizara a região no interesse das elites dos centros urbanos do norte *East Coast*, os vencedores da Guerra Civil norte-americana. O arame farpado surgiu no decorrer do processo de uma maciça e rápida colonização devido aos conflitos suscitados pela coexistência entre a pecuária extensiva e a agricultura intensiva. Se inicialmente foram as plantações a ficarem vedadas, para impedir que fossem devastadas pelo gado que andava solto, não demorou muito para que se resolvesse passar ao encerramento das vacas nas cercas das fazendas.

O segundo capítulo, *Confrontation*, descreve como, no virar do século, o arame farpado viu as suas funções multiplicarem-se, sendo adotado para impedir o movimento dos seres humanos em contextos de guerra colonial. Na

Hitler perante as vedações de arame farpado de Kreuzbuche. O arame farpado foi uma parte fundamental do sistema tecnico e arquitectónico dos campos de concentração nazis.



Barbed Wire: An Ecology of Modernity
Reviel Netz
Wesleyan University Press (2004)

rápida expansão agrícola à escala mundial o arame farpado, graças à sua leveza, flexibilidade, custo e consequente produção em massa, permitiu que fosse usado em conflitos entre os antigos poderes locais e as novas potências invasoras, como foi o caso da Guerra dos Bôeres de 1899-1902. Finalmente, a combinação de arame farpado e metralhadoras, testada nas trincheiras da Manchúria durante a Guerra Russo-Japonesa de 1904-1905, culminou com a estática apoteose dos quatro anos de massacres da Primeira Guerra Mundial.

O terceiro capítulo, *Contention*, analisa o nascimento do campo de concentração. O arame farpado foi usado em vários conflitos para o controle de civis inimigos e de prisioneiros de guerra, tornando-se uma peça central na gestão da repressão política e social na União Soviética e na Alemanha nazista. É neste terceiro capítulo que os paralelos entre a história dos humanos e a história dos animais se tornam mais explícitos e mais ameaçadores. Os campos de concentração, onde a carne humana foi coisificada, limitando o seu movimento a um espaço cada vez menor, são comparados às gaiolas e cercas para os animais. Segundo **Netz**, tanto a vida dos presos como os currais eram o produto do mesmo sistema técnico de controle do espaço mediante a dor. Em ambos os casos, estamos perante as vítimas da ecologia política moderna, em que orgânico e o inorgânico se emaranham numa interdependência indissociável.

Ao longo do livro de **Netz**, o arame farpado é analisado como o principal protagonista de uma inversão topológica típica do nosso período histórico: certos pontos num plano, e as linhas que os conectam, levaram ao controle de grandes superfícies, com os corpos forçadamente confinados e controlados em lugares isolados, únicas áreas onde lhes é permitido mover-se. A este respeito, o arame farpado, enquanto tecnologia de gestão biopolítica do espaço, permitiu definir de forma rápida, barata, eficaz e em grande escala, um interior e um exterior, quem está incluído e quem está excluído. Por exemplo, num primeiro momento, os euro-americanos controlavam alguns pontos (os fortes) e algumas linhas (estradas e ferrovias) das grande planícies, enquanto que os índios e o gado se moviam livremente em todo o plano. O arame farpado alterou essa situação, encerrando os indígenas nas reservas e as vacas nos currais. Um outro exemplo da mesma dinâmica foi a guerra dos Bôeres na África do Sul. Os britânicos, a partir de cidades e caminhos de ferro, como pontos e linhas num plano, terão como objetivo o controle de todo o território por onde os guerrilheiros bôeres se moviam livremente. Foi com estes elementos topológicos, implantando arame farpado ao longo dos trilhos ferroviários, que os britânicos conseguiram quadricular o território, encurralar a população civil e internar os rebeldes em campos de concentração.

Ao longo do livro são abordados sob este foco eco-político a guerra química, a invenção do tanque, as origens do conflito israelo-árabe, a arquitectura dos campos de extermínio nazis, a colectivização agrícola soviética, o crescimento e declínio da cavalaria na Europa ou a estreita relação que houve ao longo da história entre agricultura e guerra.

Netz, professor na Universidade de Stanford, é um dos historiadores mais destacados e originais da matemática helenística (**Netz**, 1999). Foi precisamente o seu interesse pelas práticas materiais da geometria dos antigos gregos que o fez adoptar um olhar topológico sobre os processos de sangrenta reconfiguração da ecologia humana. De acordo com **Netz**, a história é uma dinâmica de interacção entre corpos em movimento no espaço. Portanto, com os seus corpos e desejos, os animais também pertencem à nossa paisagem social, são actores históricos e vítimas dos dispositivos biopolíticos que, alicerçados na dor, transcendem as fronteiras entre espécies. Pois, *Barbed Wire* é uma história de como a dor em grande escala foi utilizada para prevenir a livre circulação dos corpos e de como, em consequência disso, tem sido utilizada para aumentar a exploração económica e o despotismo político. Em suma, *Barbed Wire* representa um estímulo para repensar a história económica, ecológica e política do século XX não apenas em termos do aumento da circulação, como, inversamente, em termos do impedimento do movimento, com indefectível empatia e solidariedade para com as vítimas da violência autoritária. Faltou-lhe desenvolver uma análise do papel do arame farpado na segunda metade do século XX, em contextos de segregação racial, de classe e noutros usos que marcam a biopolítica contemporânea. Para colmatar esta lacuna consulte-se o livro de **Olivier Razac**, *Histoire politique du barbelé* (2009), que inventaria os seus múltiplos empregos, num subtil equilíbrio entre a eficiência do instrumento securitário e a sua aceitabilidade simbólica, dialogando com as análises do poder disciplinar de Foucault e das sociedades de controle de Deleuze: "As formas atuais da violência política reconhecem-se menos pela sua intensidade manifesta do que pelos seus meandros refinados".

> (...) o arame farpado, enquanto tecnologia de gestão biopolítica do espaço, permitiu definir de forma rápida, barata, eficaz e em grande escala, um interior e um exterior, quem está incluído e quem está excluído.

Carta ao meu vizinho que fez a guerra colonial

HUMA

JORGE VALADAS

Caro Senhor,

Somos da mesma geração e cruzamo-nos na vida de cada dia sem no entanto trocarmos muitas palavras. *Bom dia, boa tarde,* uns comentários sobre o sol e a chuva, por vezes umas rápidas alusões ao passado que vai escorrendo para o esquecimento. Não completamente, porque há algo do nosso passado comum que parece estar envolvido num nevoeiro inconfortável. Conhecemo-nos mal, embora haja uma certa empatia e cordialidade entre nós.

Acontecimentos recentes provocaram em si um certo mal-estar e uma modificação do seu comportamento para comigo. Parece ter-se instalado uma certa distância. Tudo começou com a publicação de um livro, *Exílios, testemunhos de exilados e desertores portugueses na Europa (1961-1974)*[1], facto ao qual o senhor esteve totalmente alheio. Até que um dia… no elevador, os seus olhos se fixaram com espanto na capa do exemplar que eu andava a ler. Nesse preciso momento, localizei o problema e rompeu-se o nevoeiro sobre o nosso passado comum.

Estou evidentemente a falar dos anos entre 1961 a 1974. Que foram os anos da guerra colonial e das posições que tivemos de tomar na altura e que deixaram marcas profundas na vida de cada um de nós. Por algumas alusões rápidas, sabia que o senhor fez o serviço militar e a guerra. Por seu lado, não duvido que já tenha percebido que eu fiz parte dos que se exilaram para não fazer a guerra, que desertaram ou foram refractários.

Podíamos ter ficado por ali, com silêncios e distância civilizada, navegando entre o nevoeiro. Mas o caso tomou outra dimensão quando a comunicação social começou a dar visibilidade à questão. E foi assim que, num belo dia de Primavera, o *meu amigo* — desculpe, mas acho que vamos ter que utilizar esta expressão coloquial para melhor desbobinar a nossa conversa — descobriu no quiosque da rua a primeira página do jornal *Público* [21/04/16], com uma fotografia do Fernando Cardoso — um dos editores do livro mencionado — afirmando com um ar tranquilo à jornalista Catarina Gomes: «*Eu fui desertor. Digo-o com todo o gosto*». Pressenti que a manchete não lhe caiu nada bem e que se sentiu destabilizado. Imagino a sua reacção: «Só *faltava mais esta, que se dê agora a palavra a esta gente!*». Como suponho que o alarido provocado, as reacções indignadas no correio dos leitores, acalmaram momentaneamente a sua irritação: traidores à pátria, cobardes, filhos de gente bem, etc. e tal. E pouco tempo depois, uma instituição universitária, uma faculdade qualquer, tem o desplante de organizar um colóquio sobre o assunto?! «*Que diabo, a deserção é agora um assunto científico?!*» E a comunicação social que recomeça a falar nesta história que o importuna, ao ponto de agravar os seus problemas gástricos e a fazer regressar os pesadelos nocturnos que se tinham vindo a acalmar de uns anos a esta parte.

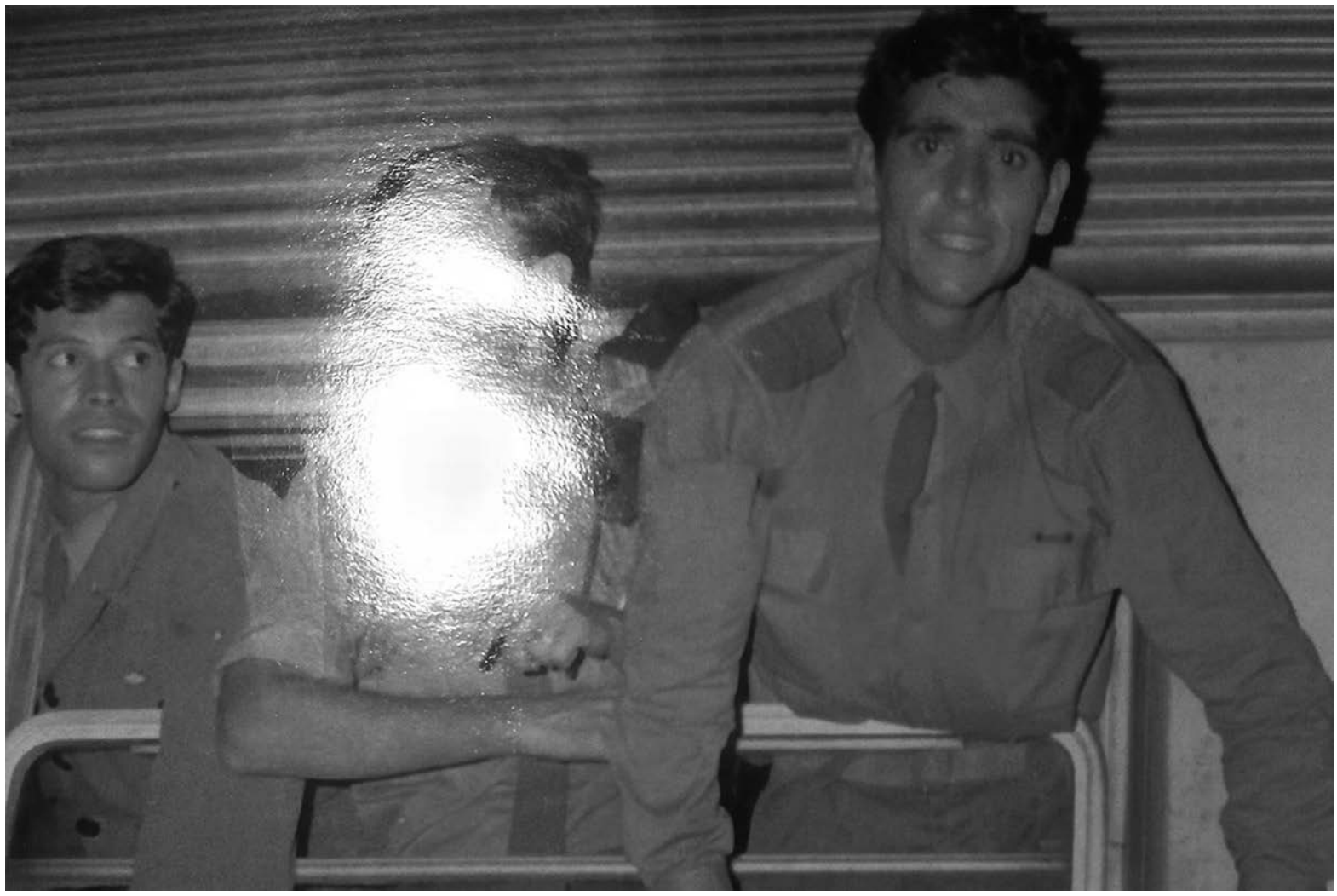
Pensei então que o momento tinha chegado para abordar consigo esta questão melindrosa que nos separa em silêncio.

Sei que está convencido de que a participação na guerra no *Ultramar* — imagino que a palavra *colonial* é suspeita de conteúdo subversivo — foi a atitude correcta a tomar, indiscutível mesmo, para defender esta identidade abstracta da pátria com a qual se vive desde pequenino e que dá sentido à vida pacata de todo bom pai de família. Mas suspeito também que, lá bem no fundo, umas dúvidas torturam o *meu amigo*, que é uma pessoa inteligente e sensível. Tanto mais que a algazarra histérica que inunda o correio dos leitores, um mata-e-esfola sem pés nem cabeça, revela que há algo que não está bem digerido.

Percebo o incómodo do *meu amigo*. Fizeram-se monumentos aos heróis da guerra, no *Ultramar* claro está, deu-se um novo verniz incolor ao discurso sobre a guerra e sobre o período colonial — que, bem-feitas as contas, corresponde a mais de metade do livro de história do país —, publicaram-se álbuns fotográficos com as gloriosas tropas no meio da vegetação luxuriante e pensava-se que o assunto estava encerrado. Enfim, à boa maneira portuguesa, estávamos a esquecer lentamente, suavemente, harmoniosamente o que devia ser esquecido. Nada feito! Cá voltamos hoje de novo ao tema da guerra!

Sem querer parecer presunçoso, tenho uma resposta às suas interrogações. Na verdade, fala-se pouco ou nada da guerra, o assunto é mesmo de evitar sobretudo nos jantares de família e em presença das crianças. Talvez porque, finalmente, a guerra que o *meu amigo* fez com muitos outros, nunca foi assim tão popular. E que foi terrível, como todas as guerras. Já reparou que, mesmo entre os que vomitam ódio para cima dos desertores e refractários, há sempre alguém que soube de alguém que não fez a guerra, que fugiu, que desertou? Mais

FELIZMENTE CONTINUA A HAVER LUAR



HUMA

ainda, também já reparou que estes patriotas agitados são todos homens? Como se fosse um assunto de homens, como se as mulheres deste país não tivessem vivido esses treze anos de guerra a vê-los partir, filhos, amantes, maridos, pais e irmãos, a vê-los regressar, em caixas de madeira ou com o cérebro às avessas e o sono devastado. Enfim, se o assunto vem de novo à luz do dia é justamente porque ele teve uma dimensão enorme e traumática que até hoje se tentou esconder. A revalorização das forças armadas através do 25 de Abril teve a sua importância neste processo.

O Miguel Cardina e a Suzana Martins — dois jovens estudiosos citados nos meios de comunicação sobre o assunto e que acabaram por ter acesso a algumas fontes da instituição militar — apresentam uma fotografia impressionante da situação. Entre 1961 e 1973, só no Exército, teria havido mais de 8.000 desertores e dois por cento dos jovens chamados à inspecção foram refractários, isto é, não se apresentaram à incorporação. Ainda mais significativa é a enorme percentagem dos que nem sequer se apresentaram à inspecção, chegando a cerca de vinte por cento na década de 1970. A própria instituição militar considera que cerca de 200 mil jovens terão abandonado o país para não fazer o serviço militar. E como estas instituições não são muito boas a fazer contas, podemos concluir que o número real será bem maior. Estou já a ver o *meu amigo* a argumentar: muitos desses jovens fugiam do país por razões económicas, mais do que políticas. Discordo desta separação conceptual que cheira a politiquices. Porque ter de emigrar para comer e preferir a emigração à «guerra pela pátria» não são atitudes políticas?! Partir nestas circunstâncias significava claramente que o pessoal se estava nas tintas para o tal valor patriótico que não dava de comer a ninguém e só criava chatices a todos. Concluindo: a dimensão do fenómeno foi tal que se pode falar de um movimento espontâneo, não organizado nem teorizado, mas real, contra a guerra e o regime.

Interessante também no estudo do Miguel Cardina e da Suzana Martins é o que eles dizem das consequências deste movimento sobre dois acontecimentos notáveis da história recente da sociedade lusitana, o 25 de Abril e a descolonização forçada. Está claríssimo: os números mencionados são a expressão de uma crise profunda da instituição militar que se encontrava assim destabilizada e desorganizada, progressivamente incapacitada de assumir as suas funções guerreiras. A ruptura de uma parte da hierarquia militar com o regime, a formação do MFA e a revolta militar do 25 de Abril, foram consequências directas deste estado de coisas, da guerra e da recusa massiva da guerra. Ruptura que permitiu também — aspecto que não deve ser ignorado e que já mencionei acima — restaurar a imagem de uma instituição que estava intimamente ligada ao velho sistema colonial e ao regime fascista. Na realidade, não eram só os que fugiam à guerra que punham problemas à instituição militar. Sabemos, e não é o *meu amigo* que me vai contradizer, que muitos dos que iam à guerra tinham perdido, ou perderam no decurso da aventura forçada, o respeito pela alta e média hierarquia militar que os enviava para o mato, para matar ou morrer. Vamos lá falar a sério: o objectivo do pessoal era regressar vivo, inteiro se possível. O meu amigo já leu as *Cartas da Guerra,* do António Lobo Antunes, que foram agora adaptadas ao cinema pelo Ivo M. Ferreira? O escritor mostra bem que o espírito reinante na tropa colonial não era o patriotismo nem a defesa do Império, mas sim a da própria pele. E, no dia seguinte ao 25 de Abril, ninguém mais combateu! O que põe a descoberto a mentira de toda esta gritaria patrioteira que submerge o correio dos leitores dos jornais cada vez que se fala em desertores.

Um outro aspecto realçado pelos nossos estudiosos é menos conhecido. Trata-se das consequências da recusa da guerra na modificação da estrutura militar, na incorporação de muitos africanos para compensar a falta de carne para canhão branca. Esta *africanização* das tropas coloniais criou um novo fluxo de deserções, nas próprias frentes de combate, reforçando as guerrilhas das organizações nacionalistas. E é normal que seja mal conhecido, pois os debates sobre a guerra continuam a ser marcados com o selo do racismo colonial. Quando se fala dos 8.831 mortos e dos 20.000 feridos, fala-se dos soldados brancos. O número de africanos mortos, feridos e desaparecidos fica fora dos radares. Como o dos desertores africanos. Essa humanidade não entrava nas estatísticas do Estado colonial salazarista! Como continua a não entrar na do Estado democrático.

Conclusão: o importante movimento de recusa da guerra pesou determinantemente na queda do regime fascista, reforçou os movimentos anticoloniais e acelerou o fim do colonialismo lusitano. Foi um movimento não explicitamente político, mas decisivo. Assim é a história das sociedades.

Se ainda não o cansei com o meu palavreado, gostava de voltar aos ataques que são feitos aos que recusaram a guerra. A começar pelo chavão dos «traidores à pátria». O *meu amigo* compreenderá que a expressão só tem sentido para quem acredita na existência da dita pátria. Trata-se de um conceito fabricado pelos DDT (donos disto tudo) e destinado a convencer os DDN (donos de nada) do dever que têm de defender os interesses dos DDT. Se hoje em dia «pátria» é coisa de futebol, ontem o termo era evidentemente rejeitado pela grande maioria do pessoal que recusava a guerra, estava intimamente associado às rezas do regime fascista que o utilizava para legitimar as suas actividades e negociatas. Portanto, o insulto não resulta, não insulta, é vazio de sentido. Recusar a guerra não era traição a nada nem a ninguém, era uma rejeição do regime colonial. Também a palavra «cobardia» tem muito que se lhe diga. A «coragem» mais não é que o medo sentido por quem é colocado em situações que não escolheu. Como o *meu amigo* sabe e provavelmente viveu, muitos dos que aceitavam partir para a guerra partiam com o medo de uma situação que lhes era imposta e era a submissão a esse medo a que os chefes davam o nome de coragem. Em suma, é uma palavra do inimigo que não deve ser utilizada. Os que recusavam esse medo tinham de assumir uma situação de afastamento, de exílio, com as dificuldades materiais, culturais e espirituais a ela inerentes e que comportavam outros medos, ou outras coragens se prefere… Re-

HUMA

sumindo, só os odiados que apoiavam o salazarismo e os coitados com a cabeça em parafuso aceitavam de fazer a guerra de maneira voluntária. E há que reconhecer que os havia. A verdadeira linha de separação será, portanto, ontem como hoje, entre os que apoiam um regime fascista e colonial e os outros. A guerra colonial foi apenas um aspecto desse regime. Sabemos todos que, entre os que não apoiavam o regime, muitos houve que, por razões diversas, relacionais, morais, materiais, se resignaram a fazer a guerra. Não há nada a dizer e há que respeitar. Deixo para o fim a curiosa dica segundo a qual foram os filhos de ricos e abastados que recusaram a guerra. Mas onde é que esta gente vai buscar tanta parvoíce?! Obviamente que os filhos dos DDT não fazem as guerras. Como disse, foi para isso mesmo que se criou o conceito de «pátria», que permite fazer morrer uns coitados na defesa dos interesses que não são os deles. Límpida foi a expressão do escritor Anatole France a propósito dos massacres da primeira guerra mundial: «Pensa-se morrer pela pátria e afinal morre-se pelos industriais!» A lógica não mudou até hoje e não mudará, ela é intrínseca ao funcionamento do sistema. O Champalimaud conhece o assunto. Mas mesmo se descermos na pirâmide das classes sociais a parvoíce confirma-se. A maioria dos desertores, refractários e fugidos ao serviço militar eram jovens das classes médias e baixas, trabalhadores e desempregados. Obcecados pelo caso do Alegre que teve o mau gosto de trocar a poesia pela política, os patriotas de serviço enganam-se de realidade. Se o *meu amigo* me permite, trago aqui à baila a minha limitada experiência pessoal. Eu, jovem oriundo da pequena classe média assalariada, desertei de uma escola que formava quadros da instituição militar, a Marinha, para ser mais preciso. O que observei foi que, salvo notáveis excepções, os elementos mais activamente patrióticos e bufos eram justamente os rapazes ligados às famílias abastadas e próximas dos interesses dos DDT. O que não quer dizer que eles estivessem prontos para morrer; estavam, isso sim, bem decididos a fazer morrer os outros. E já que estou a falar do meu passado aqui fica outro exemplo da hipocrisia do heróico discurso patriótico: eram enviados para o corpo de fuzileiros, que estava directamente envolvido nas frentes de combate, os jovens oficiais com as piores notas. Isto é, não era uma honra afrontar o perigo, mas uma punição. Só não percebia quem não queria perceber.

Enfim, tirando uma mão cheia de doentes nostálgicos do regime do beato de Santa Comba Dão, tenho para mim que muitos dos que fizeram a guerra ainda hoje se interrogam porque diabo a fizeram! E, como é difícil viver com esta pergunta, vêm depois as justificações e as frustrações. Obviamente, qualquer menção aos que não a fizeram envia uma mensagem desagradável, abre uma ferida, funciona como um espelho. Porque não reconhecer que este foi um tempo de vida perdido, a frustração de o ter aceitado? Por que razão aceitar os discursos dos que foram responsáveis desta perda? E porquê a irritação e a violência contra os que rejeitaram a guerra e o regime? Mais uma recordação pessoal que me é muito querida. Voltei a Portugal no dia 3 de Maio de 1974. O *Sud-express* parou em Vilar Formoso e uns soldados entraram na carruagem para nos dar as boas vindas e informar que a PIDE tinha heroicamente desaparecido. Perguntou-me um deles por que razão eu estava em França. «Desertei da guerra colonial», disse. E ele, com um olhar franco de fraternidade e um sorriso cúmplice respondeu: «Você fez bem!». Não sei onde anda hoje esse homem, mas o que sei, com certeza, é que ele não é dos que escrevem no correio dos leitores para insultar os desertores.

O *meu amigo* já percebeu que não revindico erigir a escolha que fizemos na posição moral arrogante dos que tiveram razão. Não se trata de construir um monumento aos que recusaram a guerra, tão pouco se trata de criar uma associação de desertores e refractários no modelo da dos antigos combatentes. Com efeito, se estas atitudes tiveram um sentido na altura em que foram tomadas, infelizmente não garantem os comportamentos futuros de quem as tomou. O que me desola, pois foram escolhas fortes que deviam marcar para sempre uma vida. Desertor um dia, desertor deste mundo sempre. Mas a vida dá as suas voltas e somos pouco vigilantes para com as forças do mundo em que vivemos. Revindicar hoje a nossa atitude passada só tem sentido se for para reafirmar a nossa oposição ao sistema em que vivemos, que mudou de forma para continuar a ser o mesmo.

Talvez esta carta possa ajudar-nos a encarar as nossas relações com mais serenidade. Porque finalmente é de um passado comum que se trata e, bem pesadas as coisas, a nossas escolhas não são assim tão opostas como parecem. Fomos os dois vítimas de uma mesma situação que não dominávamos e de que não éramos responsáveis. E se eu compreendo a sua decisão de não recusar, por que razão o meu amigo não compreenderá a minha recusa? Seria uma bela ocasião para juntarmos forças e pedir contas aos que foram os responsáveis dessa imensa tragédia histórica.

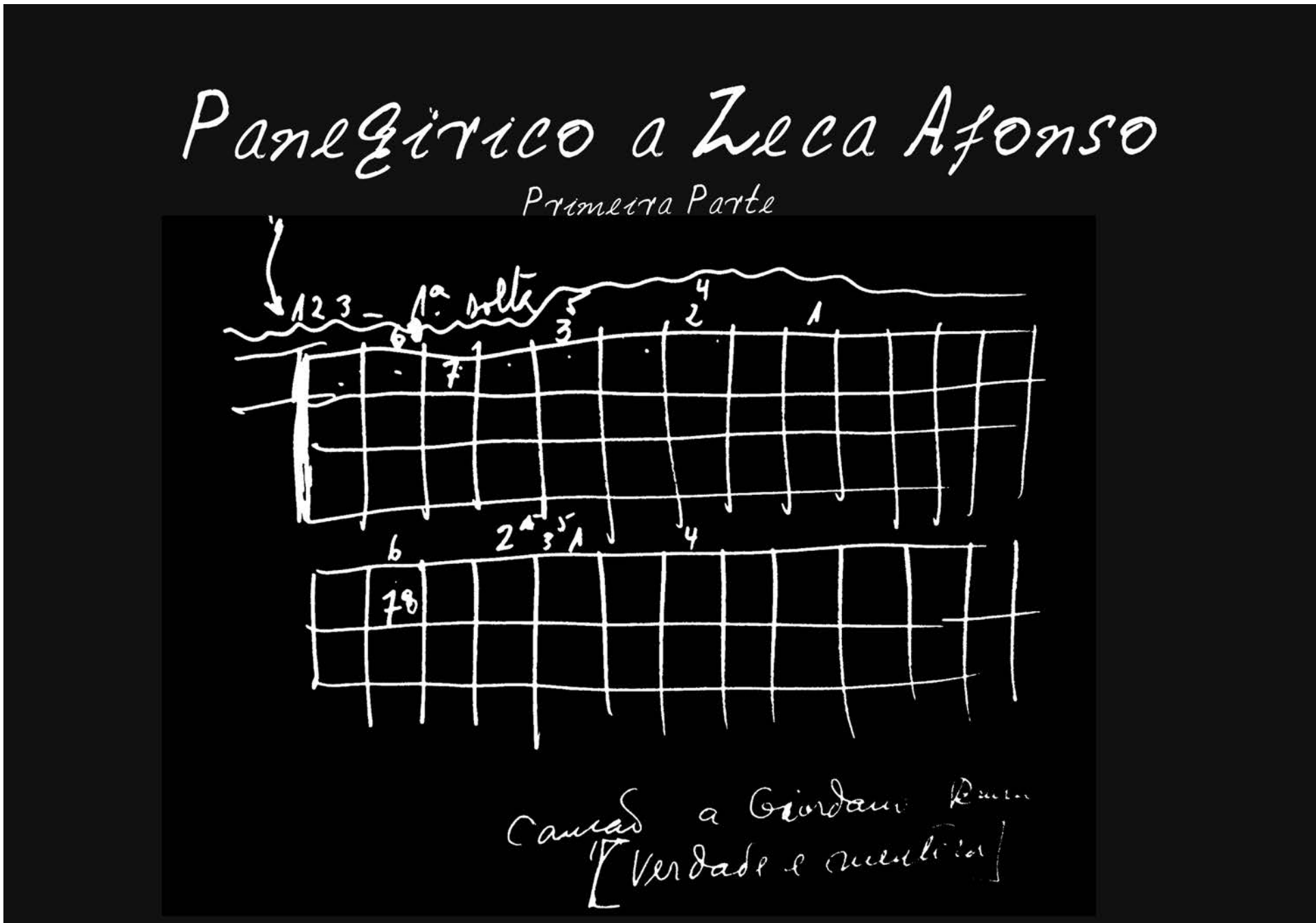
Antes de acabar queria prevenir o *meu amigo* que o pior ainda está para vir. Se a água da torneira vai continuar a correr, ela vai ter cada vez mais a cor do sangue. Porque depois deste tema, um outro acabará inevitavelmente por sair do nevoeiro. Estou a referir-me aos horrores concretos cometidos no decurso da guerra, massacres, assassinatos, barbaridades diversas, enfim, tudo o que povoa ainda hoje os pesadelos de muitos dos homens que por lá andaram, ou, melhor, que para lá foram mandados. A publicação do livro de Mustafah Dhada sobre o massacre de Wiriamu em Moçambique, em Dezembro de 1972[2], anuncia o que se segue. Um capítulo que também tem sido ocultado e que vai ser difícil de abrir. Porque desta vez o sujeito não somos nós, mas a própria instituição militar.

Receba, caro vizinho, as minhas sinceras saudações antimilitaristas.

/// NOTAS

1 ***Exílios, Testemunhos de exilados e desertores portugueses na Europa (1961-1974)***, AEP61-74, Rua Ilha de S. Jorge, nº140-3ºDt. – Quinta da Bela Vista Sassoeiros, 2775-595 Carcavelos. O número 4 da revista ***Flauta de Luz*** insere uma nota crítica sobre o livro, assim como um ***dossier*** sobre a questão colonial.

2 Mustafah Dhada, ***O Massacre Português de Wiriamu***, Tinta da China, 2016.



A Associação José Afonso (AJA)[1] dirigiu à imprensa um apelo de evocação dos 30 anos da morte do "poeta, andarilho e cantor" e de divulgação da sua obra. O jornal MAPA aceitou com agrado a invocação e dedica o Retrovisor, desta edição e da próxima, à memória de José Afonso. Os artigos nutrem-se em várias das entrevistas por ele concedidas e divulgadas nos jornais, na rádio e na televisão; em vários livros e artigos publicados sobre ele ou a sua obra; e nalgumas recordações do autor.

DELFIM CADENAS
DELFIMCADENAS@JORNALMAPA.PT

José Manuel Cerqueira Afonso dos Santos (José Afonso, Zeca Afonso) nasceu em Aveiro em Agosto de 1929, ainda Salazar não tinha tomado o controle da ditadura que viria a ser derrubada pelo golpe militar de 25 de Abril de 1974, quase quarenta e cinco anos depois. Já não era moço quando aquela que, hoje, é a mais conhecida das suas obras, "*Grândola, vila morena*", serviu de senha indicadora de que as operações militares passavam a estar em marcha irreversível e marcou indelevelmente o processo por elas iniciado.

O 25 de Abril não teria sido o mesmo sem a "*Grândola*". As mensagens contidas nos seus versos, "*…terra da fraternidade, o povo é quem mais ordena, dentro de ti ó cidade… em cada esquina um amigo, em cada rosto igualdade…*", ainda que de forma subliminar, deram um mote para o novo tempo que começava, do mesmo modo que funcionaram como contraponto aos apelos à população para que se mantivesse em casa, incluídos nos comunicados do posto de comando do MFA. E aparentemente não houve intenção deliberada nesta escolha, uma vez que a canção de José Afonso inicialmente escolhida por Otelo para o segundo sinal rádio do 25 de Abril era "*Traz outro amigo também*", substituída à última hora pela "Grândola", porque esta não estava proibida pela censura.

Até chegar a este ponto, José Afonso tinha vivido uma vida rara. Oriundo de uma família da pequena burguesia (o pai, José Nepomuceno Afonso, era magistrado de direito ultramarino e a mãe, Maria das Dores Dantas Cerqueira, professora primária), resumiria em poucas palavras, numa entrevista publicada num momento em que a doença que o vitimaria já o impedia de fazer uma vida normal, a consciência que tinha de si mesmo: "*Sou um pequeno-burguês, filho de um juiz do Supremo que fez carreira nas colónias. Isto e uma infância vivida na solidão deixa marcas de cuja importância só nos damos conta muito mais tarde*"; e dissipava possíveis dúvidas sobre a avaliação que fazia do seu próprio percurso, acrescentando: "*Não me arrependo de nada do que fiz. Mais: eu sou aquilo que fiz*"[2].

José Afonso teve uma infância e uma adolescência atípicas, marcadas por longas separações do convívio com os progenitores, colocados nas colónias. Em períodos alternados com as estadias em Angola e Moçambique, foi acolhido pelas famílias de quatro tios e tias, em Aveiro, Belmonte e Coimbra. Ali, quando ainda era estudante no curso de Ciências Histórico-Filosóficas da Faculdade de Letras, casou-se sem o conhecimento prévio dos pais, com uma jovem costureira de condição humilde, Maria Amália, mãe do seu primeiro filho, José Manuel, e da sua filha, Helena, de quem viria a separar-se no final da década de cinquenta. Este casamento motivaria um corte de relações durante algum tempo por parte do pai. Estes e outros aspectos da sua biografia não serão aqui aprofundados por falta de espaço, pelo que remetemos o leitor para as obras biográficas publicadas(3), onde transparece a vida intensa, mas nada fácil de Zeca Afonso.

Desde a época de estudante liceal destacara-se na interpretação dos temas clássicos do fado de Coimbra[4], em serenatas e festas de aldeia. O matrimónio não o afasta da boémia coimbrã, mas com o nascimento do seu primeiro filho, em 1953, viu-se obrigado a buscar trabalho para sustentar a família, fazendo revisões e dando explicações, ao mesmo tempo que prosseguia os estudos universitários. Neste ano gravou em disco os primeiros fados de Coimbra e iniciou o cumprimento do serviço militar obrigatório. A "falta de aprumo militar" determinou que fosse o último classificado do seu curso de oficiais milicianos. "*Aqui dentro parecemos bonecos articulados que se encontram nas barracas das feiras e que saltam quando o tiro acerta no alvo: o meu tenente dá licença para aqui, o nosso capitão permite-me para acolá*", escrevia para Moçambique numa carta aos pais, onde também lhes solicitava o envio de 1500 escudos à Maria Amália, que permanecera em Coimbra com o filho. Quando despiu definitivamente a farda do exército, em 1955, e retomou os estudos para concluir o curso, já tinha nascido a sua filha Helena.

A falta de dinheiro para a sobrevivência da família levou-o a interromper os estudos em 1957, iniciando a sua actividade docente, como professor de História, num colégio particular, em Mangualde, onde foi encontrar um mundo substancialmente diferente do ambiente coimbrão, em que tudo gravitava à volta do universo estudantil. Ali verifica que os professores e directores acabavam por ser menos repressivos que o sistema familiar: "*Lambada em carne fresca é que é preciso. Arreie-lhe sô professor…*"[5]. O convívio com esta nova realidade trouxe-lhe a oportunidade de iniciar a pesquisa de temas da música tradicional portuguesa. Uma versão popular de "*Milho verde*", um dos temas do álbum "*Cantigas do Maio*" gravado alguns anos depois, recolheu-a de um aluno naquela vila beirã. Este primeiro contacto com o ensino permitiu-lhe aper-

ceber-se também das contradições para as quais não estava preparado técnica e profissionalmente como professor. Contudo, o gosto por ensinar ajudou-o a sublimá-las, prosseguindo a docência numa peregrinação que o levou sucessivamente a Aljustrel (apesar de ter estado ali apenas alguns meses, teve uma despedida multitudinária na estação dos caminhos de ferro, por parte de estudantes e populares), Lagos, Alcobaça e Faro (onde o contacto com os trabalhadores-estudantes dos cursos nocturnos lhe abriu novas vias na sua experiência). Mais tarde, já depois de expulso do ensino oficial, expressava a sua opinião sobre aquela actividade a que estivera ligado dez anos: "*um ensino de rotina, um ensino de quadro preto, um ensino verbalista, não me interessava, é pouco criativo. Até mais: o ensino destrói a criatividade tanto do próprio professor como do conjunto dos alunos*"[6].

O papel transformador de José Afonso no panorama musical português começou com o desvio ao fado de Coimbra, considerado por ele "*demasiado sebentarizado*" (numa alusão às famosas sebentas das cadeiras dos cursos, limitativas do universo de consulta dos alunos, nas quais era cristalizada a ideia de que existe uma só verdade: a que sai da boca do professor). Como intérprete desta canção tinha atingindo um nível de reconhecida qualidade, materializado na gravação de três discos, entre 1953 e 1956. No final daquela década, para José Afonso, o fado de Coimbra, cujas formas considerava já esgotadas, "*atingira uma fase de saturação*"[7]. Paralelamente, começara a manifestar o seu desacordo com "*uma certa mentalidade que atribuía ao estudante de capa e batina um papel singular, a quem eram permitidas atitudes que de forma nenhuma se perdoariam aos populares*"(8). Da conjugação destas duas conclusões surgiria a nova canção coimbrã, que trazia associada uma posição frontal contra a praxe estudantil. No plano musical, alterou o acompanhamento instrumental tradicional, "*com a guitarra de Coimbra, parecia que tocava com arame farpado*", privilegiando a viola, que o deixava mais livre para fazer a sua música; e substituiu a mensagem dos fados clássicos pela sua própria poesia ou por temas baseados na música popular portuguesa. Para distinguir esta sua nova expressão denominou-a de "*baladas*" e passou a cantar sem capa e batina, considerada grave infração à praxe coimbrã, o que lhe valeu muitas ameaças e conflitos. Mais tarde chegará a afirmar: "*o fado de Coimbra não me marcou nada (…), era um pretexto para a malta cantar de noite, levar uns garrafões de vinho, beber umas aguardentes, fazer umas viagens com a Tuna e o Orfeão e pouco mais*"[9].

José Afonso era um compositor autodidata dotado de um instinto musical que lhe permitiu criar uma vasta obra sem ter formação específica, sem escrever música: "s*ó sei dois ou três tons de viola, de modo que componho de cor, imagino as melodias... e realmente acato muito as apreciações das pessoas em quem deposito confiança*". Era professor em Faro, quando gravou o seu primeiro disco em 45 rotações, "*Balada do Outono*"(1960)[10]. As canções já não eram fados de Coimbra, tanto na temática como na interpretação, e anunciavam que algo ia mudar na música portuguesa. A "*Balada do Outono*" é considerada um exemplo de transição entre o fado e a balada, curiosamente no refrão dizia: "*Águas das fontes calai, ó ribeiras chorai, que eu não volto a cantar*". Voltou com mais baladas em 1962, já tinha começado a guerra em Angola e vivia-se o ambiente da crise académica, com contestações estudantis violentamente reprimidas, que se prolongaram por todo o ano e que contribuiriam para o envolvimento na contestação política e cultural ao Estado Novo de muitos da sua geração, alguns dos quais chegariam a posições de poder no Estado depois do derrube da ditadura. Este segundo EP, designado simplesmente "*Baladas de Coimbra*", inclui "*Menino d'oiro*", dedicada ao seu primeiro filho. No ano seguinte gravou o disco que surpreenderá todos aqueles que participavam no movimento de transformação da canção coimbrã. A designação repete-se: "*Baladas de Coimbra*"; inclui dois temas, "*Menino do bairro negro*" e "*Vampiros*", que foram as bases estéticas[11] de uma intervenção de protesto através da música, que não parará de crescer. O alcance destas canções revela a genialidade de Zeca Afonso, expressa na simplicidade da música popular. A sua modernidade pode ser verificada hoje e enquanto perdurar a injustiça, a exploração e a repressão. É claro que artilharia deste calibre tinha de ser silenciada, a censura do Estado Novo rapidamente as proibiu, mas essa decisão já não podia impedir o aparecimento desta nova expressão da música portuguesa. Por esta altura José Afonso começara a frequentar colectividades e a cantar regularmente nos meios populares. De uma destas actuações, em 1964, na Sociedade Fraternidade Operária Grandolense, proveio-lhe a inspiração para compor a "Grândola, vila morena".

> *"só sei dois ou três tons de viola, de modo que componho de cor, imagino as melodias... e realmente acato muito as apreciações das pessoas em quem deposito confiança"*

A angústia provocada pelo afastamento dos filhos, que se encontravam à guarda dos avós paternos em Moçambique depois da separação, levou Zélia, a companheira com quem vivia depois da sua ida para Faro, a sugerir-lhe a partida para a capital moçambicana. A sua chegada a Lourenço Marques, hoje Maputo, coincide com o início da luta armada contra o colonialismo português: "*quando em 1964 fui para Moçambique estava interessado em conhecer as pessoas e o país em que ia trabalhar. Porque eu já considerava aquilo um país, com a identidade própria que o caracterizava. Tinha uma vaga percepção de que era uma realidade intocável, diferente da nossa, e que aquela é que estava certa naquele meio e naquele ambiente*"[12]. Apercebeu-se como professor que havia duas realidades completamente distintas: aquilo que ia ensinar não tinha nada que ver com a maneira de estar dos africanos na sua própria terra, nem com o seu passado. Conviveu com intelectuais moçambicanos e passou a frequentar os subúrbios, onde conheceu, ouviu e gravou a música local. Para além da sua actividade de professor do ensino oficial, dava aulas, acompanhado por Zélia, num centro associativo de negros. Eram os únicos brancos a desenvolver tal actividade e, como era de esperar, a reacção dos interesses instalados não se fez esperar, sendo transferido compulsivamente para a cidade da Beira, no interior da colónia. Aqui assistiu revoltado às manifestações festivas dos colonos portugueses que exultavam pela declaração unilateral da independência da Rodésia. Continuou as actividades de recolha e registo das envolvências dos bairros africanos, da sua música e dos seus costumes, alimentando-se da sua cultura, o que lhe serviria para composições futuras, como "*Lá no Xepangara*", uma bela canção-retrato da vida de um bairro de tabancas no tempo colonial. Com o seu irmão João Afonso e os amigos do cine-club local encenaram "*A excepção e a regra*", de Brecht, com música da sua autoria. Sob observação permanente da PIDE, vivendo um sistema colonial para si insuportável por mais tempo, José Afonso, em 1967, decide regressar a Portugal com Zélia, Helena e a sua filha Joana, ali nascida em 1965; Zé Manuel fica ao cuidado dos avós e da sua irmã Maria. Regressava com o objectivo de retomar a sua actividade de professor em Faro e não fazia ideia exacta de que as suas canções tinham continuado a escutar-se e a ser cantadas nos ambientes da oposição ao regime.

Quando o barco atracou no cais de Alcântara, a única pessoa que o esperava era um jornalista da rádio, Adelino Gomes, a quem declara estar na disposição de ser exclusivamente professor, porque era seu propósito firme abandonar as cantigas. Este informa-o que havia grandes expectativas à volta dele, ao que Zeca respondeu: "*Vou para o Algarve, vou deixar de cantar, porque isto de cantar não quer dizer nada, não interessa a ninguém*"; explicando-lhe ainda que não lhe daria a entrevista que lhe solicitava porque já não se considerava um cantor. Perante a insistência: "*Mas você não pode deixar de cantar, você é extremamente importante, para os estudantes, para a malta, aquilo que você canta diz-nos tanto, é através da sua voz que nós chegamos lá. Nós na rádio quando queremos dizer qualquer coisa dizemo-lo através das suas canções*"[13], lá lhe deu a entrevista. José Afonso referir-se-á mais tarde a esta importância "*exagerada*" que encontrou no regresso de Moçambique "*fui rodeado por um mito quase sebastianístico (…) constatei com alguma surpresa, que à minha volta se formava um clima de expectativa, como se eu viesse trazer alguma coisa de novo (…) Parecia que as pessoas queriam manifestar-se e não sabiam como. E agora estava ali um tipo que falava em vez deles*"[14].

Regressou a Faro para exercer a actividade docente, mas pouco depois foi colocado em Setúbal. A chegada a Setúbal implicou um envolvimento nas actividades dos círculos mais variados da oposição ao regime, participando com outros dos cantores da música de protesto[15] nas sessões de convívio cultural nas colectividades populares da Margem Sul e em actos das associações e pró-associações de estudantes de Lisboa, nas quais o PCP como organização clandestina tinha a maior influência. As condições técnicas em que estas actividades decorriam eram muito precárias, a maior parte das vezes nem microfones havia, e muito menos "cachet", quase sempre vigiadas e muitas interrompidas ou proibidas pela PIDE. Por esta altura foi convidado a aderir ao PCP. Declinou o convite, uma das atitudes ilustrativas da sua rebeldia permanente e do seu imaginário sem rédeas, incompatíveis com a disciplina partidária.

A 29 de Março de 1974,realizou-se no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, o primeiro Encontro da Canção Portuguesa, com a participação dos cantores da oposição ao Estado Novo que estavam no país

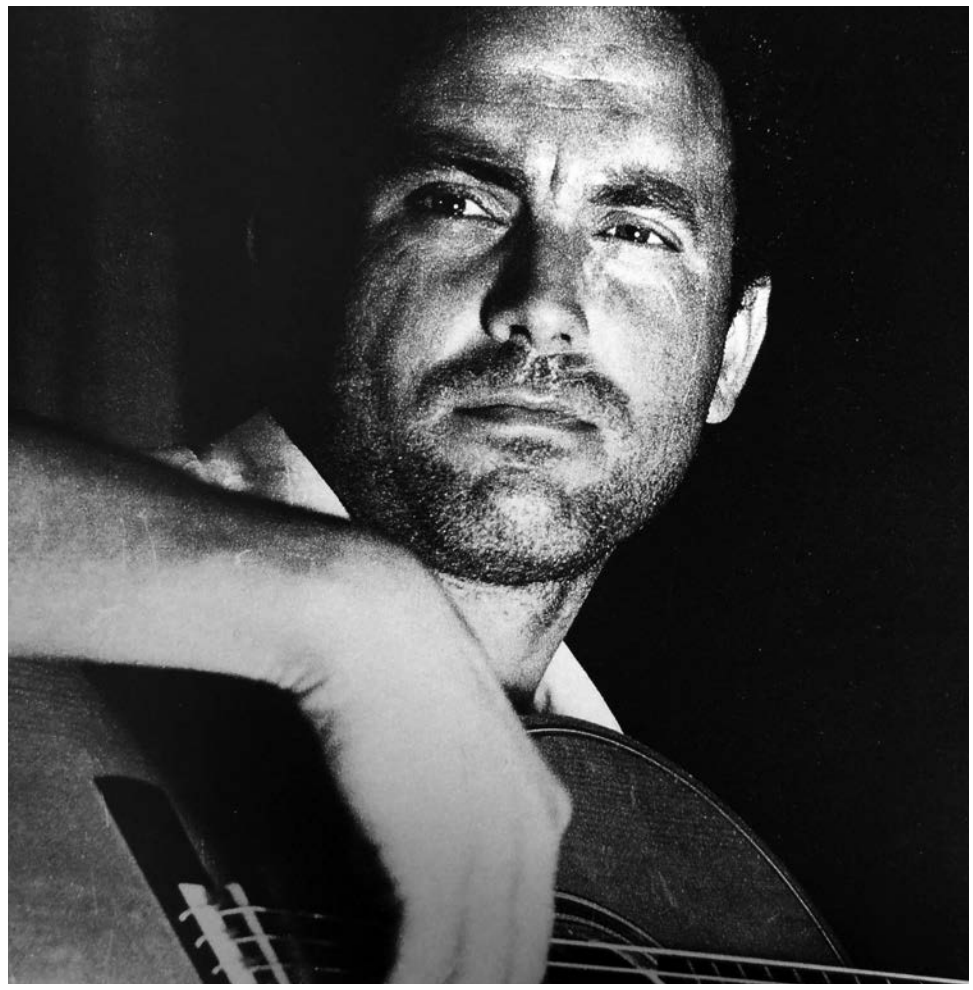
"S*ou o meu próprio comité central*", sublinhava nas conversas com companheiros e amigos sempre que o tema aflorava.

Toda esta actividade resultou num esgotamento que o levou ao internamento hospitalar durante 20 dias. Quando voltou a casa tinha sido expulso do ensino oficial por motivos políticos. De modo fortuito, por mais paradoxal que possa parecer, esta decisão do aparelho repressivo salazarista deu-lhe mais um empurrão para as cantigas. Confrontado com as necessidades da sobrevivência, viu-se obrigado a repensar a continuação da carreira musical, interrompida quando da ida para Moçambique, e profissionalizou-se. O contrato com a Orfeu, discográfica que teve a coragem de o editar, apesar dos riscos de ver os discos apreendidos pela censura, é *sui generis*: contra o pagamento de uma mensalidade, José Afonso tinha de gravar um álbum por ano. Contrato que cumprirá. Passa a viver uma situação original: era profissional do disco, mas não se considerava um cantor profissional porque não cantava em espectáculos. Compensava esta ausência dos palcos cantando em sessões populares e em colectividades de cultura e de recreio, onde vivia experiências diferentes "*há mais qualquer coisa para lá das canções (…), uma esfera afectiva, comunitária, que é propensa ao despertar de uma série de preocupações (…), os sectores que consomem a minha música gravada são menos extensos do que aqueles que a ouvem*"[16]. Os relatórios do posto da PIDE em Setúbal enviados para a sede, em Lisboa, revelam a vigilância permanente a que estava sujeito. Além de *"bastante conhecido pelas canções subversivas que compõe e interpreta"*, está *"referenciado em inúmeras reuniões clandestinas"*, *"desenvolve larga atividade nos meios 'culturais', 'democráticos',* e *"recebe em casa muitos indivíduos estranhos, alguns deles estrangeiros, principalmente espanhóis"*. *"Sai de casa normalmente depois do almoço, instala-se na esplanada do Café Central, junta imediatamente à sua volta larga assistência de 'jovens', aos quais vai insinuando a sua doutrina, provocando a maior desorientação nesse meio"*.

De 1968 a 1974, pelo Natal, José Afonso publicou todos os anos um álbum. Com "Cantares de Andarilho", "Cantos Velhos Rumos Novos" e "Traz outro amigo também"[17], produziu uma transição no seu percurso estético-musical, recuperando formas musicais e poéticas ancestrais, e alargou o acompanhamento musical a novos instrumentos. Para além da sua poesia, cantou vários poetas portugueses, autores surrealistas e versões de temas da música tradicional portuguesa.

Em 1971, quando embarcava para gravar em Paris o álbum "Cantigas do Maio"[18], foi detido no aeroporto pela PIDE e interrogado durante um dia sobre a distribuição de um manual de guerrilha urbana, ficando preso e incomunicável durante outros vinte dias, naquela que foi a mais prolongada das suas várias detenções.

No Natal de 1972 foi lançado o álbum "*Eu vou Ser Como a Toupeira*". Poucos dias depois, no final do ano, na Capela do Rato, Zeca apoiava uma acção de jejum contra a guerra colonial coordenada por um grupo de "católicos progressistas", com ocupação das instalações do espaço religioso, mantendo as portas abertas a todos aqueles, crentes e não crentes, que desejassem debater o problema da guerra colonial, manifestando assim o crescente mal-estar provocado por uma guerra injusta e sem saída. Nesta acção participaram também as Brigadas Revolucionárias, com a colocação de petardos, cujo rebentamento provocava a distribuição de panfletos com a informação do acontecimento, em vários locais estratégicos de Lisboa e da margem sul. Nestes



dias da ocupação da Capela do Rato, soube-se meses depois, o Exército português em Moçambique massacrou as populações civis das aldeias de Wiriyamu e Chawola.

No decorrer deste período de dedicação já exclusiva à actividade musical, cantou em Madrid e Barcelona, nas Astúrias e Galiza (onde pela primeira vez, em 1972, interpretou em público a "Grândola"), França, Bélgica, Inglaterra, Cuba e no Brasil (em representação de Portugal no VII Festival Internacional da Canção Popular, depois de ter sido escolhido pelos votos dos leitores do Diário de Lisboa, interpretando "*A morte saiu à rua*", uma canção que evocava o assassinato do escultor Dias Coelho, militante do PCP, pela PIDE, uma actuação a que o público reagiu mal, reação enfatizada na imprensa do regime). Nos países europeus actuava junto aos núcleos da emigração e mantinha contactos com a diáspora no exílio. Ficou conhecido um episódio provocatório, protagonizado por militantes afectos a uma organização maoísta, num concerto designado "*Chanson de Combat Portugaise*"[19], realizado na sala parisiense La Mutualité, em Novembro de 1970. Começou com a distribuição de um panfleto à entrada em que acusavam Zeca de pactuar com o regime e com essa atitude poder continuar a viver em Portugal e a gravar discos. As provocações continuaram durante as actuações de Sérgio Godinho, José Mário Branco, Tino Flores, Luís Cília e, quando chegou a sua vez, Zeca Afonso perante as "bocas" que interrompiam as canções, desafiou os provocadores a ir ao palco e o concerto acabou à lambada.

Em Abril de 1973 José Afonso seria preso de novo, durante 20 dias, período em que compôs parte das canções do disco "*Venham mais cinco*", editado no final desse ano. Esta nova detenção ocorreu poucos dias depois do 3º Congresso da Oposição em Aveiro, no qual tinha participado e cantado. A propósito das suas detenções e da perseguição que o regime movia aos seus opositores, afirmaria mais tarde numa entrevista: "*estive incomunicável, mas nunca me torturaram fisicamente. Alguns intelectuais afirmam ainda hoje que a minha geração foi muito castigada, mas eu não penso isso. Mesmo a repressão foi adaptada aos bons costumes deste povo. Não se mata um governante em Portugal há 75 anos. Isso diz tudo, se pensarmos que tivemos o regime fascista mais longo da história contemporânea*"[20].

A 29 de Março de 1974, iniciava-se com meia hora de atraso, no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, o primeiro Encontro da Canção Portuguesa, com a participação dos cantores[21] da oposição ao Estado Novo que estavam no país. Esta demora devia-se às diligências de agentes da censura e do Director-geral dos Espectáculos que nos bastidores sugeriam aos organizadores, a Casa da Imprensa, o "*bom senso de cancelar o espectáculo*", com o argumento de que a censura tinha recusado dezenas de canções, proibindo que se cantassem versos de algumas outras. A situação era bastante tensa, e o Coliseu, com a sala de espectáculos a abarrotar com mais de seis mil espectadores que pateavam e entoavam canções proibidas, estava cercado por centenas de elementos da polícia de choque, equipados com canhões de água e de tinta azul, bastões, gás lacrimogéneo, polícias a cavalo e cães. Na rua, espalhadas pelas imediações estavam mais de mil pessoas, que não arredavam pé, apesar de impossibilitadas de entrar na sala. José Afonso, tido entre os seus pares como o fundador do movimento de música de protesto, encerrou a sessão cantando "*Grândola, vila morena*" e "*Milho verde*", os únicos temas que lhe foram autorizados. Logo a seguir, todos os outros músicos subiram de novo ao palco e, de braços entrelaçados, oscilando da esquerda para a direita, em cadência alentejana, no que foram imitados pelo público, foi cantada de novo a "*Grândola, vila morena*". Sem pausa nem transição, os últimos versos da canção fundiram-se, entre aplausos, com os primeiros do refrão do hino nacional, "*às armas, às armas, sobre a terra sobre o mar, às armas, às armas...*"[22], entoado pelo público num clima de grande emoção. O canto prolongou-se pelas ruas limítrofes, à medida que os assistentes iam abandonando o Coliseu, com a sensação de que a situação do regime era insustentável e algo estava a mudar.

Vinte e seis dias depois, "*Grândola, vila morena*" era emitida pelos emissores da Rádio Renascença como sinal para o início das operações militares do golpe de Estado de 25 de Abril, mundialmente conhecido como "*A Revolução dos Cravos*", convertendo-se logo a seguir no seu hino. Passados quarenta anos ressoa para silenciar discursos de ministros e em manifestações de resistência e protesto em Portugal e além fronteiras[23]. Enquanto houver força, "*cantai rapazes, dançai raparigas e vós altivas cantai também*".

(continua no próximo número)

"estive incomunicável, mas nunca me torturaram fisicamente. Alguns intelectuais afirmam ainda hoje que a minha geração foi muito castigada, mas eu não penso isso. Mesmo a repressão foi adaptada aos bons costumes deste povo..."

/// NOTAS

1 Apresentada publicamente nove meses depois da morte de José Afonso. A AJA "é uma associação cultural e cívica, não confessional, formada em torno da memória e do exemplo de José Afonso", propondo-se, como primeiro objectivo, "dar a conhecer, nas suas múltiplas facetas, a personalidade e o papel de José Afonso e promover a difusão da sua obra". Conta com 13 núcleos em funcionamento de norte a sul do país e uma página web (goo.gl/p001Pv) que divulga a actividade relacionada com os seus objectivos, onde pode consultar-se um acervo de documentação e ouvir on-line grande parte da obra de José Afonso.

2 Entrevista a José Amaro Dionísio, in ***Expresso***, 15 de Junho de 1985.

3 "***José Afonso o Rosto da Utopia***", por José A. Salvador, Edições Afrontamento, Porto, 1999; "***Zeca Afonso, As Voltas de Um Andarilho***", por Viriato Teles, Ulmeiro, Lisboa, 1999; ***José Afonso. Um Olhar Fraterno***, por João Afonso, Editorial Caminho, Lisboa, 2002; página web da AJA, Associação José Afonso (goo.gl/p001Pv); etc.

4 No Liceu D. João III conheceu António Portugal e Luis Goes, futuros companheiros de andanças musicais e, também, protagonistas da "nova vaga" do fado de Coimbra.

5 "Zeca Afonso, As Voltas de Um Andarilho", por Viriato Teles, p. 44,Ulmeiro, Lisboa, 1999

6 Entrevista a A.-P. Vasconcelos, E. G. Carneiro e J. A. in ***Cinéfilo*** n.º 8, Lisboa,1973.

7 Entrevista a José Armando Carvalho, in Comércio do Funchal, 1 de Junho de 1970.

8 Entrevista à RTP em 1980.

9 Entrevista a A.-P. Vasconcelos, E. G. Carneiro e J. A. in ***Cinéfilo*** nº 8. Lisboa,1973.

10 Com Rui Pato à viola, que o acompanhará como instrumentista nos anos seguintes.

11 Às quais se junta "***Trova do vento que passa***", poema de Manuel Alegre musicado por António Portugal e interpretado por Adriano Correia de Oliveira, perseguindo ainda de perto a linha melódica do fado de Coimbra.

12 "***Zeca Afonso, As Voltas de Um Andarilho***", por Viriato Teles, p. 48, Ulmeiro, Lisboa, 1999

13 Entrevista a Joaquim Vieira, documentário "***Maior que o pensamento***", parte II, 2011.

14 Entrevista à Vida Mundial, 15/12/72.

15 Participavam nessas sessões Manuel Freire, José Jorge Letria, Francisco Fanhais e Benedito Garcia. A quem nos anos seguintes se juntam Fausto, Vitorino, A. P. Braga, Carlos Moniz e Nuno Santos.

16 Entrevista a A.-P. Vasconcelos, E. G. Carneiro e J. A. in ***Cinéfilo,*** n.º 8. Lisboa,1973.

17 Álbum que teve a colaboração de Carlos Correia (Bóris), por impedimento de Rui Pato que cumpria o serviço militar.

18 Inicia a colaboração com José Mário Branco, produtor deste álbum.

19 O concerto pode ouvir-se na íntegra aqui: goo.gl/9QO9g5

20 Entrevista a José Amaro Dionísio, in ***Expresso***, 15/6/85

21 Adriano Correia de Oliveira, Manuel Freire, Fausto, José Jorge Letria, José Barata-Moura, Fernando Tordo, Carlos A. Moniz e Vitorino. Participaram também, entre outros, o poeta Ary dos Santos e o compositor e guitarrista Carlos Paredes. Os impedidos de estar presentes: José Mário Branco, Sérgio Godinho, Francisco Fanhais e Luís Cília foram evocados por Adriano e fortemente aplaudidos pelo público.

22 Pode ouvir-se parte substancial do concerto, editado, aqui: goo.gl/aM00Oa

23 A 16 de Fevereiro de 2013, na Plaza del Sol em Madrid, "***Grândola, vila morena***" foi cantada no decorrer de um acto da ***Plataforma de los Afectados por las Hipotecas, PAH***. (goo.gl/4HN6Re).

"O consumismo é um novo tipo de fascismo!"

P. P. Pasolini. *Cartas Luteranas*.

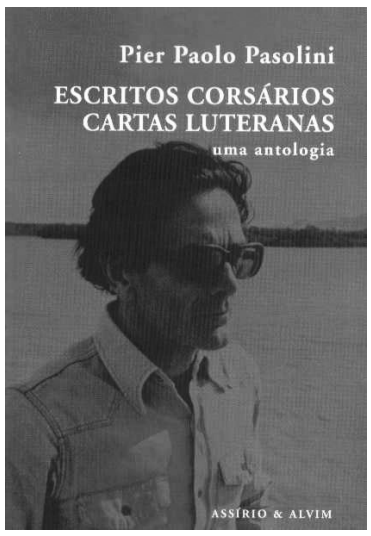
J.T.

A edição portuguesa das *Cartas Luteranas - O progresso como falso progresso* - contém também os *Escritos Corsários,* uma selecção de artigos curiosos publicados na imprensa italiana, onde «enquanto intelectual não político - escreve Francisco Roda na apresentação -, **Pasolini** acha-se impelido pelo dever da intervenção política»[1].

Nesta nota de leitura optei por falar das *Cartas Luteranas* porque, logo no início desta antologia, **Pasolini** escreve, em 1975 (a 1ª edição italiana é de 1976), algo sem dúvida muito interessante e que quero partilhar com os leitores. Presenciamos um encontro, uma junção, uma unificação entre duas histórias tradicionalmente diferentes e opostas: a da burguesia e a do povo.

Vulgarmente, diz ele (e resumo aqui o seu pensamento), a história é escrita e é pensada desde a perspectiva do capitalismo, da classe dominante: a dos pais e a dos filhos da burguesia. «A história era a história deles», afirma o poeta cineasta. Quanto à história do povo, «tinha uma história à parte». A das culturas arcaicas ou exóticas estudadas pelos etnólogos, perpetuando-se e repetindo-se de geração em geração, onde «os filhos ( ) reencarnavam e repetiam os pais». Mas, hoje, tudo mudou. Hoje (isto é, no momento em que **Pasolini** denomina de «os filhos», aos quais, na nossa linguagem banalizada, chamamos «os jovens»), constata-se, a partir do ponto de vista do que se passa na actualidade da cultura, seja na do povo, dos proletários ou camponeses, seja na dos burgueses, uma espécie de mutação radical.

Não existe mais uma cultura popular a opor à cultura burguesa. As duas uniram-se e confundem-se num mesmo consumismo de massas uniformizante e normalizador, pondo em tudo a máscara da vulgaridade. Não existe mais essa reserva cultural que o povo conservava no seu seio e que alimentava os bens culturais propriamente ditos, na literatura, na arte ou nas maneiras de se apresentar e de se comportar. Hoje existe uma única cultura, ou, para explicar melhor, um só consumo de cultura, recepção passiva dos produtos difundidos pelo mercado capitalista, tocando de modo idêntico todo o mundo, burgueses ou plebeus, quer se trate da posse de objectos materiais ou ideais, do vestir, dos modos de ser e de agir, da fruição



Escritos Corsários-Cartas Luteranas
Pier Paolo Pasolini
Assírio & Alvim

ou do querer, da própria aparência do corpo esta última mutação é, segundo a idiossincrasia de **Pasolini**, a mais visível e a mais redutível. Qualquer coisa mudou no homem, particularmente na juventude, que o autor das *Cartas Luteranas* não hesita em qualificar de «monstruoso». Na sua presença hostil entre os outros, na sua maneira de se distinguir e de se dissociar, instituindo-se em guetos, com códigos secretos e débeis. Uma mutação antropológica, resultado desta unificação consumista.

«As duas histórias portanto uniram-se - afirma **Pasolini**-: e é a primeira vez que isto acontece na história do homem.» E indica de um modo preciso: «Esta unificação deu-se sob o signo e por vontade da civilização do consumo: do desenvolvimento.» Afirmação notável, muito curiosa e importante para a compreensão do mundo contemporâneo. Desde o ponto de vista do consumismo, da «civilização de consumismo», todo o mundo é idêntico. Toda a gente consome as mesmas coisas ou parecidas, todo o mundo se conforma ou tende a conformar-se ao mesmo modelo (ou aos mesmos modelos; de qualquer modo, a pluralidade aqui não altera em nada a identidade da tendência).

Ora e é isso que **Pasolini** vai de seguida dizer -, este rumo é o mesmo que, em outro domínio, a nossa sociedade, o conjunto dos políticos e dos filósofos, rejeitaram sob o qualificativo de «totalitário». Vamos encontrá-la aqui, autenticamente, mas não reconhecida, sob a máscara niveladora, dita «progressista», do «desenvolvimento»[2], do acesso, do direito a um tratamento idêntico. Mesmo tratando-se de uma grande ilusão, do vício mais nefasto do nosso tempo. Essa ilusão, todas as camadas sociais a partilham, todas as nuances confundidas. «Não se pode dizer que os antifascistas em geral e em particular os comunistas se tenham realmente oposto a uma unificação destas, cujo carácter é totalitário pela primeira vez efectivamente totalitário embora a sua repressividade não seja arcaicamente policial (quando muito chega ao ponto de recorrer a uma falsa permissividade).»

Não existe mais uma cultura popular a opor à cultura burguesa. As duas uniram-se e confundem-se num mesmo consumismo de massas uniformizante e normalizador, pondo em tudo a máscara da vulgaridade.

A condição da juventude, da «nossa juventude», advém de uma responsabilidade, isto é, da transmissão, como escreve **Pasolini** no texto que temos vindo a citar, de uma geração à outra, ficando a mais recente devedora do seu estado à precedente. O termo em que ele coloca o problema é o da «culpa dos pais» a respeito dos filhos. Estes últimos sentem pesar sobre eles, de maneira indelével, segundo a tradição grega, o crime dos primeiros. E este primeiro capítulo, que abre as *Cartas Luteranas* com o título sempre actual *Os jovens infelizes,* oferece toda a sua amplidão ao referir-se à tragédia grega, onde os filhos devem pagar uma falta que não cometeram: «Não importa que os filhos sejam bons, inocentes e piedosos: se os pais pecaram, eles têm de ser punidos». Terrível, certo, mas pasmosa visão trágica da condição humana.

Mas os pais, é necessário com **Pasolini** precisar, são também filhos e não se submetem a tudo o que é novo em nome de uma qualquer «corrente da vida». Reivindicam os valores que com eles vêem a desaparecer. Defendendo-se contra a acusação de «retrógrado» ou de «reaccionário», por via das suas críticas dirigidas à juventude contemporânea, **Pasolini** protesta: «é retrógrado, reacionário e inimigo do povo quem não for capaz de compreender os elementos (se bem que dramáticos) de novidade que há nos filhos, quem não for capaz de compreender que eles apesar de tudo são vida». Mas «a vida consiste em primeiro lugar no impávido exercício da razão: não certamente nas opiniões preconcebidas, e muito menos nos preconceitos da vida, que são puro oportunismo. Mais vale sermos inimigos do povo do que inimigos da realidade.»

Ora, esta realidade é um desolador aspecto de uma juventude que mergulha irreflectidamente no capitalismo de consumo, e que não pode ser indiferente ao seu empenho responsável numa «culpa» que não incumbe somente aos pais, mas que ela partilha com eles.

Em 1975 e em Itália, **Pasolini** pode falar do fascismo mussoliniano enquanto responsabilidade geralmente atribuída à esquerda, mas que todo o texto se esforça, precisamente, por demonstrar.

Não se pode fazer as contas se não tivermos em consideração este novo fascismo que engendra a subordinação de toda a actividade e de todo o usufruto à mercadoria, a esta religião do «desenvolvimento» que a sociedade contemporânea com muita facilidade confundiu com todo o progresso.

Esta confusão fatal é a fonte dos males que iludem e corroem, até no corpo e na intimidade da sua consciência, o indivíduo actual, quer seja ele novo ou velho, de direita ou de esquerda, burguês ou proletário.

Esclarecendo o segundo fascismo, ao insistir sobre o facto de que ele é incomparavelmente do ponto de vista ecológico e antropológico mais destruidor do que o antigo, **Pasolini** vai conscientemente contra a corrente. Não se satisfaz com essa espécie de culpabilidade oficial e superficial que comanda a política modernista das culpas ou crimes, dos reconhecimentos de superfície e dos perdões. A responsabilidade partilhada dos pais e dos filhos envolve muito mais. Aprofunda e escora a história segundo uma dimensão trágica e não mais somente política. Não existem culpados proeminentes de um julgamento quando existe uma responsabilidade partilhada.

Hoje, as soluções propostas e as perspectivas são as mesmas? À primeira vista parece que não.

«Porquê esta cumplicidade com o velho fascismo e porquê esta aceitação do novo fascismo?» - escreve **Pasolini** no final do seu prólogo. «Porque há e aqui chegámos ao ponto uma ideia condutora sincera ou insinceramente comum a todos: ou seja, a ideia de que o pior mal do mundo é a pobreza, e que portanto a cultura das classes pobres tem de ser substituída pela cultura da classe dominante». Uma cultura de pobreza que repousa sobre a tomada de consciência dos impasses do desenvolvimento (do crescimento).

Para interromper aqui esta nota, aguardando que ela consiga ter aberto o apetite à leitura e à conversa, é de sublinhar que, na maior parte do mundo, o pobre é muito simplesmente *o homem comum*, o humilde cujo número constitui o comum dos mortais, e a sua condição - a pobreza é indissociável de um modo de vida, de uma arte de viver e de fazer. Estes *homens comuns* que não tenham sido ainda desenraizados, «aculturados» à força ou deslocados para um ambiente *estrangeiro* são portadores de capacidades, de uma faculdade de agir por si próprios para a sua própria Emancipação.

/// NOTAS

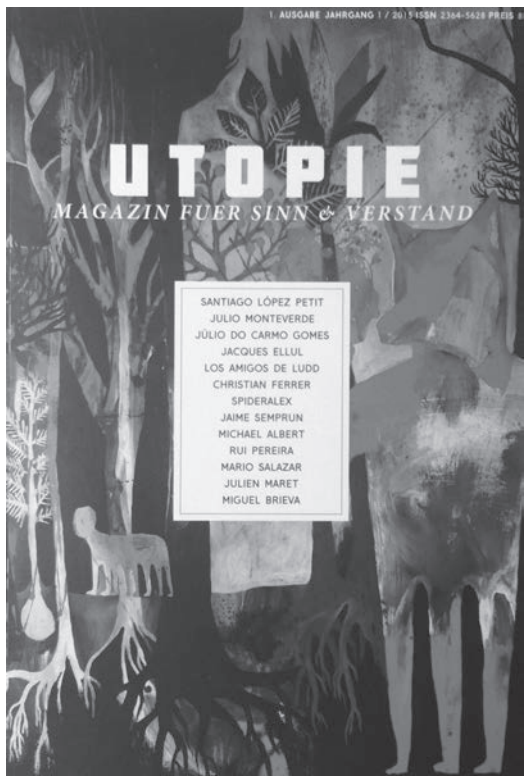
1 Pier Paolo **Pasolini**, *Escritos Corsários. Cartas Luteranas – uma antologia*, Assírio & Alvim, 2006. Tradução de José Colaço Barreiros.

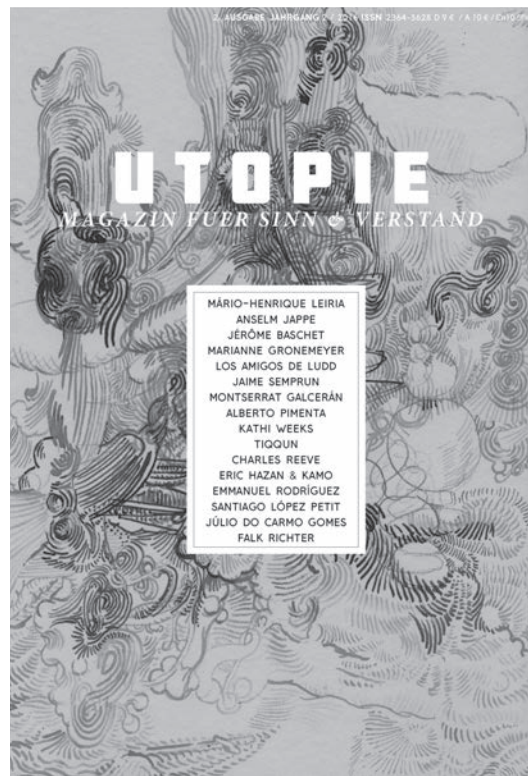
2 Nos dias de hoje falamos de «crescimento». Esta palavra liga-se ainda melhor ao PIB ou produto interno bruto de um Estado, nada a ver, de modo algum, com o melhoramento do destino de todos, uma vez que só diz respeito ao crescimento da ***massa*** financeira.

Utopie - Magazin für Sinn und Verstand*

"A Utopia tornou-se obsoleta, mas é a única virtude que nos resta."
Los Amigos de Ludd

ARTUR FLORES
ARTURFLORES@JORNALMAPA.PT





Não é todos os dias que nos chega às mãos uma revista publicada noutra língua, contendo autores portugueses, em especial aqueles desalinhados, adversários da inércia que muitas vezes se encontra no universo da escrita. Pegar numa revista alemã e, logo na primeira página, dar de caras com um poema de António José Forte ou Mário-Henrique Leiria é um incitamento natural às páginas seguintes, bem como à vontade em conhecer com mais detalhe esse projecto editorial.

A *Utopie Magazin* nasceu em Berlim pela iniciativa de Júlio Carmo e Camilla Elle, através da *Editions Silvestre,* associação sem fins lucrativos. A revista consigna-se numa perspectiva crítica e utópica do quotidiano, e nesse sentido expõe conteúdos que atravessam a filosofia, a política e a literatura. É pensada sobretudo em português e alemão, dada a nacionalidade dos seus fundadores, embora tenha como objectivo trazer vozes da periferia, assumindo essa componente internacionalista.

Os dois primeiros números reúnem autores de vários estilos e origens. Santiago Lopez-Petit, Anselme Jappe, Jacqes Ellul, Marianne Gronemeyer, Christian Ferrer, Charles Reeve, Felix Mora, Alberto Pimenta, entre outros, alguns dos quais apresentados à germanofonia pela primeira vez. Juntar por exemplo, a poesia de Alberto Pimenta, com o pensamento ludita de Christian Ferrer, exemplifica a diversidade de temas e referências que compõem a revista, conferindo-lhe um cunho próprio, também conseguido pela qualidade gráfica e envolvência das ilustrações. Enquanto a edição em papel é lançada em língua alemã, boa parte desses conteúdos é disponibilizada *online*, na língua original.

A produção da revista, na sua versão física e virtual, conta ainda com várias dezenas de participantes voluntários, desempenhando as tarefas de tradução, ilustração, paginação, distribuição e *web design*. Foi através de uma bem sucedida campanha de *crowdfunding* que se financiou a impressão do primeiro número, bem como a impressão de postais e cartazes destinados a divulgar o projecto. O objectivo agora é que as vendas de cada número sustentem o seguinte, algo que já foi conseguido da primeira para a segunda edição. A Utopie encontra-se disponível em várias livrarias, nas cidades de Berlim, Leipzig, Hamburgo, Frankfurt ou Viena.

Júlio Carmo e Camilla Elle são também os fundadores da Amarcord, uma pequena livraria Berlinense cuja oferta cobre vários géneros literários, dentro do mesmo espírito libertário. A Amarcord define-se como livraria internacional e centra a sua oferta na língua portuguesa, castelhana, francesa e alemã. Além de livraria, é também espaço de encontro e debate.

* *Utopia-Revista para Sentir e Entender*

Ver site>>
http://www.utopie-magazin.org

A Cabeça do Avesso

por Gastão de Liz

Crescer água na boca

Quem viva numa grande cidade como Calcutá deve ser muito interesseiro ou muito pouco sensível para não se dar conta que o «crescimento», e com ele o inevitável «desenvolvimento», empesta. Não há no mundo desodorizante algum que possa dissimular o fedor. É por isso que podemos rir quando ouvimos o Presidente da República, na sua «mensagem de Ano Novo», afirmar: «Crescer mais não chega, é preciso crescer muito mais».

Torna-se vital e salutar submeter a debate público este preceito central da religião dominante: o crescimento económico acelerado. Este dogma dos economistas, dos políticos, dos sindicalistas foi convertido pela Propaganda em desígnio geral. Aceitou-se sem discussão que essa era coisa que se desejava. É tempo, talvez tarde demais, de abandonar essa obsessão nefasta. Não se trata de negar toda a prosperidade económica. Que a economia cresça ao mesmo tempo que a população parece ser um princípio de senso comum. Mas não é esse o caso. Este sistema económico não tem por objectivo satisfazer as necessidades, mas multiplicá-las artificialmente para aumentar os lucros de alguns poucos.

Muitas coisas devem crescer até atingir o seu tamanho ótimo: as árvores, as plantas, os animais, enfim, todos os viventes. Quando alguém atinge o seu tamanho normal e uma parte do corpo continua a crescer mais e mais denominamos essa protuberância de cancro. Uma boa parte daquilo que cresce quando a economia progride é um cancro social. A especulação aumenta a produção irracional e destrutiva, a corrupção e o desperdício, em detrimento daquilo que é necessário melhorar: a equidade social, o bem estar de todos. Uma taxa elevada de crescimento económico, que, não esqueçamos, se mede segundo o Produto Interno Bruto, mostra muitas vezes que aquilo que continua a crescer é já bastante grande – um autêntico cancro social - e que aquilo que devia melhorar diminui.

O crescimento económico produz o contrário daquilo que promete.

Também não significa mais bem estar, nem «emprego para todos», nem uma melhor eficácia na utilização dos recursos. Pelo contrário, produz miséria, ineficácia e desigualdades. Temos uma extensa experiência histórica para sustentar esse argumento. Continuar a propôr uma importante taxa de crescimento económico como projecto de sociedade é pura estupidez. É preciso atribuí-la à ignorância beata ou ao cinismo, ou a uma combinação dos dois.

A ideia de que a riqueza concentrada nas mãos de alguns acaba por se alargar à maioria das pessoas e melhorar o seu bem estar, é uma ilusão perversa sem qualquer fundamento.

Concentrar o esforço de todos no crescimento económico dissimula o objetivo perseguido: mais opulência para alguns, ao preço da miséria geral e da destruição da biosfera. É uma consequência lógica, uma vez que esta obsessão dos economistas e também do professor Marcelo nada mais faz do que aplicar ao conjunto da sociedade a exigência rigorosa do capitalismo: um capital que não cresce morre. O seu crescimento deve ser mais e mais, até ao infinito. Cultivar esta obsessão pelo crescimento é o mesmo que assinar um cheque em branco aos donos do mercado, para que o seu objetivo de acumulação de capital se faça em nome de um bem estar geral que nunca chega e que, por essa via, nunca chegará.

É hora de pôr termo ao delírio dominante. Determinadas coisas devem crescer (as crianças, as sementes...) e outras retraírem-se.

Cresçam as nossas capacidades de subsistência e a nossa autonomia vital. Cresçam os espaços e os modos de exercer as nossas liberdades. Cresçam as nossas capacidades em tomarmos iniciativas. Multipliquem-se as oportunidades propícias à Vida, particularmente para os despossuídos, a grande maioria, condenados a sobreviver. Para que este crescimento positivo se realize, é necessário que nos cresça *água na boca* para lutarmos pelo desaparecimento das causas de uma economia que asfixia e oprime.

Na descoberta da natureza e memória das resistências, por entre propostas de percursos pedestres.

Ao salto dos montes: **Pelo Tâmega**

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

"Quando o Tâmega enche, em Amarante e nas suas gentes..."

A nossa proposta à descoberta da natureza vai ao encontro das resistências que hoje têm lugar nas margens do rio Tâmega e seus afluentes.

A "Cascata do Tâmega" é o nome dado a um total de cinco barragens que ameaçam deter estas águas. O Sistema Eletroprodutor do Tâmega (SET) fará desaparecer milenares margens do rio, nascido na Serra de San Mamede, Galiza, e que desagua no rio Douro, em Entre-os-Rios, em conjunto ainda com as orlas dos seus afluentes Torno, Louredo e Beça. A "Revisão do Programa Nacional de Barragens" em Abril de 2016 manteve as barragens de Daivões (Cabeceiras de Baixo), Gouvães e Alto Tâmega (Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena), da espanhola Iberdrola. Em Dezembro passado o corte das florestas do Alto Tâmega para a sua construção foi autorizado. E não está longe 2019, data até à qual foi suspensa a barragem do Fridão, concessionada à EDP, com dois paredões a quererem erguer-se em Padroselos, a escassos quilómetros de Amarante.

São muitas as vozes que se levantam, através do Movimento Cidadania para o Desenvolvimento do Tâmega, da Associação Cívica Pró-Tâmega ou do projeto "Rios Livres" do GEOTA (Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente), entre outros. Os habitantes ribeirinhos do Tâmega já tinham visto chumbada numa primeira fase, em 2010, a barragem de Padroselos, devido a uma importante colónia de mexilhão de rio. Com o avanço do SET assola-os a inquietação, expressa numa das petições a correr, de "que, à semelhança dos mexilhões *margaritifera margaritifera* identificados no rio Beça durante o Estudo de Impacte Ambiental, a espécie humana também se encontra em risco nas zonas de implantação do complexo das barragens, pelo que se torna imperioso preservar o seu habitat e o seu modo de vida".

Os argumentos ambientais e financeiros desta oposição são evidentes. Segundo o GEOTA, mantendo a construção do Fridão e do SET, a EDP e a Iberdrola irão cobrar à população 10,4 mil milhões de euros – um acréscimo médio na fatura elétrica de 5%, para barragens que junto com o Tua produzirão apenas 0,4% da energia do país (2% da eletricidade).

Mas, pela descoberta da natureza proposta nos percursos pedestres disponíveis para os concelhos de Amarante, Cabeceiras de Baixo, Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar (em www.baixotamega.pt), poderemos simplesmente vivenciar um sem número de razões que por si só dispensam os argumentos tecnicistas, para nos juntarmos à defesa do Tâmega.

Do mesmo modo há outras leituras a resgatar na luta pelos rios livres. A contemplação da natureza de Teixeira de Pascoaes (1977-1952), que em Amarante nasceu e morreu, é uma delas: "Já se distinguem bem as linhas sinuosas / D'aquelles montes onde, um dia, nós nascemos…/ Lá nos esperam outras almas venturosas / Que nos hão de entregar aquillo que perdemos!" ("Á Ventura", 1901).

Teixeira de Pascoais sacraliza a natureza e, como assinalou Dulcínea Teixeira, "perpassa na sua obra um desencanto com o progresso", uma "recusa de um progresso descaracterizador da natureza". Atento e visionário: "Mas, ai, a Natureza, / Reservada e offendida, afasta-se de nós! / E na sua mudez arrefecida / Congela a minha voz… / Um silencio mortal separa-me de tudo!" ("Elegia da Solidão", 1920).

mapa
Jornal de Informação Crítica

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 15
Janeiro-Março 2017

Propriedade: Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
Morada da redacção: Largo António Joaquim Correia, nº13, 2900-231, Setúbal
Correspondência: enviar para morada da redação A/C de Guilherme Luz
Registo ERC: 126329
Diretor: Guilherme Luz . gui.luz@jornalmapa.pt
Editor: Ana Guerra
Subdiretor: Frederico Lobo
Director adjunto: Inês Oliveira Santos

Estatutos editoriais do Jornal MAPA:
https://goo.gl/ZgkQxM

Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão e Site:

M.Lima*, Filipe Nunes*, Gastão Liz*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, C. Custóia, José Smith Vargas*, Guilherme Luz*, Cláudio Duque*, P.M*, A.P, Ali Baba*, Júlio Silvestre*, Inês Rodrigues*, Granado da Silva*, Sandra Coelho*, José Carvalho*, João Vinagre*, Huma*, Finja Delz, X. Espada, J. Martins, κοινωνία, Jorge Valadas, Miguel Crespo, Zita Moura, Laura Marques, Catarina Leal, Ricardo Ventura, PM,, Rita Alves, P. Duarte, Clement Fraisse, Kike e Juana Vázquez (El Topo Tabernário), Pedro Cerejo, Luisa Homem, Raquel Marques.

* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

Periodicidade: trimestral
PVP: 1 euro
Tiragem: 3000 exemplares

Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/jornal.mapa
Twitter: twitter.com/jornalmapa
Depósito legal: 357026/13
Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

APOIA A INFORMAÇÃO ALTERNATIVA

Guilhotina.info – twitter e facebook/guilhotina.info
Indymedia Portugal – pt.indymedia.org
Jornal Mapa – em papel ou em jornalmapa.pt
Portal Anarquista – colectivolibertarioevora.wordpress.com

mapa : Jornal de Informação Crítica

ONDE POSSO ENCONTRAR O MAPA?
CONSULTA A LISTA DE DISTRIBUIÇÃO ACTUALIZADA EM:
WWW.JORNALMAPA.PT/DISTRIBUICAO/

NÚMERO 15
JANEIRO - MARÇO 2017
3000 EXEMPLARES

"Está tudo bem, a polícia está aqui"

Breves relatos da crescente insegurança criada pelas forças de segurança.

I.M. E R.L.

A situação não é nova, os relatos vêm-se repetido ao longo dos anos. Uma forte presença policial em bairros periféricos não é, de todo, sinónimo de segurança – pelo contrário, o clima de terror adensa-se, os relatos de agressões tornam-se cada vez mais frequentes, a violência racista banaliza-se, deixando bem claro que o chamado policiamento de proximidade, longe de criar um clima de segurança em seu redor, serve os propósitos de um sistema profundamente racista e repressor. As histórias são pesadas, chocantes, e o silêncio mediático selectivo é incompreensível. Rusgas massivas, onde até crianças são revistadas (como no bairro 6 de Maio, Amadora, em Novembro de 2014), bairros inteiros fechados e cercados (como o Casal da Boba, Amadora, em Novembro de 2014), disparos contra moradores, assim como agressões em esquadras (como na Cova da Moura, em Fevereiro de 2015), ou em casos mais extremos, mortes (como o Kuko e o Musso, na Amadora, ou o Toni e Ruben, no bairro da Bela Vista) – tudo acompanhado por uma impunidade gritante.

Seguem-se dois relatos recentes, divulgados pela associação SOS Racismo, numa tentativa de quebrar o silêncio.

Torre da Marinha, Seixal

No dia 17 de Novembro, cinco jovens menores de idade voltavam para casa de autocarro após um treino de futebol. Aparece um revisor, não identificado, que exige os bilhetes – todos os jovens tinham passe, excepto um. Mesmo após a compra do bilhete, o revisor mantém uma atitude conflituosa, exigindo ao motorista que páre em frente à esquadra da Torre da Marinha, perante os protestos dos outros passageiros, em defesa dos jovens.

À saída do autocarro, são imediatamente recebidos pela polícia com agressões. São de seguida levados para uma sala às escuras, tendo-lhes sido retirados os bens. Nenhum dos polícias apresenta a sua placa de identificação – as agressões continuam, sem que nenhum dos jovens tenha oportunidade de explicar sequer o que aconteceu no autocarro.

A violência é apenas interrompida quando um outro agente entra na sala surpreendido com a situação. Os jovens são então corridos da esquadra, mas não com menos violência.

Nessa noite, um dos jovens regressa à esquadra com a sua mãe para apresentar queixa. No entanto, acabaram por ver esse direito recusado, com a justificação que teriam sido os jovens a agredir os agentes. No dia seguinte, outros dois jovens dirigem-se à esquadra, acompanhados de relatórios médicos. Desta vez, e apesar da oposição da agente em serviço que tenta desvalorizar o ocorrido, conseguem formalizar a queixa.

Ameixoeira, Lisboa

Desde um tiroteio no bairro em Março do ano passado, a presença policial tem sido constante. E com ela, vêm-se somando as situações de discriminação e racismo, assim como um clima de medo e insegurança.

No dia 27 de Outubro, perante uma situação de violência envolvendo polícia, várias pessoas são apanhadas de surpresa. Um dos moradores procura desesperadamente pelos seus filhos, mas é contido pela ameaça de que, caso se aproximasse da polícia, seria prontamente baleado. Com efeito, já várias pessoas tinham sido atingidas por balas de borracha.

Várias crianças estão presentes, mas a polícia não parece incomodada – as suas ameaças, "para trás *parasita*, se não mato-te!", são bastante claras.

Rusgas massivas, onde até crianças são revistadas (...), bairros inteiros fechados e cercados (...), disparos contra moradores, assim como agressões em esquadras, ou em casos mais extremos, mortes (...) – tudo acompanhado por uma impunidade gritante.

Poucos dias depois, outra situação de violência, desta vez um jovem negro que é agredido à bastonada. Entretanto, todas as pessoas que estavam na rua são revistadas indiscriminadamente, incluindo uma criança de 13 anos – o pormenor da idade é até verbalizado pela própria polícia: "para nós não há menores de idade, são todos *parasitas*". As crianças estão naturalmente em pânico e uma das moradoras, quando tenta proteger o seu neto, é agredida na cara. Quem ousar questionar a violência, como o fizeram vários moradores, é prontamente agredido à bastonada. A quem passava fora do perímetro, era respondido: "Está aqui a polícia, não está? Então está tudo bem!"

Esta insegurança tem consequências sérias. Nos dias seguintes, um morador sentiu-se mal e precisou de assistência médica. Vários moradores vão em seu auxílio e chamam o INEM. A ambulância é então seguida por várias carrinhas da polícia, de onde saem agentes de armas apontadas, provocando o pânico geral. Também existe o relato de uma senhora que caiu e foi auxiliada pela comunidade – entretanto, passava um carro da polícia, pelo que alguns jovens acenam para indicar que a senhora precisa de assistência. De seguida, o bairro é invadido por três carrinhas da polícia, criando outra situação de terror. Há também relatos de crianças que choram quando têm de sair de casa – têm medo de encontrar a polícia.

MAPA BORRADO

QUERELLE CHEGA AO PORTO DE BREST COM VISTA A DESPACHAR UM CARREGAMENTO DE ÓPIO E GOZAR A SUA FOLGA...
... PARA DESCOBRIR QUE O LUGAR ESTÁ INFESTADO PELA FRENTE NACIONAL
COMO É MARUJO?
POLICE
ENTÃO NONÔ? ANDAS METIDO NA POLÍTICA?
HÁ ALTURAS EM QUE UM HOMEM TEM DE TOMAR UMA ATITUDE! DAQUI A NADA É A LEI DA SHARIA NA CÂMARA MUNICIPAL
OS MOÇOS SÓ QUEREM ESTAR LEGAIS, NONÔ...
É UMA AUTÊNTICA INVASÃO, QUERELLE
E PRECISAMOS DA TUA AJUDA!!
É PRECISO FAZER UMA "LAVAGEM-ROSA" À FRENTE NACIONAL
"LAVAGEM-ROSA"? O QUE É ISSO?
OS MARICAS TÊM DE NOS VER COMO ALIADOS CONTRA ESSA BARBÁRIE IMIGRANTE!!
PROTEGER A NOSSA CULTURA DE TOLERÂNCIA, O NOSSO MODO DE VIDA, OS VALORES HUMANISTAS DA REPÚBLICA!!
NACIONALISMO SOFISTICADO
AAAHHH!! MAS ESTÁS A PENSAR FAZER ISSO COM QUEM? COM A CORJA DE MOTOQUEIROS MACHISTAS RECALCADOS QUE PARAM POR AQUI?
CUIDADO COLABORACIONISTA! NÃO BRINQUES COM A TUA SORTE..
O TEU JOGO ACABOU, NONÔ!
O NONÔ? FOI-SE EMBORA?
POLICE
O NONÔ EMIGROU! OU PARA O MÉXICO, OU PARA A FINLÂNDIA DEPENDENDO DA CORRENTE QUE APANHAR...
JOSÉ SMITH VARGAS